



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 7ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 17 DE MARÇO DE 2026

ATA Nº. 8 / 2026

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MÁRIO ZAMBUJAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV25
- 3.2.1. VOTAÇÃO
- 3.3. PROPOSTA RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DE UM GUIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E AUTOPROTEÇÃO PERANTE FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS E RISCOS NATURAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL
- 3.3.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 3.3.2. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.3.3. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
- 3.3.4. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.3.5. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)
- 3.3.6. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.3.7. VOTAÇÃO
- 3.3.7.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.3.7.2. SR. DEPUTADO RUI ALDEANO (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO

- 3.4. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH
 - 3.4.1. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (INOV25)
 - 3.4.2. SR. DEPUTADO RUI ALDEANO (CDU)
 - 3.4.3. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
 - 3.4.4. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.4.5. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)
 - 3.4.6. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)
 - 3.4.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.4.8. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.4.9. VOTAÇÃO
 - 3.4.9.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.4.9.2. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.4.9.3. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. RECOMENDAÇÃO - PELA ADEQUAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS À REALIDADE DAS PESSOAS COM ANIMAIS DE COMPANHIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
 - 3.5.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.5.2. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.5.3. VOTAÇÃO
 - 3.5.3.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.5.3.2. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.6. SR. DEPUTADO RUI ALDEANO (CDU)
- 3.7. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)



N

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.8. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)
- 3.9. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.10. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS)
- 3.11. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
- 3.12. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.13. SR^a. VEREADORA SUSANA DUARTE
- 3.14. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 138/26 - DPOC – 2^a.
ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (2^a. REVISÃO)
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.1.1.1. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.1.1.2. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 141/2026 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA
AO RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS DURANTE O ANO DE 2025
- APRECIADA
 - 4.3. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 150/2026 – GMA – RELATIVA À MUNICÍPIA
– EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A. –
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2.º E 3.º TRIMESTRE DE 2025 -
APRECIADA
 - 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 171/2026 – DMEDSC/DDS/DCS
– RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO
SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 4.º
TRIMESTRE DE 2025

- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.4.1.1. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4.1.2. SRª. DEPUTADA MARINA PEREIRA (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.4.1.3. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO:
- 4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 188/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
E DE CONTRAORDENAÇÕES – DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.5.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 189/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DO GABINETE MUNICIPAL DE
AUDITORIA – DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU
- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.6.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 190/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE REABILITAÇÃO
URBANA – DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU
- 4.7.1. VOTAÇÃO
- 4.7.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 191/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE DIRETOR/A DO DEPARTAMENTO DE
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU
- 4.8.1. VOTAÇÃO
- 4.8.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 192/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO
SOCIOPROFISSIONAL - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU
- 4.9.1. VOTAÇÃO
- 4.9.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 193/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO E
CONSERVAÇÃO DA HABITAÇÃO - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU
- 4.10.1. VOTAÇÃO
- 4.10.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
5. PERÍODO DO PÚBLICO
- 5.1. SR.ª ANA MARGARIDA REBELO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR. JOÃO PAULO SARAIVA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

- 5.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
- 5.5. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 5.6. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 5.7. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanimidade</i>			
28-03-2026			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
NOV 25	11		
PS	2		
CH	2		
CEJ	2		
R	2		
CDU	—		
PAN	1		
NOVAR UNIAO ALGÉS 25	1		
NOVAR BARCARENA 25	—		
NOVAR CARNATEZ E BORGAS 25	1		
NOVAR UNIAO OEIRAS 15	1		
NOVAR PORTO DO SALMO 25	1		
S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO			

----- ATA DA 7ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 17 DE MARÇO DE 2026

----- ATA Nº. 8 / 2026 -----

----- Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho,

Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Marina Raquel Gonçalves Pereira, Rui Miguel Friezas Aldeano, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal.- -----

-----Os Senhores Deputados Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Filipe Jorge de Sousa Martins, do Partido Iniciativa Liberal e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista, Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal e Rui Miguel Friezas Aldeano, da Coligação Democrática Unitária. -----

-----Faltou a Senhora Deputada Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Pedro Saraiva Gonçalves dos Santos Frazão, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelho. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 138/26 - DPOC – relativa à 2ª. Alteração Orçamental Modificativa (2ª. Revisão); -----
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 141/2026 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Relatório de Benefícios Fiscais concedidos durante o ano de 2025; -----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 150/2026 – GMA – relativa à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. – Relatório de Execução Orçamental – 2.º e 3.º Trimestre de 2025; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 171/2026 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniãos de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 4.º Trimestre de 2025; -----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 188/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de Comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão Administrativa e de Contraordenações – Direção Intermédia de 2.º Grau; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 189/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe do Gabinete Municipal de Auditoria – Direção Intermédia de 2.º Grau; -----
7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 190/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Reabilitação Urbana – Direção Intermédia de 2.º Grau; -----
8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 191/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em

regime de comissão de serviço, no cargo de Diretor/a do Departamento de Gestão de Recursos Humanos - Direção Intermédia de 1.º grau;-----

9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 192/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Promoção Socioprofissional - Direção Intermédia de 2.º grau;-----

10. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 193/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Promoção e Conservação da Habitação - Direção Intermédia de 2.º grau. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte: -----

-----“Boa tarde a todos, vamos dar início à Sessão Extraordinária sete/dois mil e vinte e seis. Cumprimento todos os presentes e quem nos assiste à distância. -----

-----Peço, por favor, ao Senhor Segundo-Secretário que procedesse à chamada. -----

-----Muito obrigada, Senhor Secretário. E vamos dar início aos nossos trabalhos. Temos um Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Zambujal, que vou passar a ler.” -----

3.2. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MÁRIO ZAMBUJAL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV25-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento, pouco depois de ter completado noventa anos de idade, de Mário Zambujal, figura maior do jornalismo e da literatura portuguesa, cuja vida foi marcada por uma vida profissional longa e muito rica na imprensa, na rádio e na televisão, por um sentido de humor inconfundível e por uma extraordinária



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

capacidade de contar histórias. -----
----- Ao longo de várias décadas, destacou-se como jornalista, cronista e escritor, conquistando o respeito dos seus pares e o carinho de milhares de leitores. Através dos seus livros, artigos, guiões e intervenções públicas, soube retratar o país e as suas gentes com um olhar perspicaz, sensível e profundamente humano. -----
----- Mário Zambujal foi, acima de tudo, um contador de histórias singular, capaz de transformar episódios do quotidiano em narrativas memoráveis, sempre marcadas por inteligência, ironia e uma grande proximidade às pessoas. -----
----- A sua partida representa uma perda significativa para a cultura portuguesa, mas o seu legado literário e jornalístico permanecerá como testemunho de uma vida rica em experiências e dedicada à palavra e ao pensamento. -----
----- Neste momento de tristeza, a Assembleia Municipal de Oeiras, expressa à família, aos amigos e a todos os que com ele privaram as mais sentidas condolências, recordando com gratidão o homem e a obra que tanto contribuíram para enriquecer a vida cultural e intelectual do país. ----
----- Que a memória de Mário Zambujal permaneça viva entre todos aqueles que tiveram o privilégio de o ler, de o ouvir e de com ele partilhar momentos de amizade e admiração.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Senhores deputados, pergunto se alguém quer usar da palavra relativamente a este Voto de Pesar do Grupo INOV25. Ninguém? Então poderemos passar à votação do mesmo.” ----

3.2.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula

Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) -----

-----Os Senhores Deputados André Alegria Alexandre Cotrim da Silva e Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação.---

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 30/2026** -----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MÁRIO ZAMBUJAL,**
APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV25-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Zambujal, expressando à família, aos amigos e a todos os que com ele privaram as mais sentidas condolências, recordando com gratidão o homem e a obra que tanto contribuíram para enriquecer a vida cultural e intelectual do país. -----

----- Que a memória de Mário Zambujal permaneça viva entre todos aqueles que tiveram o privilégio de o ler, de o ouvir e de com ele partilhar momentos de amizade e admiração.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, foi aprovado por unanimidade. E vamos fazer um minuto de silêncio em memória de Mário Zambujal.” -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória de Mário Zambujal.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Temos ainda uma proposta de recomendação da Iniciativa Liberal.” -----

3.3. PROPOSTA RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DE UM GUIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E AUTOPROTEÇÃO PERANTE FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS E RISCOS NATURAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

-----Um. Enquadramento -----

-----Considerando que:-----

- a) Os fenómenos meteorológicos extremos têm vindo a registar maior frequência e intensidade em várias regiões da Europa, incluindo Portugal, podendo provocar impactos relevantes na segurança das populações, no ambiente e no património público e privado;-----
- b) Situações como precipitação intensa, cheias, ventos fortes, ondas de calor ou episódios de frio intenso exigem comportamentos adequados de prevenção e autoproteção por parte dos cidadãos;-----
- c) Apesar da informação regularmente divulgada por entidades nacionais, designadamente pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, existem cidadãos que continuam a desconhecer os procedimentos de prevenção e atuação perante estes fenómenos; ----
- d) Durante o período de inverno podem ocorrer fenómenos meteorológicos com impacto relevante, como chuva intensa, cheias, ventos fortes ou episódios de frio extremo; -----
- e) No verão surgem outros riscos importantes, nomeadamente temperaturas muito elevadas, exposição solar prolongada, riscos associados à segurança balnear e o aumento do risco de incêndios;-----
- f) A estes riscos acresce ainda a possibilidade, da ocorrência de sismos, relativamente aos quais é essencial que a população conheça comportamentos básicos de autoproteção antes, durante e após um evento sísmico;-----
- g) Embora o município de Oeiras disponha de um Serviço Municipal de Proteção Civil ativo e promova ações de sensibilização, não existe atualmente um guia municipal estruturado e permanente de prevenção e autoproteção dirigido aos munícipes; -----
- h) Municípios vizinhos, nomeadamente Cascais, já desenvolvem programas estruturados de prevenção e sensibilização ao longo do ano, demonstrando a eficácia deste tipo de iniciativas para a proteção dos cidadãos;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- i) Uma população bem informada e preparada constitui um fator determinante para reduzir riscos, minimizar danos e facilitar a atuação das autoridades em situações de emergência;

----- j) A promoção de uma cultura de prevenção e segurança representa um elemento essencial para a resiliência das comunidades locais.-----

----- **Dois. Proposta** -----

----- Face ao exposto, o Grupo Municipal da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão extraordinária nº sete/dois mil e vinte e seis, de dezassete de março de dois mil e vinte e seis, delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras a elaboração do Guia Municipal de Prevenção e Autoproteção.-----

----- Um. Promovendo a elaboração de um *Guia Municipal de Prevenção e Autoproteção*, destinado aos munícipes do concelho de Oeiras, com informação clara, simples e prática sobre comportamentos adequados perante fenómenos meteorológicos extremos e outros riscos naturais.

----- Dois. Estruturando este guia em *dois momentos sazonais principais*, correspondentes aos períodos de maior risco:-----

----- a. *Guia de Inverno*, incluindo recomendações relativas a:-----

----- Chuva intensa e risco de cheias;-----

----- Ventos fortes;-----

----- Episódios de frio intenso.-----

----- b. *Guia de Verão*, incluindo recomendações relativas a:-----

----- Ondas de calor e proteção solar;-----

----- Segurança nas zonas balneares;-----

----- Comportamentos preventivos perante risco de incêndio.-----

----- Três. Incluindo, igualmente, um capítulo específico dedicado à *autoproteção em caso de sismo*, contemplando:-----

----- Medidas de prevenção no domicílio;-----

-----Comportamentos a adotar durante um sismo; -----
-----Procedimentos de segurança após o evento. -----
-----Quatro. Promovendo a divulgação ampla desta informação, nomeadamente através de:
-----Distribuição de folhetos informativos aos munícipes; -----
-----Publicação no site institucional do município; -----
-----Divulgação nas redes sociais e canais digitais da autarquia; -----
-----Articulação com juntas de freguesia, escolas e associações locais. -----
-----Cinco. Avaliando a possibilidade de desenvolver campanhas sazonais de sensibilização pública, reforçando a literacia preventiva da população. -----

-----**Três. Sentido e impacto da proposta**-----

-----A implementação desta medida permitirá reforçar o conhecimento dos munícipes sobre riscos naturais e fenómenos meteorológicos extremos, incentivando comportamentos preventivos que contribuam para reduzir riscos para pessoas, bens e ambiente. -----
-----Trata-se de uma iniciativa simples e elevado potencial de benefício público, contribuindo para um concelho mais informado, resiliente e preparado para responder eficazmente a qualquer situação de risco.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, é esta a proposta que eu ponho à discussão da Assembleia. Alguém pretende usar da palavra sobre esta proposta de recomendação? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25).” -----

3.3.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Aproveito para cumprimentá-la, na sua pessoa, a Mesa e todos os que aqui estão, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Eu, a primeira coisa que fui ver, depois de ler esta proposta, foi quando é que ela tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sido feita. E, quando vi dezassete de março de dois mil e vinte e seis, achei que havia aqui um pequeno lapso, porque esta proposta tinha lógica, ou fazia todo o sentido, há vinte anos atrás ou há trinta anos atrás, em que, de facto, havia um grande défice de informação junto das pessoas, de precaução, de prevenção. -----

----- Hoje, como, enfim, estes fenómenos vão ocorrendo — enfim, aqui diz duas vezes por ano, é o que diz a proposta —, mas aquilo a que temos assistido é que não é duas vezes por ano. Hoje, pelo que ouvi nas notícias, já estamos sobre a possibilidade de, nos próximos dois, três dias, também termos fenómenos meteorológicos que não são bons.-----

----- E, se hoje já há, ao nível da proteção das coisas e das pessoas, preocupações, e, como temos visto, felizmente, e apesar dos danos profundos e dos prejuízos acentuados causados pelas tempestades, temos verificado que a informação à população, que todos os cuidados que a Proteção Civil tem, que tudo o que tem a ver com a informação das pessoas está a anos-luz daquilo que se fez em tempos.-----

----- E, portanto, esta proposta, que aqui nos vem ser apresentada, julgo que não é mais do que uma tentativa de aproveitamento de circunstâncias que o país — não em concreto o Município de Oeiras, mas que o país todo — sabe que existem, de um conjunto de medidas que têm, ao longo do tempo, vindo a ser aperfeiçoadas e aprofundadas. E, portanto, não sei, com toda a franqueza, que intenção é que o proponente tem. Não sei o que é que isto traz de novo. Não sei que contribuição válida é que isto possa dar para que os munícipes de Oeiras, e todos aqueles que aqui estão, designadamente em épocas de chuva ou de vento, se “precavenham” com mais facilidade, para aquilo que aí pode vir. -----

----- E, portanto, acho que isto não tem mais do que, enfim, um aproveitamento político que é indevido a um esforço que é feito por milhares e milhares de pessoas ao longo do país, e que aqui em Oeiras, como é bom de ver, enfim, tem sido posto em prática por equipas que estão permanentemente atentas, que, profissionalmente, são conhecedoras da forma como estes

fenómenos se lidam e com a informação que é necessária, e que chegue em tempo útil a todas as pessoas. -----

-----E, portanto, como, do nosso ponto de vista, se trata apenas de um mero aproveitamento político de algo que é feito por um conjunto vasto de organizações e de pessoas, o sentido de voto só pode ser contra. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Deputada Anabela Brito (IL) pediu a palavra, faz favor” -----

3.3.2. A Senhora Deputada Anahela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e a todos e, na sua pessoa, todos os presentes, bem como todos aqueles que nos assistem de forma não presencial.-----

-----Para dizer ao Senhor Deputado António Moita (INOV25) que, realmente, os populistas aqui não somos nós; não estamos habituados a isso, não é o nosso *modus operandi*. -----

-----E também queria lhe dizer que é bom que leia ou que oiça. Não sei se o português não é bom para si. Se quiser, posso-lhe traduzir em inglês, em francês, em espanhol, em mandarim. Mas o que se diz, o que se diz na proposta, é que as duas vezes por ano é para distribuir a informação. Não é só que seja necessário as pessoas estarem atentas duas vezes por ano, não. Sazonalmente, distribui-se a informação e faz-se com maior vigor. É isso que diz, e diz em português, e está correto. -----

-----Também lhe queria dizer que, portanto, isto é uma ação. As ações que nós temos no Concelho são ações dispersas. O que se pretende aqui é um guia consolidado, permanente e acessível, para que as pessoas possam ter em casa. É exatamente isso. E, mais, e também lhe digo, não estamos aqui a pôr em causa a Proteção Civil. Não, não estamos. Isto é um complemento à ação técnica da Proteção Civil. As populações precisam de ser informadas, e também acho extraordinário que Oeiras seja dos poucos municípios que não precise, realmente, deve ser por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

causa do nosso nível de literacia, quando outros concelhos aqui à volta todos têm um guia deste género. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Pediu a palavra também o Senhor Presidente da União de Juntas, Inigo Pereira.” -----

3.3.3. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), disse o seguinte: -- -----

----- “Cara Presidente, Caro Vice-Presidente, Caros Vereadores e Caros Deputados. -----

----- Só para dizer que o nosso líder da bancada não ouviu mal, ouviu muito bem, mas dizer-lhe que a proposta que apresenta é muito redutora. Vejam só: dois dias ou um dia para a realização de todas essas iniciativas, um dia ou dois por ano para a divulgação. Isso é pouquíssimo. -----

----- Por isso, convido a Senhora Deputada Professora — olhe, se eu fosse seu professor, hoje dar-lhe-ia falta de TPC, porque, mais uma vez, não estudou a lição.-----

----- Todos os anos, o Município de Oeiras realiza a semana, Semana da Proteção Civil. São sete dias e, durante esses sete dias, são várias as iniciativas que são realizadas pela Proteção Civil e pelo Município de Oeiras. Nunca a vi. Tem razão, Senhor Vice-Presidente: eu nunca vi a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal nessas iniciativas. Existem várias ações de formação, simulacros sobre mau tempo, várias situações de emergência, incêndios, até tsunamis, e a Proteção Civil, o Município de Oeiras e as Juntas de Freguesia estamos todos capacitados e temos vindo a informar a nossa população sobre as várias fragilidades que tem o nosso território, no sentido de estarem capacitados para enfrentarem esse género de situações. -----

----- Vejam só: quando foi as últimas intempéries, a população de Oeiras portou-se muito bem, não saiu de casa, permaneceu em casa o máximo possível; até várias escolas fecharam e, dessa forma, evitou-se situações de risco, e quem mais percebe do assunto esteve no terreno a

operar e a regularizar as situações. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL) tinha pedido a palavra também, faz favor.”-----

3.3.4. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que o Grupo INOV quer..., portanto, quer votar contra e não sabe como, e então inventa aqui argumentos. E então inventa aqui argumentos. Sim, mas mais vale dizerem: nós votamos contra porque vem de outra bancada que não a nossa. É mais — olhe, era mais correto, era mais democrático, era mais democrático.-----

-----Mas, de qualquer forma, também para dizer ao Senhor Presidente Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), que eu não sei se ele não chumbou a português, mas deve ter chumbado certamente a português, porque não foi o que nós estamos aqui a falar: é de um guia municipal. Não estamos aqui a pôr em causa — não pusemos, referimos isso bem. Não estamos aqui a pôr em causa as ações da Proteção Civil; são coisas complementares. -----

-----Não entende quem não quer, ou então quem realmente está com défice de português.

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.”-----

3.3.5. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Desde já cumprimento a Meritíssima Doutora Maria Barbosa, Senhor Doutor Miller, Senhor Custódio, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e a todos os que nos ouvem. -----

----- Eu reconheço que a Iniciativa Liberal está a evoluir — está a evoluir um Grupo Municipal que costumava propor escadas rolantes para Barcarena e que agora vem, enfim, vem-nos aqui com esta proposta. Mas, Senhora Deputada, a Senhora está um bocadinho — desculpe a expressão — um bocadinho “assanhada” politicamente, porque, de facto ...” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “Isso é muito desagradável”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “O PS também está desconfortável.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “Está, está!”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** prosseguiu dizendo o seguinte: -----

----- “Esta proposta não acrescenta nada de substantivo àquilo que já existe. Ponto. Ponto, Senhora Deputada. A Senhora não acrescentou nada. Nada. E pior: mais uma vez, lamento dizê-lo, revela um desconhecimento preocupante do trabalho que o Município já desenvolve nesta matéria. --- -----

----- Nós dispomos de um Serviço Municipal de Proteção Civil ativo, estruturado e com intervenção permanente. Existe uma articulação contínua e “afinadinha” com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Existem campanhas de sensibilização, Planos Municipais de Emergência, e comunicação regular à população — e não vou continuar esta lista, que é muito grande. -----

----- Ou seja: aquilo que é apresentado como proposta, já é prática corrente. E quando a política se limita a propor o que já existe, deixa de ser uma solução, passa a ser redundância.

-----Mais ainda: esta proposta reduz a política de Proteção Civil a um instrumento simplista – um guia. Por isso é que há, nos outros concelhos, sabe, Senhora Deputada? Há, nos outros Concelhos, porque não têm as estruturas que nós temos, como se a complexidade dos riscos naturais se resolvesse com folhetos, com páginas web, com PowerPoint, ou campanhas sazonais, ou propostas como estas. -----

-----A Proteção Civil, Senhora Deputada, não é um panfleto, não é um guia. É planeamento, investimento, coordenação, treino, meios humanos e capacidade operacional que nenhum outro concelho tem como nós. -----

-----E é aqui que esta proposta falha completamente: não há uma única linha — vou repetir, Senhora Deputada — na sua proposta; não há uma única linha sobre reforço de meios, financiamento, articulação interinstitucional e efetiva, avaliação de risco, o território em concreto. Nada, nada, não há nada. Há apenas uma ideia genérica, descontextualizada e sem impacto estrutural.-- -----

-----Portanto, Senhora Deputada, a política séria exige rigor. E uma coisa que não leve a mal, mas é... tantas vezes o cântaro vai à fonte... é o conhecimento do terreno que a Iniciativa Liberal não tem em Oeiras, e propostas com impacto real.-----

-----Se a intenção fosse reforçar a resiliência do Concelho, poderíamos discutir investimento em sistemas de alerta que já existem, modernização tecnológica que está em curso, reforço de equipas ou integração de dados em tempo real — que o Senhor Vice-Presidente, na última reunião, tomámos aqui uma decisão importante nessa matéria ao formar uma direção municipal —, mas não é isso que aqui está. -----

-----O que aqui está é uma proposta leve, naïf, genérica e politicamente inócua, porque tenta transformar uma evidência — a importância da prevenção — numa bandeira política, isto é que é mais grave — vindo da sua bancada, sem acrescentar valor. A sua proposta não acrescenta valor. E é por isso que, naturalmente, não podemos acompanhar esta proposta; demagogia já basta



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a que vem de outras bancadas. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), novamente, faz favor.” -----

3.3.6. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25) que eu não estou a falar de Proteção Civil. Se quiser falar de Proteção Civil, também terei todo o gosto em fazê-lo. Aliás, já trouxe a esta Casa várias vezes, no mandato anterior e neste mandato, esse tema. Portanto, não estou a falar, mas fico feliz porque, portanto, a exceção confirma a regra. Realmente, fico feliz porque, se calhar, sermos só nós, ou só alguns de nós, que sabe que, se houver um problema qualquer, sabemos qual é o ponto de encontro. Quando sairmos aqui, se tivermos um problema aqui na Assembleia, todos nós que estamos aqui — se calhar, à exceção da Iniciativa Liberal — todos nós sabemos onde é que é o ponto de encontro para sair ordeiramente aqui da sala. Pronto.

----- Mas enfim, é o que temos do INOV. É assim.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não? Então, Senhor Vice-Presidente, não sei se quer usar a palavra? Não. Senhores deputados, então vamos passar à votação.” -----

3.3.7. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e quatro votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira,

António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com doze votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

-----A Senhora Deputada Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 31/2026** -----

-----**PROPOSTA RECOMENDAÇÃO - CRIAÇÃO DE UM GUIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E AUTOPROTEÇÃO PERANTE FENÓMENOS METEOROLÓGICOS**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

EXTREMOS E RISCOS NATURAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e quatro votos contra, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com doze votos a favor, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, foi rejeitada. Vamos passar agora...” -----

3.3.7.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Senhora Presidente, queria fazer uma declaração de voto.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Deputado, Tomás Pereira (CEO)” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Grupo Político Evoluir votou favoravelmente esta proposta por se enquadrar na linha de medidas que já havíamos anteriormente apresentado, e que algumas delas até foram aprovadas nesta Assembleia Municipal, no mês passado. Consideramos que a criação de instrumentos de prevenção e de autoproteção, bem como o reforço da literacia da população em matéria de riscos naturais e fenómenos extremos, são fundamentais para um Concelho mais preparado, resiliente e

seguro, pelo que acompanhamos esta iniciativa. -----

-----Ao contrário de muitas outras iniciativas da Iniciativa Liberal, nós não vimos qualquer populismo nem aproveitamento político nesta iniciativa e, portanto, só temos a lamentar que o INOV não tenha tido essa capacidade de aprovar aquela que era uma boa proposta para Oeiras e que, na verdade, também era uma proposta que poderia vir a salvar vidas. Argumento tantas vezes utilizado pelo INOV para apresentar propostas e para as aprovar. Aqui, infelizmente, não tiveram a capacidade de perceber que esta era uma dessas propostas, pese embora, como já referi, muitas vezes a Iniciativa Liberal cair nesse populismo e nesse aproveitamento político. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Faz favor, Senhor Deputado. Também para uma declaração de voto? Faz favor.” -----

3.3.7.2. O Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Sim, sim.-----

-----Boa tarde a todos e a todas. -----

-----A declaração de voto no sentido favorável ao que acabámos de votar é porque, na CDU, acreditamos que a prevenção começa pelas pessoas. Podem existir todos os mecanismos legais, operacionais; se as pessoas não estiverem preparadas — e isso vai com o hábito, vai com a capacitação das pessoas —, na “hora H” tudo falha. -----

-----E, portanto, ao contrário do que foi dito sobre esta ser uma proposta inócua, entendemos que é uma proposta que faz sentido para capacitar, cada vez mais, as populações do Concelho de Oeiras. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Mais ninguém pretende usar da palavra para declarações



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de voto? Então, vamos passar à proposta de Recomendação do Grupo Municipal Oeiras Chega, que vou pedir o favor ao Senhor Segundo-Secretário que leia.” -----

3.4. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH -----

----- O Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O Município de Oeiras tem o dever legal e político de garantir condições efetivas de segurança nos estabelecimentos de ensino, assegurando a proteção das crianças, jovens, docentes e trabalhadores da educação, bem como a defesa do interesse público em situações de risco. Recentemente, foi reportado que alunos agrediram um colega de catorze anos e filmaram em uma escola de Porto Salvo. O sucedido é conhecido pelas entidades envolvidas e pelas estruturas locais com responsabilidade na resposta à ocorrência. A par disto, no dia de hoje, foi noticiado pela CNN Portugal, que num grupo com dezenas de alunos do sétimo ano da Escola Secundária Quinta do Marquês, foram partilhadas conversas de alto cariz violento e fotografias de professores retiradas do Teams. -----

----- Esta situação revelou uma vulnerabilidade grave. Na ausência de meios objetivos de registo, factos reais e potencialmente perigosos para a segurança das crianças tornam-se suscetíveis de negação pública, relativização ou distorção. A falta de prova técnica não protege direitos, fragiliza-os. Fragiliza a capacidade de prevenção, enfraquece a resposta institucional e expõe a comunidade escolar à desinformação. É por essa razão que há já várias escolas no país que implementaram sistemas de vigilância, de forma a assegurar condições de segurança para alunos e funcionários. -----

----- A segurança escolar não pode depender da disputa mediática nem da inexistência de instrumentos que permitam confirmar, de forma inequívoca, o que efetivamente ocorreu. -----

-----Neste contexto, a implementação de sistemas de videovigilância nos estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras justifica-se por duas razões, centrais e indissociáveis: o reforço da segurança das comunidades escolares e a garantia de verificação objetiva dos factos em situações de risco.-----

-----Assim, a presente proposta de recomendação visa introduzir, nos estabelecimentos de ensino do concelho de Oeiras, um regime claro, limitado e juridicamente enquadrado de utilização de sistemas de videovigilância, orientado exclusivamente para a proteção da segurança da comunidade escolar e para a verificação objetiva de ocorrências relevantes.-----

-----Para efeitos da presente proposta, entende-se por sistema de videovigilância o conjunto de equipamentos técnicos destinados exclusivamente à captação e gravação de imagens, sem captação de som, operados sob controlo público, com a finalidade única de proteção de pessoas e bens e de confirmação objetiva de factos ocorridos em contexto escolar, em estrita conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.-----

-----A implementação destes sistemas deve sempre obedecer aos seguintes princípios e condições:-----

-----i) Enquadramento legal, com cumprimento integral do Regulamento (EU) dois mil e dezasseis/seiscentos e setenta e nove (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), da Lei cinquenta e oito/dois mil e dezanove e da Lei noventa e cinco/dois mil e vinte e um (videovigilância), respeitando os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade;-----

-----ii) Delimitação estrita das zonas de captação, ficando a recolha de imagens limitada exclusivamente a entradas e saídas dos estabelecimentos de ensino e acessos e perímetros exteriores dos recintos escolares;-----

-----iii) Exclusão absoluta de espaços de privacidade, sendo expressamente proibida a instalação de câmaras em quaisquer locais onde exista uma expectativa legítima de privacidade por parte de alunos, docentes ou trabalhadores não docentes;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- iv) Envolvimento dos encarregados de educação, antes da implementação dos sistemas, quer sob a forma da figura representativa das associações de encarregados de educação ou outra que melhor sirva o propósito da aplicação destas medidas. -----

----- A presente proposta de recomendação não visa instaurar qualquer forma de vigilância indiscriminada ou permanente sobre a atividade escolar. Visa, de forma concreta e delimitada, colmatar uma falha que ficou evidenciada: a inexistência de meios técnicos objetivos que permitam reforçar a segurança de crianças e funcionários, prevenir incidentes graves e assegurar que factos reais, ocorridos em contexto escolar, não possam ser publicamente negados ou desvalorizados por ausência de prova material. -----

----- Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão extraordinária de dezassete de março de dois mil e vinte e seis, recomende ao executivo da Câmara de Oeiras que:

----- Um - Proceda à criação e execução de um programa municipal de implementação de sistemas de videovigilância nos estabelecimentos de ensino do concelho Oeiras, em conjunto e articulação com as forças de segurança, orientado exclusivamente para a proteção e segurança da comunidade escolar e para a verificação objetiva de ocorrências relevantes; -----

----- Dois - Garanta que a implementação dos referidos sistemas seja realizada exclusivamente mediante procedimento de concurso público, nos termos do Código dos Contratos Públicos, assegurando transparência, concorrência e controlo público da despesa; -----

----- Três - Assegure que os sistemas de videovigilância a instalar se limitem estritamente à captação de imagens, sem captação de som, e incidam apenas sobre: -----

----- entradas e saídas dos estabelecimentos de ensino, -----

----- acessos e perímetros exteriores dos recintos escolares. -----

----- Quatro - Certifique que seja expressamente excluída a instalação de câmaras em salas de aula, espaços pedagógicos, casas de banho, vestiários ou quaisquer outros locais onde exista

uma expectativa legítima de privacidade, tanto de alunos como de professores e funcionários; ---

-----Cinco - Garanta que o respetivo caderno de encargos e os regulamentos de funcionamento dos sistemas incluam, de forma clara e vinculativa:-----

-----a identificação precisa das zonas de captação autorizadas;-----

-----os limites técnicos e ângulos de captação dos equipamentos;-----

-----os prazos máximos de conservação das imagens;-----

-----os perfis restritos e hierarquizados de acesso às gravações;-----

-----as responsabilidades da Câmara Municipal de Oeiras enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais.-----

-----Seis - Assegure a inclusão prévia e efetiva dos encarregados de educação, designadamente através da audição das associações de pais e encarregados de educação, bem como a prestação de informação clara e acessível sobre as finalidades da videovigilância, os direitos dos titulares de dados e os mecanismos de fiscalização e reclamação;-----

-----Sete - Tome todas as diligências necessárias para que a implementação da medida em apreço tenha lugar até ao início do ano letivo dois mil e vinte e seis/vinte e sete.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Segundo-Secretário. E eu pergunto se há alguém que queira usar da palavra. Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25), faz favor.”-----

3.4.1. O Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Saúdo a Mesa, os Senhores Deputados, o Executivo Camarário e todos aqueles que nos seguem na sua pessoa.-----

-----Eu, quando li esta recomendação, cheguei ao fim a simpatizar muito com ela, e perguntei a mim próprio: para que país do mundo o Chega estava a fazer esta recomendação? E depois fui ao título ver, e era para Oeiras.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ora, eu trabalho numa escola do Concelho de Oeiras desde mil novecentos e setenta e nove. A escola, hoje, é sede de um agrupamento, mais cinco escolas. Pelo menos há vinte anos, a escola onde eu trabalho tem um sistema de videovigilância que responde ponto por ponto a tudo o que é aqui proposto. O Agrupamento de Escolas de São Julião da Barra tem cinco escolas: três têm um sistema de videovigilância e de controlo de intrusão ligado à Polícia Municipal de Oeiras, e duas escolas têm um sistema de controlo de intrusão e de videovigilância ainda a cargo da Administração Central. -----

----- É a empresa Vinte Quarenta e Cinco, escolhida por concurso feito pela Administração Central, que logo que se liga o alarme, tem o controlo da videovigilância e grava tudo aquilo que se passa à frente das câmaras, desde que haja — agora não me recordo —, mas um determinado número de imagens seguido diferente, portanto, que haja movimento. -----

----- Durante o dia, nas escolas onde há portaria, que são duas, as câmaras estão online, e quem está na portaria, a vigiar quem entra e quem sai, tem à sua disposição um ecrã com as câmaras, todas que recebem imagens sem as gravar. A partir do momento em que se liga o alarme, as câmaras gravam tudo aquilo que se passa. Portanto, o que está aqui é simpático, tem a ver com a segurança, mas é assegurado nas escolas do Concelho de Oeiras há muitos anos pelo Município e pela Administração Central — que, no futuro, seja só o Município, se calhar, é o caminho que se seguirá. Mas, neste momento, a cautela da lei, todas as alíneas, é aquilo a que obedecem os sistemas, obedecem os sistemas implementados de videovigilância nas escolas de Oeiras. -----

----- Portanto, nada do que está aqui é novo; se aplica e prova que o Chega não conhece o território em que se move e sobre o qual faz propostas simpáticas, que trazem segurança às pessoas, mas que já existem na prática. -----

----- Eu convido, se me permitem, os Senhores Deputados do Chega, se quiserem, a visitar qualquer uma das cinco escolas do meu agrupamento e ver *in loco* como é que funciona, de facto, este sistema de videovigilância e de combate e controlo da intrusão. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU), faz favor.”-----

3.4.2. O Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Agora está. Eu estive aqui a ouvir, e é fácil simpatizar, como disse o Senhor Deputado anterior, com as palavras desta recomendação. -----

-----Agora, como, de uma forma geral, o que vai chegando por todo o país, por parte das bancadas do Chega, é preciso vermos amiúde. E, se formos ver, o Chega blindou esta recomendação exatamente com as palavras da Comissão Nacional de Proteção de Dados, para depois poder dizer que tudo o que estamos a fazer é legal. Quem vota contra são maus. Eu quero-vos dizer que a CDU, neste aspeto, podemos ser maus à vontade. Cabeça erguida com este aspeto.

----- A lei diz em que condições, pode haver câmaras de segurança, e a videovigilância não pode ser utilizada de toda a maneira e feitio. -----

-----O que o Chega tenta fazer, porque lhe dá jeito, é criar uma imagem de violência generalizada, de insegurança. E estamos a falar de escolas... eu tenho filhos em escolas; porventura, poderão haver — não vou dizer que não —, e manifestar a solidariedade, e acho que têm de ser resolvidas essas situações, mas não é generalizada. E a comunidade escolar é que tem de estar preparada para ajudar a resolver muitas dessas situações, porque, deixem-me dizer-vos uma coisa, o “bullying” muitas vezes surge da falta de acompanhamento dos pais, dos problemas que os pais têm em casa, e que transportam para o comportamento das crianças, para as desigualdades que existem. E é com oportunidades, é com acompanhamento, e é com diálogo que se faz; não é com a videovigilância permanente.-----

-----Pessoalmente, eu dou muitas vezes o meu exemplo — não levem a mal —, mas eu não quero que os meus filhos sejam vigiados a toda a hora. Eu cresci no campo, tínhamos problemas dentro das escolas e era dentro das escolas que os tínhamos de resolver. Quando passavam a outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

patamar, existem as autoridades públicas para tomarem conta das ocorrências: a GNR, a PSP, a CPCJ, etc. É assim que se resolve, não é instalar o medo. Com a CDU não contam, nem hoje, nem nunca, para controlar ninguém, para instaurar este medo.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado José Shirley (CH) faz favor”--

3.4.3. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e Caros Múncipes. -----

----- Hoje de manhã li uma notícia que me ficou na cabeça. Uma conversa entre jovens, num grupo de WhatsApp, onde se dizia: “tu ficaste de trazer as armas, eu levo as facas”. Conversas violentas num grupo de WhatsApp deixam a comunidade escolar de Oeiras preocupada.

----- E o mais preocupante nem é só a frase. É a forma como ela é dita... com uma leveza que assusta, como se fosse normal. -----

----- E permita que lhe diga, Senhor Deputado Domingos (INOV25), com o total respeito que tenho por si, acho que seria melhor também focar não só no seu agrupamento, mas em todas as escolas deste Concelho, onde há escolas onde têm câmaras de vigilância, mas não funcionam, como o Senhor Professor deve tão bem saber. -----

----- E é aqui que temos de parar um pouco também para pensar. Porque isto não é apenas uma conversa entre miúdos. Isto é um sinal claro de que há comportamentos que estão a começar a ser normalizados, e que isso devia preocupar todas as Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O Chega quer deixar isto muito claro: condenamos todas as formas de violência, sem exceções. E convém dizer isto olhos nos olhos: não há desculpas para a violência. Nem contexto, nem conversa, nem teoria que a justifique. Quem fala em levar armas ou facas para uma escola está a ultrapassar todos os limites do aceitável. -----

----- Mas há outra coisa que também não pode acontecer: é fingir que isto não é connosco.

Porque é. Está nas nossas escolas, está nas famílias, está no Concelho. E quando há pais preocupados, alunos inquietos e professores sem respostas, isso já é motivo mais do que suficiente para esta Assembleia e para esta Câmara agir. -----

-----A Câmara pode não controlar tudo, mas tem o dever de estar presente, de acompanhar e de não ignorar estas situações de escolas do nosso Concelho. Porque há uma diferença entre não ter todas as competências... e escolher não ver o problema. Porque este problema é hem real e existe. -----

-----E o mais perigoso é isto começar devagar. Começa com mensagens, começa com ameaças ditas a hrincar, começa com coisas que ninguém leva a sério... até um dia talvez alguém levar a sério demais. E nesse dia já não há discursos que o resolvam. -----

-----E é precisamente por isso que temos de agir antes.-----

-----E não sou só eu a dizê-lo. A própria Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos Escolares já veio dizer que é favorável à instalação de videovigilância nas escolas. Mais, a ex-ministra do Partido Socialista disse que era favorável à instalação de videovigilância nas escolas. Eu sei que era do Governo do José Sócrates e talvez o Partido Socialista não queira saber, mas é importante também frisar. Ou seja, quem está no terreno, quem vive esta realidade diariamente, já percebeu que é preciso fazer mais, é preciso prevenir, proteger e agir. -----

-----E foi exatamente por isso que o Chega apresentou nesta Assembleia uma proposta para a implementação de videovigilância nas escolas do Concelho de Oeiras. Porque isto, muito francamente, não é uma questão ideológica. É uma questão de segurança dos nossos alunos, dos nossos professores e de todos os funcionários que estão na escola. Porque a segurança, senhores deputados, é garantir que um jovem que entra na escola e um funcionário sabe que está protegido. É garantir que um pai e uma mãe, quando deixam o filho na escola, sabe tão bem que também está protegido. - -----

-----E há uma coisa que não podemos ignorar: quem vive esta realidade no dia a dia não



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

são os relatórios nem são as estatísticas, são as pessoas. São os pais que começam a ficar inquietos, são os alunos que deixam de se sentir totalmente seguros, são os professores e os auxiliares que muitas vezes têm de lidar com estas situações sem terem meios.-----

----- Senhora Presidente.-----

----- Os jovens não precisam de discursos bonitos, nem de viagens oferecidas por esta Câmara. Precisam de segurança, de limites e de referências claras. E no que diz respeito à segurança dos nossos jovens e da nossa população, não pode haver hesitações.-----

----- E se me permitem, que ainda tenho tempo, estou a falar senhora... tenha calma.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, eu sei bem e não há nenhum deputado nesta Casa que possa dizer que o Senhor Presidente não ama este Concelho. Ninguém pode dizer isso. Eu sei muito bem e todos sabem que o Senhor Presidente gosta deste Concelho e, portanto, eu não falo como Deputado, mas falo como jovem e peço como jovem a esta Casa, o mais jovem Deputado desta Assembleia que foi eleito pelos oeirenses.-----

----- Por favor, Senhor Presidente, foque na segurança dos jovens, foque nos funcionários. Isto é uma medida muito simples. Há várias escolas ao longo de todos os concelhos do nosso território que já implementaram.-----

----- Portanto, Senhor Presidente, faça o favor de proteger a nossa comunidade escolar.---

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Muito obrigada. Algum... alguém mais pretende... alguém mais pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).”-----

3.4.4. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. Queria cumprimentá-la a si, à Mesa, ao Executivo, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Eu pedi a palavra para dizer, relativamente a esta proposta de recomendação que o Chega apresenta hoje, que o Partido Socialista condena todas as formas de violência, em todas as suas expressões, sejam elas físicas, verbais ou simbólicas.-----

-----E, como tal, consideramos que é particularmente grave quando essas condutas se refletem no exercício das funções públicas, como demonstram os processos que envolvem vinte e três deputados do Chega na Assembleia da República, num universo de cinquenta e oito eleitos.-

-----Estes números não podem ser ignorados neste debate nem relativizados. Pelo contrário, devem suscitar uma reflexão profunda e séria na responsabilidade como elegemos quem exerce efetivamente cargos políticos e sobre a necessidade de garantir que as instituições democráticas são espaços de respeito, dignidade e exemplo para a sociedade.-----

-----Deixo uma sugestão ao Chega: para instalar as câmaras de videovigilância dentro do interior do seu partido para evitarem o aluguer de imóveis com habitações clandestinas arrendadas a imigrantes ou mesmo para evitar o roubo de malas.-----

-----Disse, Senhora Presidente”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado João Viegas (INOV25) faz favor.” -----

3.4.5. O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Queria apenas dar aqui um testemunho pessoal com muito orgulho.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) pediu a palavra. Faz favor” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Tenho dois filhos: uma já casou — tive a felicidade —, tem trinta anos; casei-a o ano passado e fez todo o percurso, todo o percurso nas escolas de Oeiras, todo o percurso. Tenho um filho que está também num agrupamento escolar em Carnaxide e todo o seu percurso, desde a primária até agora, onde está, no décimo primeiro ano, foi na escola pública em Oeiras. E, portanto, como pai, nunca vi um clima de medo. Havia incidentes, sempre houve; há problemas, sempre houve. Mas, de facto, queria deixar este testemunho para os oeirenses. Aliás, os oeirenses sabem que têm escolas decentes.-----

----- Agora, aqui a questão de fundo é um bocadinho ideológica. Esta ideia de que há segurança em vigiar é uma ideia obtusa, não é? A educação começa em casa.-----

----- Quando o Senhor Presidente Isaltino disse, com muita coragem, em dois mil e dezasseis, que queria ter os melhores alunos no país, eu, na altura equívoco, disse ao Senhor Presidente: você está mesmo a dizer a mesma coisa do que o Kennedy disse, quando queria pôr um homem na lua.-----

----- Porque, para ter os melhores alunos do país, não é preciso só ter as melhores escolas; é preciso ter as melhores famílias, é preciso ter os melhores professores. E é aí que começa a segurança, Senhor Deputado. Não é pelo medo, não é pela vigilância que nós vamos dar conforto aos pais, é pela coesão social, é pela habitação, é pelas escolas, pelos centros de estudo que foram criados nos bairros municipais, que combateram o insucesso escolar.-----

----- Não vos vejo falar em psicólogos para a CPCJ, não vos vejo falar aqui na CPCJ, não falam em prevenção, em mediação, não falam em educação para a cidadania.-----

----- As Vossas Excelências falam aqui naquilo que é a vossa visão, que é respeitável: que é um estado policial, é uma espécie de Big Brother. E, portanto, senhores deputados, em Oeiras é diferente. Vejam se entendem isto que ainda não entenderam. Em Oeiras é diferente, e os Senhores Deputados do Chega vão continuar a ter as miseráveis votações que têm em Oeiras, comparado com o resto do país, se não perceberem de vez, que em Oeiras é diferente.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado José Shirley (CH) pediu a palavra, mas já não tem tempo.”-----

3.4.6. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Para uma Defesa da Honra, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Esgotou o seu tempo.”-----

-----**Alguns senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, mas ninguém ofendeu a sua honra. Ninguém ofendeu a sua honra nesta sala. Vamos...”-----

-----O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** perguntou o seguinte:-----

-----“Posso exercer a Defesa da Honra, Senhora Presidente?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Não, não, Senhor Deputado.”-----

-----O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Quando falam de um, quando falam de um partido que tem não sei quantos casos...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado... senhores deputados, eu estou a falar. E estou a dizer que não pode usar da palavra neste momento, e que não há Defesa da Honra.”-----

-----O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** disse o seguinte:-----

-----“Vejam os casos do PS que estão todos na prisão.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não há aqui uso da palavra para Defesa da Honra porque ninguém ofendeu a sua honra. E, portanto, vamos... mais ninguém pretende usar da palavra?”-----

3.4.7. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- É só um Ponto de Ordem à Mesa, se não se importar. A situação é clara, quer dizer, estão a dizer que o Chega tem trinta e quatro processos. O recorde dos processos em Portugal, processos criminais, é do PS. Portanto, lave os dentes, o PS para falar do Chega...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse seguinte:** -----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa, não... Pronto. Já falei, já disse o que tinha a dizer quanto a esta matéria e, portanto, mais ninguém quer intervir. Eu dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se quiser. Faz favor.”-----

3.4.8. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, realmente, então... Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu tenho duas notas a dizer sobre esta matéria e começaria por referir que, quando se diz que os jovens não precisam de viagens, está-se a ver mal o problema. As viagens é dar mundo, é dar mundo aos nossos jovens. E, realmente, a segurança verdadeira é saber o que se quer e o que se pode fazer na vida. E, portanto, quando se criam condições de realização desses sonhos dos jovens, é nessas circunstâncias que nós, os decisores políticos, podem se sentir confortados-----

----- E, portanto, nesta discussão, a conclusão a que eu chego é que o Chega não quer propriamente a segurança dos portugueses. O Chega está mais interessado em criar uma sociedade securitária para os portugueses. E, realmente, aprendam, aprendam com o Chega, porque é indiscutível que o Chega tem uma metodologia muito interessante, porque faz aquilo que recomenda que os outros não façam. Isto é, devagarinho, devagarinho, vai criando um determinado ambiente, neste caso de insegurança, empolando determinadas situações, e, na altura, dá a

impressão que vivemos realmente numa sociedade absolutamente fechada. Ora bem, não é o caso.

-----As nossas escolas vivem com normalidade. Os eventos que acontecem nas escolas e o que acontece nas redes sociais, muitas vezes sabemos que isso ocorre sob o signo da impunidade. As pessoas sabem que, nas redes sociais, podem dizer aquilo que querem, e, curiosamente, vamos lá ver, os militantes do Chega até nem são, digamos, os melhores comportados. Quer dizer, nós vemos bem aquilo que vem nas redes sociais, os métodos que são usados.-----

-----E, portanto, quer dizer, as escolas, em primeiro lugar, devem ser as primeiras instituições a chamar a atenção, e alertar a Câmara Municipal daquilo que efetivamente a Câmara Municipal pode fazer, possa fazer, no sentido de criar melhores condições de segurança, quando esses problemas realmente se coloquem. Quer dizer, portanto, não me parece, não me parece que a situação... primeiro, já há videovigilância nas escolas. Segundo, o alargamento maciço dessa videovigilância, não me parece que seja um... neste momento, um problema que mereça uma discussão aqui na Assembleia Municipal, porque não conheço nenhuma situação, nenhum evento anormal nas nossas escolas, para além daquilo que acontece, que sempre aconteceu em muitas escolas. ----

-----Aliás, o problema do bullying, aqui hoje já tratado, como sabem, de uma forma mais especial, mais atenta — bom, houve uma evolução extraordinária nos últimos trinta, quarenta anos nessa matéria. Quer dizer, cada vez que há qualquer situação, digamos, menos, que sai fora da normalidade, se vamos tomar medidas de vigilância, qualquer dia temos uma sociedade totalmente liberada de vontade, não é? Ora, não parece que sejam essas as circunstâncias em que nós vivemos.

-----E, portanto, eu fico sempre surpreendido quando... e isto também traduz, devo-vos dizer o seguinte, e eu manifesto aqui a abertura e a disponibilidade da Câmara para receber todos os senhores deputados que entendam. Curiosamente, até hoje, nenhum deputado pediu uma reunião com o Presidente da Câmara. É curioso. Só pensei nisso agora, nunca tinha pensado nisso. Nenhum deputado até hoje pediu uma reunião com o Presidente da Câmara para pedir um



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esclarecimento qualquer sobre uma situação que pretendessem apresentar na Assembleia Municipal. Não acham isso estranho?-----

----- E depois, surpreendem-se que, realmente, a bancada, ou as bancadas, votem contra determinadas recomendações, porque as recomendações é chover no molhado. Há muitas recomendações que não têm nada a ver com a realidade do Município. Se os senhores deputados se informassem previamente sobre aquilo que acontece relativamente a determinadas especificidades, não vinham propor, na Assembleia Municipal, propostas de recomendação que não têm qualquer razão de ser. -----

----- Quer dizer, eu ficava realmente mais tranquilo se, perante uma situação — e é compreensível —, um deputado ou um grupo parlamentar quer apresentar uma medida, uma recomendação na Assembleia Municipal, se previamente se dirigisse à Câmara, ao gabinete do Presidente, ou a qualquer vereador ou serviço, e dissesse: “Olhe, o que é que se passa com esta situação?” Recebe o esclarecimento adequado e, então aí, apresenta uma proposta de recomendação. Agora, estar a fazer propostas de recomendação relativamente a coisas que já existem, que já são uma prática normal da Câmara — e quero dizer que a maior parte, eu diria noventa por cento, assim um bocadinho à toa, de recomendações que aqui são apresentadas incidem sobre questões que a Câmara Municipal já está a desenvolver. -----

----- Às vezes, os senhores deputados parecem que se esquecem que estamos num dos municípios mais avançados do nosso país. Quer dizer, e, portanto, sim, não vale a pena: é a realidade, são os números, são os dados. Basta olhar, é o que é. Não vale a pena disfarçar. Na verdade, temos um Município dos mais avançados do país e até da Europa. Esta é que é a realidade.

----- E, portanto, eu fico disponível para, quando quiserem apresentar qualquer proposta que possa melhorar aquilo que é o comportamento da Câmara nesta ou naquela matéria, se dirigirem ao meu gabinete. Eu estou disponível para falar com todos, mas é com surpresa — eu digo — nunca tinha pensado nisso, mas verifico agora que realmente nunca nenhum deputado se

dirigiu ao Presidente da Câmara a pedir qualquer esclarecimento. É uma coisa estranha. Pronto. E, então, reitero aqui a minha disponibilidade. -----

-----Quanto a propostas como estas, na minha opinião, só têm uma solução: é serem chumbadas. Não vejo outra hipótese, porque não adiantam nada, não é? Apenas servem para numa Assembleia criar algum alarme, criar algum alarme relativamente à insegurança. -----

-----Por outro lado, não deixa de ser estranho que os deputados — eu digo isto em relação ao Chega, como digo a qualquer partido —, acho estranho que um Deputado do Chega venha para a Assembleia Municipal criticar as viagens e o apoio a viagens a jovens, quando o Senhor Vereador do Chega da Câmara Municipal está de acordo com essas viagens, pelo menos manifestou o seu apoio à proposta de deliberação. É uma estratégia curiosa. -----

-----Atenção, mas atenção, mas vejam bem: está-se a rir quem menos autoridade tem para se rir, porque, justamente, se há alguém que desautorizou os vereadores, é ali o Partido Socialista, relativamente a posições que os vereadores do Partido Socialista tomaram. Se houve vereadora que foi desautorizada, foi a anterior vereadora do Partido Socialista. Portanto, não se riam, não se riam, porque eu agora estou a falar do Chega, mas vocês, realmente, o Partido Socialista sempre desautorizou; mais, o Partido Socialista até continua a desautorizar a vereadora que já não o é. Portanto, é curioso. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. Poderemos passar à votação desta proposta de recomendação?”-----

3.4.9. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com trinta e um votos contra, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com três votos a favor do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho) e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira). -----

----- O Senhor Deputado Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 32/2026** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com trinta e um votos contra, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com três votos a favor do Partido Chega e com duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Portanto, foi rejeitada por maioria. Declaração de voto da Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

3.4.9.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra a presente proposta por considerar que a resposta a fenómenos de violência ou indisciplina em meio escolar não deve passar pela normalização de mecanismos de vigilância sobre crianças e jovens. Implementar ou usar o uso de sistemas de videovigilância nas escolas, ainda que limitada a determinados espaços, contribui para a criação de uma cultura de controlo que pode ter impactos negativos no ambiente educativo e no desenvolvimento dos alunos.-----

-----Acresce que a evidência disponível demonstra que este tipo de medidas tem eficácia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reduzida na prevenção de comportamentos violentos, em detrimento de uma abordagem preventiva. A própria proposta revela este desvio ao colocar a tónica na verificação posterior dos factos, em vez de investir na sua prevenção. A proposta, na verdade, o que pretende é abrir o caminho a um alargamento progressivo da vigilância e a uma erosão de direitos fundamentais, que importa sublinhar o impacto que este tipo de soluções pode ter na relação de confiança entre alunos e comunidade educativa, transformando o espaço escolar num ambiente mais securitário do que pedagógico. -----

----- Finalmente, entendemos que propostas desta natureza não devem resultar de reflexões de casos mediáticos recentes, por mais graves que sejam, mas antes de uma reflexão estruturada, sustentada e orientada para soluções eficazes e duradouras.-----

----- Por fim, o Grupo Político Evoluir Oeiras defende uma abordagem centrada na prevenção, através do reforço de equipas multidisciplinares nas escolas, nomeadamente com mais psicólogos, como já aqui falámos diversas vezes, com mais assistentes operacionais, como aqui já falámos várias vezes, na promoção de programas de mediação de conflitos e educação para a cidadania, como aqui já falámos muitas vezes, e na construção de um ambiente escolar baseado na confiança, inclusão e responsabilidade, que são comprovadamente fatores mais eficazes na redução da violência em contexto educativo. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), também para uma declaração de voto? Faz favor.”-----

3.4.9.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Sim, exatamente. Uma declaração de voto, Senhora Presidente.-----

----- E, é neste sentido, a implementação de um sistema de vigilância nas escolas levanta questões relevantes e sensíveis, que merecem uma análise ponderada e equilibrada. Temos de ter

atenção à proteção da privacidade, e aos direitos fundamentais das crianças e dos jovens. -----

-----A Iniciativa Liberal entende que uma decisão desta natureza deveria ser precedida de um processo mais alargado de auscultação da comunidade educativa, envolvendo encarregados de educação, professores e, inclusive, representantes de alunos, para atingir um consenso e confiança. Assim, atendendo à importância do tema, mas também às dúvidas, a IL optou por se abster. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).” -----

3.4.9.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Era só para indicar que irei entregar uma Declaração por escrito. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O PAN vota contra esta proposta. -----

-----Reconhecemos a importância de garantir a segurança nas escolas e levamos muito a sério todas as situações de violência que envolvem crianças e jovens. No entanto, não acompanhamos a ideia de que a resposta passe pela generalização de sistemas de videovigilância.

-----A segurança em contexto escolar não se constrói através da vigilância permanente, mas sim através da prevenção, da educação e da intervenção precoce. Medidas como o reforço de equipas multidisciplinares, o acompanhamento psicológico, a mediação de conflitos e o trabalho com famílias têm um impacto real e duradouro na redução da violência. -----

-----A instalação de câmaras, ainda que limitada a espaços exteriores, levanta questões relevantes de proporcionalidade e de normalização de uma cultura de vigilância, sem garantir, por si só, a resolução dos problemas identificados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

U

----- Mais do que reagir a casos mediáticos com soluções imediatas, importa investir em políticas estruturais que promovam ambientes escolares seguros, inclusivos e emocionalmente saudáveis.-----

----- Acreditamos que uma escola segura se constrói com mais acompanhamento, mais proximidade e mais investimento nas pessoas — não com mais vigilância.-----

----- O PAN defende uma abordagem que vá à raiz dos problemas e não apenas aos seus sintomas.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Podemos passar agora à proposta de Recomendação do Partido PAN, Pessoas Animais Natureza e vou pedir o favor ao Senhor Primeiro-Secretário de ler esta proposta de recomendação.”-----

3.5. RECOMENDAÇÃO - PELA ADEQUAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS À REALIDADE DAS PESSOAS COM ANIMAIS DE COMPANHIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN-----

----- O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro-Secretário**, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve:-----

----- “Pela adequação das respostas sociais à realidade das pessoas com animais de companhia-----

----- A relação entre pessoas e animais de companhia tem vindo a assumir uma importância crescente na sociedade contemporânea. Para muitas pessoas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, os animais representam não apenas companhia, mas também um importante fator de estabilidade emocional, apoio afetivo e estrutura no quotidiano.-----

----- Em diversas situações de vulnerabilidade — como a perda de habitação, dificuldades económicas, situações de violência doméstica ou outras circunstâncias sociais complexas — verifica-se que a existência de animais de companhia pode constituir um obstáculo ao acesso a

determinadas respostas sociais, quando estas não contemplam a possibilidade de permanência dos animais com os seus tutores. -----

-----Esta realidade pode conduzir a situações particularmente difíceis, em que pessoas em situação de fragilidade acabam por recusar soluções de apoio institucional por não aceitarem separar-se dos seus animais de companhia, prolongando ou agravando contextos de exclusão social. -----

-----Importa reconhecer que, para muitas pessoas, os animais de companhia fazem parte integrante do seu núcleo familiar e da sua estabilidade emocional. Por essa razão, diversas cidades e municípios têm vindo a desenvolver políticas públicas que procuram integrar esta dimensão nas respostas sociais, garantindo simultaneamente a proteção das pessoas e o bem-estar dos animais.

-----No concelho de Oeiras, importa continuar a desenvolver respostas sociais que tenham em consideração a realidade concreta das famílias e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

-----Neste sentido, e tendo em vista promover soluções socialmente mais eficazes, humanas e integradoras, a Assembleia Municipal de Oeiras recomenda à Câmara Municipal que:

-----Um. Avalie a possibilidade de adaptar algumas respostas sociais municipais, sempre que tal seja compatível com as condições de segurança e salubridade, de forma a permitir que pessoas em situação de vulnerabilidade possam permanecer acompanhadas pelos seus animais de companhia. -----

-----Dois. Promova a criação de uma rede municipal de acolhimento temporário de animais de companhia, em articulação com associações de proteção animal, clínicas veterinárias e eventuais famílias de acolhimento, destinada a apoiar situações em que a permanência imediata dos animais com os seus tutores não seja possível. -----

-----Três. Estabeleça protocolos de cooperação com entidades locais, incluindo associações, clínicas veterinárias e outras organizações da sociedade civil, com vista a garantir soluções de acolhimento temporário e acompanhamento adequado dos animais. -----



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Quatro. Integre esta dimensão na atuação dos serviços sociais municipais, promovendo uma abordagem articulada entre as áreas da ação social e do bem-estar animal, de forma a assegurar respostas mais completas e eficazes.-----

----- Com esta recomendação pretende-se reforçar uma visão de políticas públicas centradas nas pessoas, reconhecendo que, para muitas famílias, os animais de companhia fazem parte do seu quotidiano, do seu equilíbrio emocional e da sua dignidade.-----

----- Promover respostas sociais que tenham em consideração esta realidade constitui não apenas um gesto de sensibilidade social, mas também uma forma de tornar as políticas públicas mais eficazes, humanas e adaptadas à vida real das pessoas.-----

----- Nenhuma pessoa deve ter de escolher entre a sua segurança e o seu animal de companhia.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Secretário. E, então, ponho esta proposta à discussão. Não sei se alguém pretende usar da palavra. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.” -

3.5.1. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado.-----

----- Ora, nem propositadamente poderia ter aparecido, no dia de hoje, propostas de três forças políticas distintas, para contrariar aquilo que tem normalmente sido dito pela oposição, em que o INOV se comporta aqui como um rolo compressor de tudo o que são propostas de forças políticas da oposição. Quando as propostas são construtivas, quando as propostas têm mérito, quando as propostas vêm propor algo de novo, quando as propostas são feitas no sentido de corresponder a necessidades que todos nós partilhamos, não temos qualquer problema. Não temos tido, ao longo de muitos anos, e continuamos a não ter problema em dar mérito a propostas que o têm. É isso que encontramos nesta proposta que o PAN aqui nos faz. E é por isso que o sentido de voto é diferente de um conjunto de outras propostas que também, aqui, hoje, foram apresentadas,

mas que não são nem construtivas, nem trazem nada de novo, nem acrescentam nada à vida das pessoas. -----

-----E, portanto, queria só deixar — não me vou pronunciar sobre esta proposta em concreto, partilhamos dos objetivos que a mesma tem e, portanto, o nosso voto não podia ser outro que não o da concordância e de agradecimento ao PAN pelo facto de ter apresentado uma proposta deste tipo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra sobre esta...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mais ninguém pretende usar da palavra? Então, eu dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Peço algum silêncio.” -----

-----Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----“Peço algum silêncio, senhores deputados. Já dei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

3.5.2. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Eu começo, para não haver dúvidas, por fazer minhas as palavras do Senhor Deputado António Moita (INOV25), mas quero acrescentar o seguinte: -----

-----Muitas vezes, as propostas de recomendação — tão importante o que está nas linhas é o que está nas entrelinhas —, e, portanto, é natural que esta proposta de recomendação seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovada, mereça a concordância do Grupo INOV25 e, naturalmente, provavelmente de todos os grupos. -----

----- Mas atenção: é uma recomendação que visa realmente melhorar a performance da Câmara nesta matéria, sendo certo que não diz aqui que a Câmara Municipal não tem os cuidados devidos relativamente a estas pessoas.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Melhorar.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “A Câmara tem uma experiência enorme; como calculam, ninguém aqui tem a experiência que a Câmara tem. A Câmara, os técnicos da Câmara, designadamente do Departamento de Habitação, para ouvir pessoas, os seus problemas e compreender aquilo que são as grandes dificuldades das famílias que não têm habitação, mas também estão preparadas, porque lidam exatamente com muita gente, para compreender os problemas de toxicodependência, de alcoolismo, de deficiências, de doenças mentais, etc., etc. -----

----- Naturalmente, todos compreendem que, por exemplo, os recoletores têm uma deficiência mental, um alcoólico ou um toxicodependente; naturalmente, que temos de ter compaixão devida e compreensão, e tentar ajudá-los na sua recuperação. -----

----- Mas é óbvio que a Câmara Municipal — e é talvez a única lacuna que esta proposta de recomendação tem — a Câmara Municipal não é, digamos assim, de responsabilidade universal.

----- E, portanto, quando se fala aqui de acompanhar e compreender as famílias, que devem ser acompanhadas no alojamento, no realojamento eventual, pelos seus animais, temos de pôr aqui uma vírgula: não é uma dúzia de gatos ou uma dúzia de cães. -----

----- Pois, as pessoas têm o direito de ser acompanhadas pelos seus animais, mas temos de compreender que, quando uma pessoa — uma mulher ou um homem ou um casal — tem uma dúzia de gatos e tem uma dúzia de cães, há ali qualquer coisa; isto não é politicamente correto,

mas eu tenho de o dizer, porque eu tenho de resolver os problemas todos os dias. Na realidade, há pessoas que, apesar de terem muitos animais, não têm condições de tratar de um único animal, quanto mais de uma dúzia. E é preciso ter esta compreensão, não sei se estão a ver. Portanto, nós temos de compreender que há realmente famílias... e a resposta não pode ser dada pela Câmara Municipal. A resposta ao acompanhamento de pessoas com deficiência mental, alcoolismo ou toxicodependência são organizações do Estado, da Segurança Social e do Ministério da Saúde, é que têm de dar resposta a essas questões, não é a Câmara Municipal.-----

-----E há uma tendência, nestas propostas de recomendação, para considerar que a Câmara é que deve resolver tudo. Ora, não pode resolver tudo, porque voltamos às redes sociais... Nesta matéria, sabemos o fundamentalismo que aí vai. Portanto, há pessoas que, realmente, em relação aos animais e ao tratamento dos animais, atuam como se os animais fossem mais importantes do que as próprias pessoas. Os animais não têm mais direitos do que as pessoas. Vamos lá ver: temos de os tratar com dignidade muito mais as pessoas que os têm. Portanto, nós vivemos numa sociedade... esta coisa de que o gato, o cão... eu tenho dois gatos em casa também, quer dizer, são da família, relativamente.-----

-----Quando a pessoa não sabe distinguir a pessoa de um animal, estamos numa situação muito complicada, muito complicada.-----

-----E, portanto, temos de entender que, se uma família tem animais de estimação e vai ser realojada, muitas vezes o problema do realojamento dessas situações não é a pessoa ter animais, — atenção — é a pessoa não estar preparada nem para cuidar dos animais, nem para cuidar da casa. E, portanto, nós não podemos dar casa a uma família, por exemplo, que começa a levar lixo para casa, e depois há um incêndio e chega fogo ao prédio. Portanto, nós temos... vamos lá ver, temos de ter todos estes cuidados.-----

-----Portanto, eu estou de acordo também com esta recomendação. Acho que alerta para um problema, mas que fique claro: a Câmara Municipal sempre tratou com total humanidade estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situações. -----

----- Agora, muitas vezes, o que chega aqui à Assembleia Municipal, com frequência, é uma determinada situação: uma família que vive, por exemplo, num carro, ou que dormiu dez dias ou vinte dias num carro — não sei; o que chega aqui é isso. Só que, muitas vezes, quando chega aqui, a Câmara Municipal, se calhar, já anda há dois ou três anos a acompanhar essa família. Essa família já recebeu subsídios da Câmara Municipal para sobreviver. Já recebeu o pagamento de um subsídio para pagar uma renda de um quarto ou outra coisa qualquer, ou para estar no hostel; já foi acompanhada pela Câmara Municipal, e muitas vezes, há um histórico, em que a família, apesar das ofertas que a Câmara propôs, não aceita o realojamento, etc. -----

----- Porque o que está aqui em causa nesta recomendação não são propriamente os animais, são as pessoas, são as famílias, não é? Ou seja, é o que aqui está em causa. -----

----- Ora, a Câmara Municipal, se, porventura, em determinadas situações, alerta para a questão dos animais de companhia, é porque essas famílias, ou essas pessoas, na maior parte dos casos, não têm condições de tratar delas próprias, quanto mais dos animais. -----

----- É claro que o animal de companhia é um bem para essas pessoas, indiscutivelmente, porque, para além da companhia, até tem algum instinto de proteção, e, portanto, estabelece uma relação muito próxima entre as pessoas e os animais. -----

----- Nós consideramos que, realmente, é fundamental um tratamento humanitário, ter em conta a dignidade das pessoas, dos animais, etc. Mas também temos de ter consciência — e era isso que, por exemplo, nesta proposta de recomendação deveria haver. -----

----- Então, e a Segurança Social não existe? O Ministério da Saúde não existe? Não sei se estão a ver, porque há aqui muitas questões que têm a ver exatamente com a resposta de natureza social e sanitária que deve ser dada. -----

----- A Câmara Municipal tem técnicos, e temos acordos com associações que acompanham essas pessoas com aditivos aos hospitais, para fazerem o tratamento, para receberem a medicação.

Portanto, há todo um trabalho que é diário, que é diário, de todos os dias. Mais uma vez, mais uma razão para procurarem saber exatamente aquilo que se passa. -----

-----De todo modo, enfim, acho que esta recomendação está correta, que vem alertar, vem chamar a atenção para um problema que pode ser aprofundado. E, a partir daqui, talvez esta recomendação, por exemplo, eu a mande, extraindo aqui alguns aspetos da nossa experiência para a Segurança Social, para o Ministério da Saúde, dizendo: “Olha, a Assembleia Municipal Oeiras tem esta preocupação, mas a Câmara Municipal não pode resolver os problemas todos”. Há aqui questões que implicam acompanhamento ao nível da saúde, ao nível de medicação, ao nível do tratamento, etc., e que implicam realmente outro tipo de atuações, para as quais a Câmara Municipal não está preparada. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. Podemos passar à votação desta proposta de recomendação.” -----

3.5.3. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 33/2026** -----

----- **RECOMENDAÇÃO - PELA ADEQUAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS À REALIDADE DAS PESSOAS COM ANIMAIS DE COMPANHIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25,

um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega e duas do Partido Iniciativa Liberal, recomendar à Câmara Municipal que:-----

-----Um. Avalie a possibilidade de adaptar algumas respostas sociais municipais, sempre que tal seja compatível com as condições de segurança e salubridade, de forma a permitir que pessoas em situação de vulnerabilidade possam permanecer acompanhadas pelos seus animais de companhia. -----

-----Dois. Promova a criação de uma rede municipal de acolhimento temporário de animais de companhia, em articulação com associações de proteção animal, clínicas veterinárias e eventuais famílias de acolhimento, destinada a apoiar situações em que a permanência imediata dos animais com os seus tutores não seja possível. -----

-----Três. Estabeleça protocolos de cooperação com entidades locais, incluindo associações, clínicas veterinárias e outras organizações da sociedade civil, com vista a garantir soluções de acolhimento temporário e acompanhamento adequado dos animais. -----

-----Quatro. Integre esta dimensão na atuação dos serviços sociais municipais, promovendo uma abordagem articulada entre as áreas da ação social e do bem-estar animal, de forma a assegurar respostas mais completas e eficazes.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Portanto, está aprovada por maioria, senhores deputados, esta proposta de recomendação.” -----

3.5.3.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“Senhora Presidente, gostaria de fazer uma declaração de voto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Declaração de voto do Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Nós, o Grupo Político Evoluir Oeiras, queria saudar a aprovação desta proposta, até porque temos no Município um casal de pessoas sem-abrigo, que está sem abrigo precisamente por não querer abandonar os seus animais. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta proposta, por considerar que as respostas sociais devem acompanhar a realidade concreta das pessoas, incluindo, e neste caso, nomeadamente, as pessoas que têm animais de companhia, estando esta abordagem e estas propostas em linha com aquilo que defendemos e com o nosso programa eleitoral. -----

----- Reconhecemos a importância desta dimensão no bem-estar e estabilidade emocional de muitas famílias, em particular em contextos de vulnerabilidade, pelo que valorizamos medidas que promovam respostas mais humanas, integradas e ajustadas às necessidades reais da população.

----- Não queria, no entanto, deixar de dizer que o rolo compressor não desapareceu nesta Assembleia Municipal. Ficamos muito contentes que o voto favorável do PAN no Orçamento continua a dar frutos na aprovação de boas ideias, mas a verdade é que o rolo compressor do INOV ainda não aprovou nenhuma proposta da oposição, nomeadamente daquela que não votou a favor do Orçamento Municipal. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Faz favor, Senhora Deputada. Declaração de voto da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal.” -----

3.5.3.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Sim, uma declaração de voto. Exatamente -----

----- Queríamos dizer que a Iniciativa Liberal absteve-se porque considera que não sabe

como é que isto é possível de implementar em termos práticos. Aliás, corroborando tudo o que o Senhor Presidente tinha acabado de dizer. -----

-----Contudo, a proposta não deixa de ser meritória e, por esse facto, não votámos contra, mas sim abstivemo-nos.-----

-----Obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais ninguém para declarações de voto? Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra para... entramos no... sobre esta questão? Não? Não. Faz favor, Senhor Deputado... Ai, é uma declaração de voto? Não é uma declaração de voto. Pois não. Estamos, estamos... Pode. Faz favor, Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU), faz favor.”

3.6. O Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Olhem, é só para vos dizer isto: os atletas e os clubes do Concelho de Oeiras estão a ser confrontados, assim como os outros atletas de corrida, com a imposição de uma licença para correr em provas de estrada trails — todas — com valores entre os dois e os quatro euros; não interessa o valor.-----

-----O que está em causa é que a Federação Portuguesa de Atletismo está a tentar impor esta regra aos atletas e aos clubes, contra a vontade destes, dar-lhes a solidariedade da CDU, a minha solidariedade pessoal enquanto atleta.-----

-----Acho que esbarra contra aquilo que o professor Melo de Carvalho, que tão bem conhecemos em Oeiras, que falava sobre a democratização desportiva, sobre o artigo setenta e nove da Constituição da República, e dizer-lhes que julgo que a Câmara de Oeiras deve ter uma posição firme, até pela proximidade que tem com a Federação Portuguesa de Atletismo. Ainda agora vai haver uma nova prova da Federação Portuguesa de Futebol, no Jamor, a rejeitar esta licença. Há questões que são políticas, que são de fundo, e nós temos de assumir de que lado é que estamos. --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Deixem-me só dizer isto: para mim, para a CDU, o desporto é para todos, o associativismo popular e o direito à saúde não são privilégios, são pilares da Democracia, que devemos sustentar desde logo a favor dos clubes e atletas de Oeiras.-----

----- Obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- O **Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa se passei o tempo.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), tinha... Era primeiro o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH)? Faz favor.”-----

3.7. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, é só uma...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

----- “... não, uma declaração de voto, é uma declaração de voto.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Desculpe, os Senhores já esgotaram o vosso tempo. Já esgotaram o vosso tempo. Peço desculpa, já esgotaram o vosso tempo. É a Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25).”-----

3.8. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Caro público presente e o online.-----

----- Começo a minha intervenção por dizer o seguinte: parabéns João Soldado, pelo teu

décimo terceiro título de campeão nacional. Natural de Oeiras, onde nasceu, vive e trabalha, construiu um percurso verdadeiramente notável, sendo já detentor de três medalhas de campeão do mundo, três medalhas de campeão da Europa e treze títulos de campeão nacional. -----

-----É igualmente embaixador do desporto pela Oeiras Viva. A tua trajetória prova que vencer é muito mais do que alcançar o topo: é o resultado de luta, esforço, otimismo e coragem de nunca desistir. -----

-----Em ti reconhecemos valores como o sacrifício, a garra, a determinação, a resistência, a aprendizagem contínua, o estudo, o trabalho árduo, o empenho e o talento. Já foste justamente condecorado pelo Município de Oeiras com a medalha de prata, mas, neste ano de dois mil e vinte e seis, é justo afirmar: o teu percurso é digno da medalha de ouro do Município de Oeiras.-----

-----Estou convicta de que toda a Assembleia Municipal, todos nós, está contigo! Felicita-te, apoia-te e incentiva-te a continuares a ser um exemplo maior e um verdadeiro embaixador do desporto de Oeiras. Viva o nosso campeão de Oeiras, João Soldado. -----

-----Segundo ponto: o auditório do Templo da Poesia, em Oeiras, recebeu, no passado dia nove de março, o encontro “A Caminho de dois mil e trinta – Direitos e Desafios”, uma iniciativa dedicada à reflexão sobre igualdade de género e os desafios associados à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. -----

-----A sessão realizou-se no dia seguinte ao Dia Internacional da Mulher, sublinhando a importância da data e a necessidade de dar continuidade ao debate em torno dos direitos das mulheres e da igualdade.-----

-----A abertura esteve a cargo da Vereadora Doutora Teresa Bacelar, que destacou a relevância de promover espaços de diálogo e reflexão sobre os direitos das mulheres, bem como os caminhos necessários para garantir uma maior igualdade de oportunidades. -----

-----O painel “Igualdade de Género a Caminho de dois mil e trinta” contou com convidados de diferentes áreas profissionais, incluindo os setores social, educativo, empresarial e da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

segurança. O encontro terminou com as notas finais do Senhor Vereador Doutor Armando Soares.

----- Ponto três: a EDP Meia Maratona de Lisboa realizou-se no passado dia oito de março, com a partida dos atletas de elite no Jamor, e dada pelo Senhor Vereador Doutor Pedro Patacho. Com as inscrições esgotadas desde outubro de dois mil e vinte e cinco, a prova voltou a evidenciar a sua forte procura internacional. Esta edição ficou também marcada pela expressão participativa feminina, com mais de dezasseis mil mulheres inscritas numa corrida que decorreu simbolicamente no Dia Internacional da Mulher. Na competição masculina, foi o ugandês; na prova feminina, foi uma equipa que ganhou. -----

----- Ponto quatro e último: o Município de Oeiras, em parceria com o Instituto Superior Técnico – Taguspark, lançou um projeto piloto de voluntariado no Centro de Recolha Oficial de Animais do Município de Oeiras, envolvendo cerca de quinze estudantes universitários. A iniciativa começou a quatro de março, com uma sessão de sensibilização sobre o funcionamento do centro e as boas práticas na interação com os animais. As atividades continuam de forma flexível e conforme a disponibilidade dos participantes. O projeto tem como objetivos: melhorar o bem-estar e a socialização dos animais acolhidos, aumentar as suas hipóteses de adoção, promover a cidadania ativa entre os jovens. Além de beneficiar os animais, a experiência permite aos estudantes desenvolver empatia, responsabilidade e competências interpessoais. -----

----- O Município destaca esta colaboração como um contributo importante para uma comunidade mais solidária e consciente em relação à proteção animal. -----

----- Parabéns, Doutor Nuno Neto. -----

----- Tenho dito.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra? Quem tem tempo? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -

3.9. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Agora sim, cumprimento-a a si, e aos colegas deputados, a todos os presentes e a quem segue online esta Assembleia. -----

-----Lei setenta e cinco/dois mil e treze Artigo vinte e cinco. A Assembleia Municipal tem competências de apreciação e fiscalização, por exemplo descritas na alínea h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município; -----

-----Porque é que a Câmara de Oeiras em reunião de Câmara de dia quatro de fevereiro aprovou o Plano Estratégico para os Mercados Municipais de Oeiras sem ter aprovado a sua submissão ao órgão que teria a responsabilidade de o aprovar para entrada em vigor? Plano esse que já foi até colocado na plataforma de dados abertos do Município. Isto, quanto a nós, é inadmissível! -----

-----Os serviços não sabem as competências de cada órgão municipal? -----

-----Não há um gabinete jurídico responsável por aferir estas responsabilidades?-----

-----Os vereadores que lá estão há anos não sabem as competências dos órgãos? -----

-----E os senhores vereadores da oposição CH e PS também não conseguiram fiscalizar e alertar para este lapso? -----

-----Senhora Presidente, mais uma vez reitero o que aqui já dissemos várias vezes, e em sede de comissões. É muito importante que os deputados tenham acesso a todas as propostas que são votadas na reunião de Câmara, a todos os editais e a todos os despachos, tal como ocorre nos outros municípios, para o qual também têm o papel fiscalizador. O nosso papel, para que possa ser exercido em plenos direitos, deve ter total acesso à documentação. E é isso que se exige porque é isto que exige a lei. Peço assim explicações e a correção desta situação por parte do Executivo. --

-----O Senhor Presidente acha que é boa ideia andar aqui a dizer aos senhores deputados que têm de pedir reuniões para pedirem aval para as suas propostas, ou também passar os dias a fazer vídeos e a comer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas, Senhor Presidente, o meu conselho é que se preocupe mais com o trabalho que tem de fazer e menos com aquele que os deputados têm de fazer. Pelo menos alguns de nós sabem bem o que andam cá a fazer. -----

----- Depois, em relação à questão de saúde, a segunda questão que trazia. -----

----- Gostaria de saber o que é que se passa com o Conselho Municipal de Saúde, já que consultei as últimas Informações do Presidente e não há nenhuma informação desde maio do ano passado, e indica o artigo décimo terceiro do Regimento deste Conselho que “o Conselho reúne ordinariamente duas vezes por ano”. Portanto, perguntar porque é que não o faz. -----

----- Depois, em relação à Estratégia Municipal de Saúde, “é essencial para planear, prevenir e garantir políticas locais que promovam melhor saúde e qualidade de vida para toda a população”, ora e no que respeita à elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Oeiras, várias Informações do Presidente que têm chegado aqui a esta Casa indicam que o processo está parado e a última Informação indica que se encontra suspenso desde maio do ano passado. E, portanto, também, mais uma vez, perguntar aqui o que é que se passa. -----

----- Numa das anteriores Informações do ano passado, também se indicava que teria sido produzido um inquérito dirigido aos munícipes de Oeiras, sobre o tema “A saúde e o bem-estar de Oeiras”, que seria divulgado brevemente, dizia a Informação. Ora, eu não me lembro disto ter sido divulgado. Portanto, perguntar se este inquérito foi feito. Se sim, onde e quando é que pode ser consultado. -----

----- Depois, por fim, a situação do aterro. A trinta de julho de dois mil e vinte e cinco o Grupo Político Evoluir Oeiras denunciou à CCDR e à Polícia Municipal a existência de um aterro em Reserva Ecológica Nacional, junto a um afluente da Ribeira da Laje, em Porto Salvo, e pedimos a rápida intervenção para o cumprimento da legalidade e a reposição no terreno do seu estado original. Desconhecemos de quem é o terreno e os responsáveis por tais atentados e violações da REN. A Coligação Evoluir Oeiras obteve a resposta da unidade de fiscalização da CCDR que

efetuou a fiscalização a dezoito de setembro, e indicou, e passo a citar: “Verificou-se a existência de um aterro composto por resíduos. Os resíduos encontram-se depositados em solos classificados como zona de Reserva Ecológica Nacional. Consideramos grave que, da parte da Polícia Municipal de Oeiras, nunca tenho sido obtida qualquer resposta, pelo que requeremos...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, tem de ser breve, porque já terminou o seu tempo.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Estou a terminar, estou a terminar. Pelo que requeremos a informação sobre quais as diligências que foram tomadas após a receção do email enviado pela Senhora Vereadora Carla Castelo e insta-se, ainda, que a própria Câmara Municipal averigue a situação, verifique quem é o proprietário do terreno e atue com a CCDR no sentido da reposição da situação original e do cumprimento da legalidade, porque se trata de um aterro ilegal em Reserva Ecológica Nacional.-

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor.”-----

3.10. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhor Presidente e restante Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Faz agora um ano que foi aprovado nesta câmara o Plano de Ação Energia e Clima de Oeiras (PAECO dois mil e trinta), um plano equilibrado e promissor e é opinião unânime que é a ferramenta essencial para cumprirmos as metas e os objetivos traçados na transição para uma sociedade com maior consciência ambiental, dando resposta aos desafios que enfrentamos e enfrentaremos no futuro, conscientes de que queremos deixar às gerações vindouras um Concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

melhor.-----

----- É um documento vasto, com um horizonte de vinte e cinco anos, e não temos sequer de abordar questões complexas como seria a proteção de edifícios em risco de inundação costeira ou galgamento costeiro;-----

----- Mas as fragilidades do Plano vêm de dentro, da aplicação prática, do que de facto se faz ou propõem fazer...-----

----- A coligação PSD/ISALTINO nos documentos estratégicos do Município nomeadamente as Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e seis identificam explicitamente a existência de limitações na monitorização ambiental contínua; identifica políticas fracas de promoção de separação de resíduos; a pouca utilização de tecnologias analíticas e preditivas; a ausência de recursos técnicos especializados suficientes; e uma última que quero dar destaque a dispersão de competências na gestão energética.-----

----- Há intenção política declarada, dentro da propaganda habitual, e dizem pretender a instalação de produção renovável em edifícios municipais, mas apenas do parque habitacional, e apenas numa percentagem reduzida de cinco por cento, sem dotação orçamental e ainda sujeita à elegibilidade técnica, ou sejam não fazem ideia!-----

----- Há no Concelho de Oeiras quarenta e seis escolas e jardins de infância, sem qualquer instalação, são milhares de metros quadrados disponíveis, estão acessíveis, tem retorno direto e imediato com um Payback estimado de cinco anos numa instalação típica de autoconsumo sem baterias, são milhares de metros quadrados disponíveis para a instalação em todas as escolas! ----

----- Queremos e precisamos de investimento para a redução drástica de consumos e melhoria significativa de conforto das nossas crianças e agentes educativos.-----

----- Podiam fazer, mas não fazem!-----

----- Repare-se, fica tudo dito quando sabemos que o Ministério da Justiça, a tão famigerada administração central está a ultrapassar o Município de Oeiras na instalação de painéis

fotovoltaicos em edifícios, em Oeiras! -----

-----Senhora Presidente. -----

-----Noutro campo, a estratégia de Oeiras para a reciclagem de biorresíduos, revela-se uma ambição meramente discursiva, e traduz-se num conjunto de medidas pouco robustas, insuficientemente quantificadas e operacionalmente frágeis, incapazes de garantir resultados transformadores no curto e médio prazo.-----

-----A coligação PSD/ISALTINO evita sistematicamente a definição de quantidades, substituindo-as por percentagens genéricas que em nada permitem avaliar impacto real.-----

-----Existe um problema central: a dependência estrutural da recolha indiferenciada.-----

-----Não existe qualquer plano para redução expressiva da fração indiferenciada, nem um cronograma de cobertura integral de recolha seletiva. -----

-----Reconhece-se a importância dos biorresíduos, mas limitam-se a estabelecer metas simbólicas, como um aumento anual de apenas dois por cento na recolha seletiva para dois mil e vinte e seis. Limitam-se a medidas dispersas, pouco integradas e, no seu conjunto, não constituem um programa coerente de valorização orgânica, que dificilmente produzirão uma alteração real nos fluxos de resíduos do Concelho.-----

-----Não se conhece qualquer objetivo de desvio da fração orgânica, toneladas tratadas, redução do aterro, ou metas de qualidade da fração, da matéria orgânica.-----

-----A fragilidade da gestão municipal pela coligação PSD/ISALTINO é ainda mais gritante e evidente no campo da infraestrutura: não se conhecem de facto a capacidade instalada...”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, agradeço que resuma, que já acabou o seu tempo.” -----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** concluiu a sua intervenção: -----

-----“Vou terminar, vou terminar Senhora Presidente... na TratoLixo, qual a capacidade de tratamento existente ou necessária, corremos o risco sério de deixar o sistema municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

biorresíduos sem uma rede técnica de suporte. -----

----- Podiam fazer, mas não fazem! -----

----- Senhora Presidente. -----

----- O que diria o antigo Isaltino sobre a governação deste Isaltino!” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. Mais alguém que tenha tempo que quer usar da palavra? Senhor Deputado da União de Freguesias Carnaxide e Queijas, Inigo Pereira, faz favor.”-----

3.11. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), disse o seguinte: - -----

----- “Cara Presidente, Caros Deputados e Caros Vereadores. -----

----- No seguimento do que ouvimos falar sobre o meio ambiente, eu gostaria de destacar uma excelente iniciativa do Município de Oeiras, para além do início das obras de requalificação do Centro Cívico de Carnaxide, que iniciaram-se na semana passada e que estão a correr muito bem. -----

----- E foi o facto de o Presidente do Município de Oeiras ter defendido o nosso território, mais precisamente a Serra de Carnaxide, isto no seguimento, num vídeo que publicou, no seguimento de uma visita que realizámos à Serra de Carnaxide, onde entrámos pelo lado da Amadora e verificámos, todos, o que é que está a acontecer na Serra de Carnaxide do lado da Amadora: o empreendimento privado com entrada e saída para o nosso território, sem o devido consentimento do Município de Oeiras. -----

----- E fiquei surpreendido, pela positiva, pela postura do nosso Presidente, Isaltino Morais, que continua a ser o mesmo, continua a ter a mesma postura que tinha há quarenta anos, neste caso, defender a Serra de Carnaxide. E, por outro lado, desapontado, porque realmente estava a pensar que hoje vários deputados aqui presentes, de várias forças políticas, que tanto defendem a preservação da Serra de Carnaxide em campanhas eleitorais, como o Chega, o PS, o Evoluir Oeiras

e outros, e desta vez, não se associaram ao Município de Oeiras, nem ao nosso Presidente. Outros até levam a Serra de Carnaxide à Assembleia da República, a defesa da preservação da Serra de Carnaxide à Assembleia da República, mas isso é fácil, porque, do lado de Oeiras, do lado de Carnaxide, a serra está preservada. Agora, o difícil seria esses confrontarem a autarquia do lado, o Município da Amadora, relativamente a essas questões. -----

-----E, já agora, já que não está cá o nosso Presidente, eu gostaria de perguntar ao Senhor Vice-Presidente se já houve resposta, por parte do Município de Amadora, relativamente a essa questão, visto que os vários ofícios enviados pelo Município não surtiram qualquer efeito.-----

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém? Então, dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder, querendo.”-----

3.12. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Senhora Presidente, eu começava por responder, ou falar sobre algumas das questões que foram aqui trazidas. Depois, com a sua licença, passaria a palavra à Vereadora Susana Duarte, para explicar a questão do Plano Estratégico dos Mercados, que, na verdade, é muito mais simples do que aquilo que foi aqui dito.-----

-----Senhora Presidente, eu gosto muito de começar pelo fim, está mais fresco na minha memória. E queria começar por dizer o seguinte: há alguns anos, não sei se estão recordados, o então deputado do Bloco de Esquerda, Miguel Pinto, trouxe aqui uma estaca à Assembleia Municipal. Foi um espetáculo bonito. Trouxe uma estaca de madeira, que tinha recolhido na Serra de Carnaxide.-----

-----O meu Presidente costuma dizer muito que é preciso haver memória em política, e eu, felizmente, já vou tendo alguma memória. Não sei se estão recordados dessa estaca; foi uma Sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS



muito divertida. O que é que aquela estaca demarcava? O saneamento na Serra de Carnaxide, acusando-nos, ao Executivo Municipal de Oeiras, a estar... ver se eu me lembro bem a expressão usada, “a betonizar a Serra de Carnaxide.” Eu na altura... foi uma discussão interessante, porque, de facto, nós não conhecíamos o que é que estava a acontecer. Porque é que nós não conhecíamos? Porque o Executivo Socialista da Câmara da Amadora tinha aprovado urbanizações que estavam a “betonizar” o restante da Serra de Carnaxide. -----

----- E permitam-me recordar aqui, já que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas trouxe à colação a questão da Serra de Carnaxide, dizer quando é que a Serra de Carnaxide começou a ser betonizada. Nos anos noventa, ainda durante um Executivo da CDU, foram aprovados os loteamentos. Depois, já com o Governo Socialista, foi aprovada uma resolução do Conselho de Ministros que altera a estrutura verde do Concelho da Amadora. Porquê? Porque a betonização que os Executivos da Amadora fizeram na Serra de Carnaxide, do lado da Amadora, não sei se vocês já repararam, se nós sobrefizemos uma imagem aérea, do lado de Oeiras está verde e plantado; do lado da Amadora está betonizado, que foi aquilo que os Executivos, primeiro a CDU e depois do Partido Socialista, fizeram. -----

----- Depois, foram alterados os planos; foram aprovadas as urbanizações, até chegarmos ao ridículo de a sede de aprovar ser tanta que até colocaram, ou muros na fronteira do Concelho, ou, certamente por erro de topografia e, depois, dificuldade de correção, aprovaram cinco lotes dentro do Concelho de Oeiras. Foi aquilo que o Senhor Presidente da União de Freguesias fez alusão e que o Doutor Isaltino explicou em vídeo. -----

----- Porque é que eu trago este assunto desta forma? Porque é importante ter memória. ---

----- Senhor Presidente, não, do meu conhecimento, ainda não chegaram os officios do Município de Amadora. -----

----- Porque é que eu trouxe este assunto? Pela forma como o Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) tentou, aqui, destruir as políticas ambientais do Concelho de Oeiras. -----

-----Não sei de onde vem a autoridade: se é da betonização da Serra de Carnaxide, da forma como abordaram nos últimos anos, e como... Senhora Presidente, eu vou agora... como o outro Executivo Socialista da Câmara de Sintra desrespeitou os municípios de Oeiras. Como o Presidente de Câmara Socialista anterior dizia que não vinha uma gota de água de Massamá para Barcarena, quando nós víamos o rio a correr a céu aberto. Não sei também se foram os Executivos Socialistas que não aprovaram o aterro em Sintra da Tratolixo, que é o maior problema da Tratolixo, Vossa Excelência trouxe aqui a questão da Tratolixo. O maior problema premente da Tratolixo, atualmente, para além de uma dívida — mas essa dívida está a ser gerida e tratada —, o maior problema é o problema ambiental que os Executivos Socialistas da Câmara de Sintra deixaram, porque não respeitaram o acordo com todos os outros municípios membros, ou que são partes da Tratolixo, os associados. -----

-----Senhora Presidente, eu queria apenas dizer que é importante olhar para a bandeira ECOXXI e conhecer os resultados. Conhecer os resultados. O PAECO, o que fez, foi agrupar — ou sistematizar — uma série de medidas que o Município de Oeiras já fazia há muito tempo.-----

-----Atenção: o Município de Oeiras é referência ambiental em Portugal há décadas, há décadas. Podem tentar deitar areia para os olhos das pessoas, menosprezar o trabalho que foi sendo desenvolvido — tudo isso, os oeirenses sabem. Os oeirenses sabem; depois vêm aqui deitar areia para os olhos das pessoas; os oeirenses sabem e quem... Os poucos que seguem estas Assembleias Municipais conhecem bem: “Olhe, a problemática da Serra de Carnaxide”, das passeatas que lá fizeram, sem uma única vez denunciarem os Executivos Socialistas que destruíram a parte ambiental da Amadora. -----

-----Nem uma vez a denunciaram aqui nesta Assembleia Municipal, nem uma vez ouvi dizer uma palavra sobre a violação dos limites territoriais do Concelho; e depois querem-nos, a nós, condenar as nossas políticas ambientais. Não sei como é que é possível. Não conheço — e certamente ninguém mais conhece em Portugal —, porque é sabido que o Município de Oeiras é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reconhecidamente o Município com melhor ajustamento às alterações climáticas. É o Concelho urbano número um em Portugal em políticas ambientais. O que nós estamos é a continuar a fazer.

----- Eu percebo, percebemos o embaraço...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Eu percebo o embaraço do Deputado Carolo (PS), vejam: vir falar que o Ministério da Justiça está a fazer mais que o... O Ministério da Justiça procura o Município de Oeiras para gerir o seu património, porque não consegue gerir, sequer. -----

----- Senhor Deputado, Vossa Excelência não sabe do que é que está a falar. O Governo central não consegue gerir o património sequer que tem. Não, não...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, não entrem em diálogo.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “O Senhor Deputado Carolo (PS) vive num universo paralelo e, através da retórica, tenta deitar areia para os olhos dos oeirenses. Não consegue. Não consegue. -----

----- Separação de resíduos: o Município de Oeiras foi o primeiro a fazer a reciclagem do cartão, do vidro, o oleão. Fomos os primeiros, fomos sempre os primeiros e os mais inovadores nisso, e vamos continuar a ser. Vamos continuar a ser. Faz parte da cultura deste Município. ----

----- Agora, virem-nos tentar ensinar... Oiça, vocês não perceberam, durante o Período Antes da Ordem do Dia, o que for construtivo vale a pena. Agora, Vossa Excelência vir tentar limpar o que fizeram à Vereadora do Partido Socialista no mandato anterior, quando apresentou o PAECO, a forma como foi desrespeitado o trabalho da então Vereadora do Partido Socialista e

estarem agora...”-----

-----**Os Senhores Deputados Nuno Carolo (PS) e Alexandra Tavares de Moura (PS) intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Senhores Deputados, Senhores Deputados, o Senhor Presidente está... o Senhor Vice-Presidente está a usar da palavra. Senhor, Senhores Deputados, agradeço que... Senhores Deputados, não há aqui nenhuma comissão de censura. Senhores, agradeço que deixem o Senhor Vice-Presidente falar.”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção:**-----

-----“Senhora Presidente, agradeço a sua intervenção, depois de eu ter sido bruscamente interrompido. Foi público a forma como foi menosprezado o trabalho da Vereadora anterior, que eu volto a elogiar, que eu volto a elogiar... Senhora Presidente, volto a pedir a sua intervenção. O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) parece estar nervoso. Dizer que...”-----

-----**Os Senhores Deputados Nuno Carolo (PS) e Alexandra Tavares de Moura (PS) intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Senhores Deputados, agradeço, agradeço que deixem falar quem está no uso da palavra.”-----

-----**O Senhor Deputado Nuno Carolo (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Agradeço, agradeço que... Senhor Deputado... Senhor Deputado... faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, eu limito-me apenas a elogiar o trabalho da Vereadora do Partido Socialista no mandato anterior, que...”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Nós também.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Estão a ver, por esta razão é que o Partido Socialista em Oeiras está como está, mas não me cabe a mim julgar isso, não me cabe a mim julgar isso.”-----

----- **Os Senhores Deputados Nuno Carolo (PS) e Alexandra Tavares de Moura (PS) intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “Senhora Presidente, eu, para terminar, passava a palavra à Vereadora Susana Duarte para falar sobre os mercados. Para falar sobre os mercados... A saúde está a ser feita nos serviços, Senhora Vereadora. O inquérito... para terminar, Senhora Presidente, o inquérito a que fizeram a alusão é o último passo do Plano da Estratégia Municipal da Saúde. Está nos serviços, está a ser desenvolvida a estratégia; o inquérito é o último passo do Plano. Senhora Vereadora.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “A Senhora Vereadora, faz favor.”-----

3.13. A Senhora Vereadora Susana Duarte fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Só para dar a breve nota, até porque muito em breve vão receber — porque já foi pedido que fosse entregue a todos os deputados municipais — até porque foi já aprovado em reunião de Câmara, e também alguns membros que temos tido trabalho com eles, também da FoodLink e da AML Alimenta. Contudo, aquilo que os nossos serviços nos disseram, e também

têm feito disso prática em outros planos estratégicos, aqueles que não decorrem da lei não vêm à Assembleia Municipal. Mas, por nós, não há mal de apresentar, se assim acharem bem, mas que a sua aprovação não era necessária, por isso é que não veio cá, tão simples quanto isto.-----

-----Mas estamos muito pacíficos com ele, até porque é um plano que teve contributos dos vários partidos e que eu acho que é importante que assim seja. -----

-----Obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Vereadora. Faz favor.” -----

3.14. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa:-----

-----“Senhora Presidente, eu vou-me dirigir à Senhora Presidente. Isto é um assunto, é um Ponto de Ordem, é um Ponto de Ordem...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, não, é que já... já terminou o seu tempo.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“É um Ponto de Ordem, Senhora Presidente, é um Ponto de Ordem. Isto que eu referi, em relação ao primeiro assunto que aqui abordei, é das competências da Assembleia Municipal. Por isso, eu pedia à Senhora Presidente que averiguasse se isto que estamos aqui a ouvir é correto ou não, porque todos os Planos que foram votados na reunião de Câmara, no mandato passado, vieram todos à Assembleia Municipal, e aqui trata-se de uma estratégia a implementar no Município. -----

-----Portanto, na minha interpretação jurídica, cabe, sim, à Assembleia Municipal aprovar esse Plano e, portanto, acho que tem de ser corrigido em sede de reunião de Câmara e voltar aqui à Assembleia para ser aprovado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Já agora, também não recebi nenhuma resposta da consulta pública e devia ter recebido, porque participei na mesma. -----

----- Por isso, Senhora Presidente, pedia-lhe que averiguasse a situação. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, fica consignado em Ata, e depois será providenciado. Sim. Neste Período Antes da Ordem do Dia, mais alguém pretende usar da palavra? Não? Então, passamos ao Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da proposta C.M.O. N.º 138/26 - DPOC – 2ª. Alteração Orçamental Modificativa (2ª. Revisão) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Quem pretende inscrever-se para usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) e Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU). Faz favor, Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).”-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** disse o seguinte:-----

----- “Bem, começo desde já por cumprimentar a Senhora Presidente e, perante a sua pessoa, cumprimentar o Executivo Camarário, os colegas deputados municipais e também todos que assistem. -----

----- Relativamente a esta Proposta Orçamental modificativa, e se William Deloitte, fundador da Deloitte em mil oitocentos e quarenta e cinco, averiguasse em sede de auditoria estas propostas, eu tenho a certeza absoluta que seria perentório que esta documentação que é facultada é escassa. - -----

----- Aqui falamos do seguinte: enciclopédia... isso sai da minha cabeça, meu amigo. Não,

não, não estou aqui a ler papéis de cuspo. Aqui falamos de oito milhões de euros de receita. Falamos de oito milhões de euros de receita extraordinária.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, eu peço silêncio, porque nós não conseguimos trabalhar nestas circunstâncias.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“É propositado Senhora Presidente, nunca deixam falar. Falamos aqui de oito milhões de euros de receita extraordinária, que, todavia, foi arrecadada dos anos anteriores em sede de ação executiva relativamente à recuperação de IMI. Contudo, há aqui também cerca de cinco vírgula dois milhões de euros que estão cabimentados nas contas atuais, e que coloca-se, todavia, aqui uma questão fundamental no sentido de, Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente poder clarificar: qual é o valor que efetivamente, o valor adicional que é agora integrado nesta alteração orçamental? -----

-----Eu penso que esta questão é pertinente, e também no sentido de esclarecer aqui todos os deputados aqui nesta sala. -----

-----Outra questão que eu também quero aqui colocar é: qual é o enquadramento técnico que sustenta a utilização de uma receita de natureza extraordinária e não recorrente para suportar este tipo de despesa? Porque podemos cair aqui no erro de começar a utilizar despesas que, todavia, sejam receitas extraordinárias, no sentido de colmatar verbas que já estão tipificadas neste Orçamento. -----

-----Contudo, quero também aqui dizer que o Partido Chega, o Grupo Municipal do Chega, está em consonância com o entendimento do nosso Vereador, Doutor Pedro Frazão. Mas, contudo, quero aqui salvaguardar, com prudência, uma questão que é esta: -----

-----Gostaríamos de questionar se existe atualmente, no Executivo Camarário, ou mesmo



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

feito pelo Senhor Vice-Presidente, algum mecanismo de reserva orçamental ou fundo de contingência municipal que permita responder a situações excecionais como as recentemente verificadas, evitando, no futuro, a necessidade recorrermos a receitas extraordinárias para colmatar despesas imprevistas.-----

----- Eu vi, portanto, li na proposta que falou o Senhor Vice-Presidente relativamente à questão das intempéries, que fez com que tivéssemos de despende aqui no Município verbas extraordinárias. E assim sendo, gostaria que clarificasse aqui a Assembleia Municipal as questões que foram aqui trazidas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU), faz favor, a seguir.”-----

----- O **Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Bem, a CDU votará contra, não pelo documento em si, mas porque as GOP estão ligadas também ao Orçamento e à perspectiva de trabalho futuro da Câmara, do Município, e como desde sempre nós dizemos, não é o nosso projeto e, como tal, será a maioria a votar a favor.-----

----- Mas eu tenho uma dúvida que gostava de perceber, efetivamente. Eu olhando aqui para uma das tabelas que diz “pessoal em funções públicas - tempo indeterminado”, porque os restantes valores são distribuídos por várias obras, ok, por várias aquisições, mas aqui vê-se uma incorporação, na segunda revisão, de quatro milhões para o pessoal em funções públicas, o que dá um total de trinta e três milhões para dois mil e vinte e seis. Em dois mil e vinte e sete são subtraídos sete milhões, para um total de trinta e um milhões. Depois, em dois mil e vinte e oito, volta aos trinta e oito milhões. Era perceber o funcionamento efetivo desta tabela, porque a Câmara, provavelmente, o Município não irá despedir ninguém, provavelmente, terá acréscimo de valores dos salários com a subida dos salários, etc., e de possíveis progressões nas carreiras. Já estamos a

contar que para o ano vai haver um excedente e vai aqui entrar depois para colmatar estas GOP? Pronto, era este esclarecimento. Honestamente é uma dúvida, porque me faz um bocado de confusão, em termos de salários, qualquer empresa tem uma previsão e, aqui, parece-me que andamos um bocado aos ziguezagues. É uma observação. -----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu queria começar por aproveitar esta questão que o Deputado da CDU muito pertinentemente levantou, porque isto é uma coisa que nós vemos recorrentemente nos Orçamentos e nas alterações orçamentais que a Câmara apresenta ao longo dos anos. Não tem nada de ilegal, é uma técnica contabilística perfeitamente legal, mas reforça aquilo que nós já dissemos e dizemos em todos os Orçamentos quando os discutimos e os votamos aqui na Assembleia Municipal, é que é uma técnica pouco transparente. Porque aquilo que nós temos no documento inicial do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, quando vêm originalmente aqui a discussão na Assembleia Municipal, depois acaba por ser modificado ao longo do ano, nomeadamente com coisas que a Câmara já sabe que vai ter de modificar, como é o exemplo daquilo que o Senhor Deputado referiu, e que referiu bem.-----

-----Portanto, este acrescento na rubrica dos gastos com os salários dos funcionários da Câmara é uma coisa que a Câmara já sabia que ia ter de fazer, já sabia que ia ter de fazer quando apresentou o Orçamento e, portanto, é uma coisa que a Câmara tem planeada há muito tempo. E, mais uma vez, nós dizemos, não tem nada de ilegal. Agora, é pouco transparente, porque quando os documentos vêm aqui a discussão na Assembleia Municipal, nós estamos a discutir documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que já sabemos que não vão ter validade nenhuma para o resto do ano. E quem diz nesta rubrica, diz em muitas outras rubricas que a Câmara abre, é a tal história dos dez euros, dos cinco euros e dos vinte euros numa data de rubricas que a Câmara já sabe que em algumas vai dotar, noutras se calhar, queria mas acaba por não ter dotação, noutras até tinha planeado, mas depois acaba por não dotar. -----

----- E, portanto, aquilo que nós temos quando vimos aqui discutir um Orçamento é “conceitos” de um Orçamento como já diz o outro. Não é bem um Orçamento, é uma ideia de um Orçamento que, depois ao longo do ano, a Câmara vai alterando dezenas de vezes, dezenas de vezes por ano, até depois, no final do ano, esperemos nós, que as coisas acabem por bater certo e, geralmente, batem. -----

----- Agora, em termos de transparência, é muito pouco transparente. E, portanto, aquilo que nós temos aqui é uma estratégia contabilística e orçamental da Câmara, mas que nós achamos que não é uma estratégia muito adequada, porque estamos a falar de alterações em rubricas no valor de milhões de euros, ainda por cima, neste caso, estamos a falar de salários de pessoas, que é uma coisa que é muito previsível ao longo de um ano e, portanto, a Câmara já sabe o que é que vai gastar. Mas, por escolha estratégica em termos orçamentais e contabilísticos da Câmara, preferem ir mexendo nestas rubricas ao longo do ano e ao longo dos vários anos, o que resulta num exercício que, na nossa opinião, é muito pouco transparente e que não acompanhamos de maneira nenhuma. -----

----- Por outro lado, e especificamente no que toca a esta alteração orçamental, ela contém reforço de rubricas, de obras com as quais nós não concordamos, nomeadamente com questões relacionadas com a VLS e, portanto, somando todos estes argumentos naquilo que é uma estratégia de fundo da Câmara Municipal que nós achamos que é, não sendo, reforço “ilegal”, é errada do ponto de vista contabilístico e orçamental por ser pouco transparente e por, quem não estiver a par desta estratégia, porque a Câmara não a comunica aos sete ventos, não dizem que isto é a estratégia

orçamental e contabilística da Câmara, temos de ser nós aqui a apontar. Portanto, quem não estiver a parte dela, de facto olha para os documentos e pensa “que raio, então estamos aqui a mexer aos milbões nas rubricas de vencimentos das pessoas que trabalham na Câmara? Isto não faz muito sentido”. E nós também achamos que, efetivamente, não faz muito sentido.-----

-----Por isso e porque esta alteração orçamental em específico mexe com rubricas de obras e de projetos relacionados com aquilo que também é estratégia política e de visão para o território que a Câmara Municipal tem, e que nós achamos que é errada, não podemos acompanhar de maneira nenhuma a votação desta proposta e não iremos votar favoravelmente. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Mais alguém pretende usar da palavra? Não... Então, Senhor Vice-Presidente, relativamente a esta....”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** perguntou o seguinte:-----

-----“Posso, Senhora Presidente?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Vice-Presidente. Faz favor.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte. -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Se os senhores deputados ouvissem com atenção as coisas que dizem, boa parte do tempo não as diriam. Sobre esta proposta..., até porque há deputados que têm mais responsabilidade sobre esta matéria e não se deviam confundir. Eu já disse isto aqui uma vez, mas gosto muito da expressão, porque me recorda o meu querido amigo Santana Castilho que Vossas Excelências “confundem velocidade com toucinho”. Deixem-me lá explicar, com a devida vénia. A política orçamental é um instrumento, não é o fim em si mesmo. O fim em si mesmo são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

políticas públicas e os resultados que essas políticas públicas conferem à comunidade. O Orçamento e as rubricas são instrumentos para a nossa política pública. Se fosse um fim em si mesmo, ou se nós vivêssemos, por assim dizer, numa economia planificada, queríamos um Orçamento todo ele muito acabadinho, bonitinho, no qual não se podia mexer e comprávamos, digamos, duzentos mil sapatos todos iguais para distribuir pelo povo, ou para ter na loja em troca de senhas. Ora, perdoem-me, mas a modernidade tem destas coisas, não é isso que acontece. -----

----- Começando então às questões que o Senhor Deputado... Se virem com atenção, o que é que o Senhor Deputado do Chega me perguntou? A Câmara tem um... Não, perguntou. Perguntou. Perguntou... Perguntou, Senhora Presidente, perguntou, sem usar a expressão adequada: Vossa Excelência que ali um “saco azul” preparado? Tem alguma rubrica para emergências, vulgo “saco azul”? Não. Não. A resposta é não. Por não termos um “saco azul”, o que é que nós fazemos? Estou ali a olhar para o meu Diretor Financeiro e para a Chefe de Divisão de Orçamento, e a questão é essa e a resposta é exatamente aquela que eu estou a dar. Por não termos “saco azul”, fazemos gestão contabilística e orçamental. E indo ao encontro do que nos questionou o Senhor Deputado da CDU, porque é que neste momento há menos sete milhões em dois mil e vinte e sete do que há em vinte e oito? Foi essa a questão, nos ordenados. Porque é simples, porque nós precisamos de utilizar, em termos orçamentais, verba que estava naquela rubrica e podemos usá-la porquê, para percebermos? Porque sabemos quando é que vamos executá-la. Transfiro dali e volto a repor. Um dos móveis desta revisão orçamental tem exatamente a ver com isto, para repor a verba. Porquê? Exatamente porque não temos “sacos azuis”. Se nós tivéssemos um “saco azul” aí sim, o Senhor Deputado Tomás Perestrelo Pereira (CEO) teria toda a razão em dizer “Vossa Excelência não é transparente, tem ali um “saco azul” que não diz para o que é que é”. Não. Porquê? Um orçamento..., e no início do ano - e o Senhor Deputado tem mais que obrigação de saber isto - é um documento de previsão. De previsão. No início do ano, a previsão é esta. Porque é que a rubrica está aberta, e para ver se acabamos com esta utilização

excessiva desta matéria. Porque é que uma rubrica é aberta com dez euros? Porque não sabemos, um: não sabemos se o projeto está pronto. Dois: está pronto ou quando é que está pronto. O que é que nós precisamos ter? A rubrica aberta para, no caso de estar pronto, podermos fazer a tal gestão orçamental e colocar verba na rubrica que está aberta. Se eu não tiver rubrica aberta, tenho de fazer uma revisão orçamental e demora muito mais tempo, o que determina que tudo demora mais tempo. Estamos a fazer gestão orçamental simples. E nunca se pode dizer que é pouco transparente, porquê? Porque tudo cumpre os critérios da lei e é feito nos termos da lei. Volte a dizer: se houvesse um tal “saquinho azul” com dinheirinho guardado para emergências.... E, agora, permita-me que eu lhe diga, useiro e vezeiro em algumas administrações, useiro e vezeiro, há formas encapotadas de criar estes “saquinhos azuis”. Nós como não temos esses “sacos azuis”, temos de fazer esta gestão orçamental. Na verdade, é isso que estamos a fazer. -----

-----Agora, ainda ninguém questionou porque é que foi necessária esta revisão orçamental, que era o que deviam ter questionado. Porque nós, em função das intempéries, precisámos de tirar verba das rubricas destinadas aos encargos de cobrança... E os encargos de cobrança são coisas muito importantes, porque sem verba no encargo de cobrança não cobramos os impostos que nos dão a verba para podermos fazer coisas. Sem ter verba, não podemos executar. Retirámos dos encargos de cobrança e retirámos da rubrica dos ordenados. Porquê? Porque são rubricas que nós sabemos que vamos executar mais à frente. Retiramos agora e estamos a repor. Retirámos há algumas semanas e estamos já a repor. É mera gestão orçamental. -----

-----Agora, Senhora Presidente, com a sua licença, eu pedia ao Senhor Diretor Financeiro que respondesse às questões técnicas que foram colocadas, porque as questões políticas que eram necessárias ser ditas, acho que eram estas. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, faz favor. Boa tarde.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro da C.M.O., interveio e disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) tinha ali uma questão relativamente à legalidade da receita extraordinária e da forma como pode ser incluída no Orçamento. Desculpe..., foi a pergunta que eu penso que fez, relativamente à legalidade. Se me puder esclarecer...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Fez essa pergunta?” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) perguntou o seguinte: -----

----- “Posso? Posso?” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “Esclareça só..., mas de uma forma sintética.” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Dê-me só a palavra. Não foi isso, o entendimento não foi esse. O Senhor Vice-Presidente tem a mania da perseguição. Eu não falei de “saco azul” nenhum, nem tive essa intenção. É apenas e somente...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, formule a pergunta. Formule a pergunta para ser respondida.” ----

----- O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “A pergunta é muito clara. Nós tivemos uma receita extraordinária de oito milhões no que toca às execuções fiscais em sede de IMI. Está percebido, muito bem. Contudo, já tínhamos

cabimentado, relativamente à despesa corrente, cinco milhões e duzentos. Correto? Pronto. A pergunta é muito clara: como é que se faz este ajustamento em termos financeiros? Não falei de “saco azul” É só essa questão, simples e clara.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro da C.M.O.**, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado, por ter-me esclarecido-----

-----Relativamente à interpretação dos cinco ponto dois milhões de euros, eles não estavam cabimentados, estavam previstos em receita no Orçamento. Nós quando fazemos a elaboração do Orçamento, nós fazemos a estimativa do imposto a liquidar do ano, que são a receita a cobrar no ano, a liquidar no ano pela AT, e também há um valor, que é um valor significativo em dívidas de execução fiscal, que quem o órgão competente é a própria AT, que o cobra. E nós pomos sempre uma percentagem, não é a totalidade, porque obviamente nunca cobramos a totalidade, mas pomos uma percentagem desse valor. O que aconteceu é que este ano, no início deste ano, em resultado de uma execução fiscal avultada por parte da AT cobrou-se um valor muito significativo de parte daquela dívida, correspondeu quase a sessenta/setenta por cento do valor. O que, tendo essa receita extraordinária, nos possibilita fazer esta injeção de Orçamento. Como já tínhamos considerado uma parte, que foram cinco vírgula dois milhões de euros, claro que fizemos pelo remanescente. Se já estavam previstos cinco virgula dois, cobrou-se esses cinco vírgula dois, porque já estavam considerados no Orçamento receita e, o restante, pode-se injetar. É só isso.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.”-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Apenas para lamentar que o Senhor Vice-Presidente tenha aderido a um certo consenso neoliberal de que a economia é para deixar toda ao mercado, e não vale a pena planificar nada. Claro que nós concordamos que a economia não pode ser toda planificada, mas em algum grau tem de ser, senão, nem Orçamentos havia, não é? À medida que apareciam as despesas ia-se pagando, e nem Orçamentos havia, porque não valia a pena planear, nem prever absolutamente nada. -----

----- Depois, nós também concordamos que o fim, obviamente, têm de ser as políticas públicas e que os Orçamentos são um instrumento de gestão financeira e de político também. Agora, as políticas públicas têm de ser transparentes e nós consideramos que esta técnica contabilística sendo legítima, sendo legal, sendo isso tudo, não é tão transparente quanto outras. E é isso que nós apontamos, pura e simplesmente. -----

----- E, depois, Senhor Vice-Presidente, apenas para dizer, não vale a pena responder ali aos “sacos azuis” e às outras insinuações do Chega. Eles percebem muito de “sacos azuis”, de “sacos verdes”, de “sacos castanhos” e de sacos que encontram no Aeroporto de Lisboa, mas não vale mesmo a pena entrar por aí, porque isso é conversa para distrair e, portanto, foquemo-nos naquilo que é importante, que é o Orçamento do Município, que é as políticas públicas que fazemos e não tanto os “sacos azuis, verdes, castanhos e vermelhos” que o Chega encontra no Aeroporto de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Relativamente a esta proposta, mais alguns esclarecimentos que queiram ver respondidos? Está tudo esclarecido, não é verdade? Muito obrigada, então, pela sua presença. ----

-----Podemos passar à votação desta proposta? E eu pergunto quem vota contra? Evoluir Oeiras, CDU, Iniciativa Liberal, contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Quem vota a favor? Os restantes, não é verdade? Muito bem. Portanto, a proposta foi aprovada por maioria.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com cinco votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira) e um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano).-----

----- O Senhor Deputado António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 34/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 138/26 - DPOC - 2ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (2ª. REVISÃO)**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e trinta e oito barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com cinco votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal e um da Coligação Democrática Unitária, aprovar a segunda alteração orçamental modificativa de dois mil e vinte e seis (segunda revisão), conforme proposto pelo órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Aprovada por maioria, senhores deputados.-----

----- Passamos ao ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Faz favor, não vi. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) pretende fazer uma Declaração de Voto. Faz favor.”-----

4.1.1.1. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Sim. Obrigada, Senhora Presidente. Para fazer uma Declaração de Voto. -----

-----A Iniciativa Liberal valoriza a transparência, o rigor e a responsabilidade financeira na gestão dos recursos públicos. A proposta da Segunda Alteração Orçamental Modificativa apresenta um reforço da receita de cinco ponto nove milhões de euros resultante de cobrança extraordinária de IMI e da incorporação do saldo de gerência. -----

-----Embora reconhecamos que situações de emergência, como as intempéries referidas, exigem flexibilidade orçamental, entendemos que a utilização de receitas extraordinárias deve ser acompanhada de um elevado nível de detalhe e de uma justificação clara sobre a afetação da despesa. O próprio documento refere que as Grandes Opções do Plano têm uma forte componente previsional e um horizonte móvel. Contudo, estamos perante a Segunda Alteração Modificativa logo em fevereiro. Revela falta de rigor no planeamento inicial. A visão liberal privilegia previsibilidade, estabilidade e planeamento responsável. Revisões sucessivas tão cedo no ano abrem espaço a uma gestão orçamental demasiado discricionária, que reduz a capacidade de escrutínio e aumenta o risco de decisões casuísticas.-----

-----A inclusão do saldo de gerência e da receita não corrente deveria ser acompanhada de medidas de controlo de despesas, de amortização de passivos ou de reforço de sustentabilidade financeira do Município. Nada disso é apresentado, pelo contrário, a proposta limita-se a reforçar dotações sem apresentar qualquer estratégia de eficiência, racionalização, ou redução de encargos futuros. ---- -----

-----Adicionalmente, as alterações de designações nas GOP carecem de explicação material. A substituição de projetos específicos por categorias genéricas como “aquisição de bens”, ou “material diverso” reduz a transparência e dificulta o escrutínio público. A Iniciativa Liberal defende que cada euro gasto deve ser claramente identificável e justificável.-----

-----Estas inundações tornam mais opaco o destino dos recursos dos contribuintes e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

enfraquecem o controlo democrático. Onde antes o munícipe podia identificar o destino do seu dinheiro, passa agora a existir uma autêntica “caixa negra” orçamental. Esta diluição de informação não é um detalhe técnico, é um retrocesso claro na transparência e na responsabilização pública. ---

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém pretende... Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN).” -----

4.1.1.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Sim, era só para indicar que irei entregar uma Declaração.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O PAN votou favoravelmente esta proposta.-----

----- Estamos perante a segunda revisão orçamental de dois mil e vinte e seis, que resulta de um reforço de receita extraordinária, quer pela cobrança de IMI de anos anteriores, quer pela incorporação do saldo de gerência. -----

----- Do ponto de vista técnico e legal, a proposta é clara, enquadrada e cumpre os requisitos aplicáveis, incluindo a regra do equilíbrio orçamental.-----

----- Importa também reconhecer que esta revisão surge na sequência de necessidades concretas, nomeadamente decorrentes das intempéries, às quais o Município procurou dar resposta. -- -----

----- Ainda assim, momentos como este devem ser também encarados como oportunidades de reforço estratégico. -----

----- O PAN votou favoravelmente o orçamento municipal e apresentou, no âmbito do Direito de Oposição, um conjunto de propostas que visam precisamente reforçar áreas que

consideramos prioritárias para o concelho. -----

-----Neste contexto, entendemos que esta revisão poderia — e deverá — ir mais longe no reforço de respostas estruturais, nomeadamente nas áreas da habitação, da coesão social, da adaptação às alterações climáticas e do bem-estar animal. -----

-----Por outro lado, sendo este reforço sustentado em receitas de natureza extraordinária, importa garantir uma gestão prudente, evitando a criação de compromissos permanentes com base em receitas que não são recorrentes. -----

-----O que está aqui em causa não é apenas um ajustamento orçamental, mas a forma como aproveitamos cada momento para consolidar uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, sustentável e centrado nas pessoas. -----

-----É nesse sentido que o PAN continuará a contribuir, com propostas concretas e com uma postura responsável, exigente e construtiva.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Da próxima que queiram fazer alguma Declaração de Voto que não se transforme em declaração política, façam-no por escrito. Agradeço, para não perdermos tempo.-----

-----Vamos passar à apreciação da proposta cento e quarenta e um/dois mil e vinte e seis.”

4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 141/2026 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Relatório de Benefícios Fiscais concedidos durante o ano de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU).”-----

-----Faz favor, Senhora Deputada.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A proposta que hoje analisamos refere-se ao Relatório de Benefícios Fiscais concedidos pelo Município de Oeiras durante o ano de dois mil e vinte e cinco, elaborado ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais aplicáveis aos impostos municipais. -----

----- Antes de mais, importa reconhecer que este relatório cumpre formalmente aquilo que está previsto em sede deste regulamento municipal, designadamente no que respeita à obrigação de apresentação de um relatório anual e um documento que identifique e sistematize os benefícios fiscais concedidos pelo Município. -----

----- No entanto, para além deste cumprimento formal, parece-nos importante fazer duas breves observações. -----

----- Em primeiro lugar, o relatório apresenta essencialmente uma descrição das medidas e dos regimes existentes, mas poderia ir mais longe, na nossa opinião, na avaliação e no seu impacto real. Ou seja, seria útil compreender, ou conseguir compreender, com maior detalhe, qual o efeito destas medidas na receita municipal, mas também se estão efetivamente a cumprir os objetivos que lhes deram origem, seja no apoio às famílias, no incentivo ao arrendamento acessível ou na promoção da reabilitação urbana, que foi essa a finalidade da sua criação, da criação do regulamento. -----

----- Ainda neste ponto, e olhando para o benefício da redução de IMI para habitação própria e permanente, surgem algumas dúvidas que seria também importante esclarecer. Desde logo, verifica-se alguma inconsistência na forma como os escalões são apresentados, ora por número de dependentes, ora por número de filhos. Isto não é a mesma coisa (e pode ser verificada esta confusão na página onze e doze do relatório). -----

----- Por outro lado, os números apresentados — designadamente o número de minorações face ao número de agregados e de habitações permanentes no concelho — parecem sugerir que o benefício poderá estar a ser aplicado por imóvel e não por agregado, o que levanta também a

questão de saber se está a ser efetivamente limitado a situações de habitação própria e permanente, ou se poderá estar a abranger outras tipologias de ocupação. Por exemplo, conseguimos ver isso na página treze, com uma referência a sessenta e sete mil setecentas e vinte e três contribuintes, versus o quadro, que tem oitenta e cinco mil setecentas e vinte e cinco minorações. -----

-----Em segundo lugar, o próprio relatório reconhece que alguns dos benefícios que dependem de candidatura continuam a registar níveis de adesão relativamente baixos e isto importa avaliar. Importa levantar naturalmente a questão sobre se os mecanismos existentes estão devidamente ajustados à realidade do concelho, ou se será necessário melhorar a sua divulgação ou mesmo rever alguns dos seus critérios. -----

-----Também no caso dos benefícios associados à reabilitação urbana, os números apresentados são bastante reduzidos. E, portanto, perguntamos, por isso, se esta baixa adesão resulta apenas da falta de procura por parte dos munícipes ou se poderá estar relacionada com limitações no próprio enquadramento, nomeadamente ao nível das Áreas de Reabilitação Urbana e da existência — ou não — das operações de reabilitação urbana em curso. -----

-----Dito isto, e tratando-se essencialmente de um documento de reporte e de transparência sobre os benefícios fiscais aplicados no concelho, registamos a informação constante no relatório e consideramos importante que este tipo de monitorização continue a ser realizado de forma regular anualmente. -----

-----Deixamos ainda duas questões para o Executivo: -----

-----Tendo em conta os níveis de adesão reduzidos de alguns benefícios, que medidas pretende adotar para aumentar a eficácia junto dos munícipes? Esta é a primeira. -----

-----E, finalmente, no caso específico dos benefícios do IMI da habitação própria permanente, poderá esclarecer se estes estão efetivamente limitados ao universo ou se a forma de contabilização dos dados pode estar a refletir outras realidades? -----

-----Muito obrigada.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora sim. Então, só duas ou três considerações.-----

----- Primeiro, é uma formalidade, mas ainda bem que vem esta formalidade, que também nos permite ir fazendo uma avaliação do desempenho da autarquia nesta matéria, nomeadamente em matérias tão importantes como o IMI e as isenções, que estiveram traçadas e estarão traçadas para este ano. O que é que eu destaco neste relatório? Eu acho que nos deve deixar a pensar e o Município a pensar que política é que quer fazer para o futuro.-----

----- Primeiro, a questão das isenções para prédios urbanos arrendáveis. Apenas foram concedidas vinte e seis, e estamos a falar de prédios de muito baixo valor patrimonial. E isto é significativo, porque é requerido e dá a entender que existe aqui assim um gap, existe aqui um vazio. Ora, as rendas que podem dar acesso a esta isenção a quem arrenda as habitações, ora, as rendas reais que se estão a praticar também no Concelho de Oeiras, e daí só haver em vinte e seis atribuições, porque as rendas são muito superiores ao valor.-----

----- O que a mini honestamente me assusta, e tem a ver com o IMI para dois mil e vinte e seis, e já todos conhecemos a discussão que existiu, é que face a isto e para poder atribuir as isenções que estariam previstas, os montantes de isenções previstos, a Câmara Municipal de Oeiras suba os valores a que se pode atribuir. Nomeadamente, imaginar um T Zero, seria atribuível uma isenção se estivesse arrendado até quatrocentos euros, e agora passar para seiscentos e cinquenta euros. Um T Dois de setecentos e cinquenta para mil. Um T Três de novecentos para mil e duzentos e, por al adiante, o T Quatro...-----

----- Eu sou sensível a isto porque, muitas vezes, se diz que o Concelho de Oeiras é o concelho onde os munícipes têm maior rendimento, analisa-se o IRS. Mas também há muitas

peças que já cá viviam antes dos que ganham mais. Há muitas pessoas que fazem sacrifícios enormes para pagar a sua renda e, portanto, o que me parece que seria saudável, não seria olhar para aquela bitola das rendas acessíveis, que de acessível não têm nada, não é, e tentar encontrar um meio-termo para dar as isenções, mas para edifícios em que a renda fosse efetivamente justa e que não impedisse as pessoas de viver, para pagar uma renda. -----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte:--- -----

-----“Muito obrigada. Senhora Presidente,-----

-----Para analisarmos os dados deste relatório, proponho que façamos um pequeno regresso ao passado. Voltemos ao verão de dois mil e vinte e três. Estávamos então em pleno namoro entre o PSD e o INOV. E foi nesse momento que o PSD — partido que na altura detinha pelouros — participou na consulta pública - pois atrasou-se na negociação com o Presidente de Câmara - para a revisão dos impostos a aplicar em dois mil e vinte e quatro e apresentou aquela medida que todos ansiávamos: uma medida que, diziam, teria verdadeiro impacto para os jovens e para a sua fixação no concelho. -----

-----Na reunião de dezoito de julho de dois mil e vinte e três, nesta Assembleia, desafiei o PSD a fazer algo simples: apresentar números. Perguntei quantas casas tinham sido vendidas no último ano pelo valor proposto pela isenção: o valor de cento e oitenta mil euros. Queríamos afinal saber quantos jovens iriam beneficiar da taxa que agora estava a ser aplicada. A resposta não veio. -----

-----Em vez disso, o Senhor Deputado Ednilson Santos (INOV25) veio defender a proposta dizendo que “O Município de Oeiras é o município modelo nesta prática”. E depois tivemos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenção do Senhor Presidente da Câmara que, com arte e mestria - reconheça-se - defendeu uma proposta sobre a qual ele próprio tinha dúvidas (o que, aliás, está na Ata). E inventou um argumento curioso: disse que aceitar isenções de IMT até cento e oitenta mil euros tinha em vista, imagine-se, a possibilidade de o município vir a dispor de habitação pública. -----

----- Ora bem. Chegam os dados no ano seguinte. O município concedeu dez mil e cinquenta e nove euros em isenções para jovens até aos trinta e cinco anos, em aquisições até cento e oitenta mil euros. -----

----- Sabem quantos jovens foram beneficiados? Cinco. Cinco. Repito: cinco jovens. -----

----- Que fique claro: não temos nada contra que estes jovens tenham sido beneficiados nesta medida. Aliás, pelo contrário. Nós votámos favoravelmente a medida. -----

----- Mas aquilo que dissemos na altura confirmou-se: seriam muito poucos a beneficiar. Perguntámos. Alertámos. E ficámos sem a resposta do PSD. -----

----- E no ano seguinte? Resposta: Foram concedidos cerca de duzentos e cinquenta e oito mil euros em isenções de IMT para os jovens até aos trinta e cinco anos. -----

----- Mas há um detalhe importante. Um detalhe que o relatório parece querer esquecer. É que entraram em vigor novas regras governamentais, também do PSD, curiosamente. Com essas regras, a isenção passou a ser aplicada a valores de aquisição até trezentos e dezasseis mil euros para isenção total. Ou seja, não foi uma decisão de política municipal. -----

----- Por isso, quando o relatório afirma (este que estamos a analisar agora) que “a variação positiva dos benefícios em dois mil e vinte e cinco resulta de decisões políticas próprias para reforçar o incentivo à habitação e o apoio aos agregados familiares residentes”, temos de dizer com toda a clareza: isso não é sério. -----

----- Aliás, se fosse como o Senhor Presidente da Câmara disse na altura, nunca aplicaria a isenção acima de duzentos e cinquenta mil euros, porque - e está em ata - afirmou que isso “não fazia sentido”. -----

-----Portanto, resumamos de forma simples: -----

-----Primeiro: a isenção proposta pelo PSD teve cinco beneficiários. -----

-----Segundo: em dois mil e vinte e cinco, pelo PSD, mas agora o governo, foram beneficiados duzentos e cinquenta e nove jovens. -----

-----Terceiro: isso aconteceu porque entrou em vigor a Lei trinta/dois mil e vinte e quatro e o Decreto-Lei quarenta e quatro/dois mil e vinte e quatro, que estabelece a isenção total até cerca de trezentos e dezassete mil euros e a isenção parcial entre os trezentos e dezassete e os seiscentos e trinta e quatro mil euros. E a tornar a isenção automática através da Autoridade Tributária, o que teve um impacto significativo na forma como tiveram acesso. -----

-----E, portanto, quarto ponto — e o essencial: -----

-----As isenções aos jovens não resultaram de decisões políticas próprias do município, mas sim do governo da república. Resulta da lei. E mais: o estado compensou o município! -----

-----E por isso, aquilo que aqui vemos no relatório é apenas mais uma tentativa de apropriação política de uma medida que não é sua. -----

-----Enfim... mais uma vez, propaganda. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Eu tinha a interpretação que as medidas quando aprovadas pelo Estado são para todos, não são apenas para uns, nem são passíveis de apropriação seja por quem for. O que me parece é que este relatório dos benefícios fiscais tem vários méritos: a forma como a explicação está dada, a forma como acompanhamos a evolução relativamente aos vários impostos, mas também e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundamentalmente, para percebermos que dos múltiplos anúncios que são feitos, e isso não é exclusivo do PSD, é do PSD, é do PS, enfim, de todos os partidos que, ao longo dos anos, têm passado pelo poder, nós verificamos, ou podemos verificar aqui que há um conjunto de medidas, ou um conjunto de benefícios que, ao longo dos anos, são apresentados como tendo um grande impacto e que, depois, na realidade, têm um impacto praticamente nulo. E isso..., e também é por isso que este relatório dos benefícios fiscais faz, tem toda a lógica.-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) ficou surpreendida por ter encontrado cinco beneficiários de uma determinada medida. Pois eu partilho da posição, que na altura já o Senhor Presidente da Câmara expôs, de que eu gostava era de perceber onde é que estão esses cinco, porque a dificuldade será encontrá-los. A realidade que a habitação tem é uma realidade muito diferente, e não estamos aqui a discutir propriamente, neste momento, e a propósito deste tema, as questões que têm a ver com isso mas, obviamente, que há aqui um conjunto de benefícios fiscais, quase todos eles, que têm a ver com a habitação. E o que é importante referir aqui é, do meu ponto de vista, este mapa da página vinte e um do relatório que nos é isso apresentado. -----

----- Independentemente do conjunto... A Câmara Municipal não faz política fiscal própria. A Câmara Municipal tem algumas áreas onde pode intervir, mas ela tem que ser balançada, integrada num contexto global do próprio Estado e, portanto, mesmo que seja por decisão política da Assembleia da República, ou de uma entidade superior à Câmara Municipal, um facto é que há um conjunto de isenções que são efetivamente concedidas pelos municípios e, no caso de Oeiras, traduzem-se em prescindir de uma receita que vai na casa dos treze ponto três milhões de euros.

----- E é importante referir aqui o crescimento que estes benefícios tiveram de dois mil e quatro para dois mil e vinte e cinco, em que subiram duzentos e cinquenta por cento. Subiram de cerca de três ponto oito milbões de euros para treze vírgula quatro milhões de euros e, em termos da incidência do número de pessoas abrangidas, há um crescimento brutal na casa dos quinhentos e oitenta e oito por cento Ou seja, o importante aqui é refletir sobre se, de facto, algumas isenções

fiscais que são anunciadas com pompa e circunstância fazem, têm lógica. Aquilo que referiu há pouco, do meu ponto de vista, não tinha, ou seja estar a criar um benefício fiscal para situações que não acontecem é algo que, obviamente, não tem qualquer lógica, mas é apreciarmos e podermos corrigir até aquilo que são, ou aquilo que vão ser ao longo dos próximos anos, o conjunto de benefícios que são, de facto, importantes atribuir e o conjunto de benefícios que aprovamos aqui, mas que depois não têm, em termos práticos, qualquer relevância para as pessoas. -----

-----E, portanto, o que há que salientar é, ponto um, o relatório está bem feito; ponto dois, o relatório explica detalhadamente cada uma das áreas onde os benefícios se aplicaram e, ponto três, há um crescimento brutal, e isto insere-se na política fiscal quer do Município quer do próprio Estado de encontrar formas de chegar a quem mais precisa de uma, enfim, de prescindir de uma receita que poderia ser sua na casa dos treze ponto quatro milhões de euros. -----

-----É uma evolução importante, é uma evolução que marca bem aquilo que a Câmara Municipal fez ao longo desse período, que teve a ver com as disponibilidades que a própria Câmara Municipal tinha, porque em cada ano e este ano na discussão de dois mil e vinte e cinco, para os impostos de dois mil e vinte e seis, nós tivermos em linha de conta isso, ou seja, tivemos em linha de conta por um lado, as pessoas, mas, por outro lado, o conjunto de necessidades de investimento que a Câmara Municipal tinha, designadamente nesta área em concreto e para tornar mais fácil e mais acessível a habitação para muita gente. -----

-----E, portanto, encontramos neste relatório aquilo que tem sido a evolução das políticas da Câmara Municipal e este relatório serve-nos também para perceber o que é que, de facto, é importante para futuro e para podermos fazer uma avaliação mais concreta das medidas que aqui se tomam e dos discursos que aqui se fazem, que muitas das vezes não têm aplicação prática. ----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte:

----- “Senhora Presidente. -----

----- Começo desde já aqui por referenciar que o Partido Chega quando as coisas estão bem feitas, logicamente honramos, quando estão mal feitas, logicamente criticamos, em sede construtiva.-----

----- É antagónica a nossa visão relativamente ali ao PCP encapuçado de CDU, como ali ao Livre e ao Bloco de Esquerda encapuçados de Evoluir Oeiras, uma vez que têm vergonha, se calhar, das suas cores. -----

----- Relativamente ali ao testamento que foi lido ali pelo Doutor Moita (INOV25), realmente fala muito e também não diz nada, quer dizer... Aquilo que eu quero dizer, aquilo que eu quero aqui dizer relativamente a esta situação, é que esta proposta está estruturada e é perceptível, mas há uma coisa que eu acho que faltou aqui dizer e que ninguém disse, é que o maior erro que existe relativamente aos benefícios fiscais, decorre da própria lei quando existem dívidas à AT e à Segurança Social, onde todos os cidadãos ficam reféns, quando têm até uma pequena dívida, não havendo uma separação entre aqueles que incumpriram e que a causa é imputável aos mesmos por megalomania financeira ou falta de gestão, e aqueles que, por situação fortuita de desemprego, de alguma situação de saúde... Portanto, perdem-se milhares e milhares de euros de benefícios fiscais, estas pessoas que, todavia, até devia haver um mecanismo legal de proteção que não existe, não estou a colocar aqui a culpa na Câmara de Oeiras, isto é uma questão dos governos socialistas e do PSD que, todavia, não souberam legislar como deve ser e realmente é uma pena, porque Oeiras tem muitas pessoas que não têm benefícios fiscais, por dívidas pequenas e, realmente, é uma pena, porque perde-se muito beneficiários.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Ninguém mais pretende intervir quanto a este ponto dois? Senhor Vice-Presidente, pretende dizer alguma coisa? Nada. Então passamos ao ponto três... Diga, diga, Senhora Deputada.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Bom, começo por registar primeiro que fizemos uma série de perguntas que não estão a ser respondidas e, portanto, não sei se o Senhor Vice-Presidente não as ouviu, se quer que eu repita, se estava ao telefone, se quer que eu faça por requerimento, só para saber o que é que quer faça.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Vamos passar... O Senhor Deputado queria usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Apenas de facto, para esclarecer a Assembleia e aqui o Senhor Deputado António Moita (INOV25) neste discurso da limitação de tributação. A autonomia tributária dos municípios é anterior à nacionalidade. Já existiam municípios, já havia capacidade tributária dos municípios e mantém-se. Se não se mantivesse, este Executivo não tinha tentado, esta coligação PSD/Isaltino não teria tentado fazer este número público que fez de grande “isentor” fiscal neste ano. E, portanto..., aliás, como está exposto pelo Concelho e denunciado.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, já terminou o seu tempo.”-----



Handwritten mark resembling a stylized '4' or a signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Faz favor, quer responder?”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Julgo que tenho tempo ainda. Eu queria deixar claro, porque ou não fui bem entendido, pois não..., ou então..., mas, por isso é que vou voltar a explicar.”-----

----- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Deputado.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Estou a tentar ser construtivo, ao contrário de outros membros desta Casa,-----

----- Ora bem, aquilo que eu disse foi que aquilo que a Câmara Municipal poderia fazer em termos de política fiscal tinha de ser considerado dentro de uma lógica mais ampla, que era a lógica dos benefícios fiscais concedidos pelo próprio Estado. E tinha a ver também com um outro aspeto que era importante e tem a ver com as necessidades da Câmara Municipal em cada ano. Tivemos essa discussão no final de dois mil e vinte e cinco a propósito das taxas a aplicar para dois mil e vinte e seis, e porquê? Porque as necessidades da Câmara Municipal são distintas das que foram em dois mil e vinte e cinco e, portanto, aquilo que eu tentei explicar aqui é que este conjunto de

benefícios fiscais que resulta por um lado da política fiscal da Câmara, por outro lado de outras regras que são impostas ou pelo Parlamento (normalmente pelo Parlamento) são, têm que ser vistas conjuntamente, têm que ser percebidas em função das necessidades da própria Câmara Municipal e daquilo que são, que é o entendimento que a Câmara Municipal tem para com as pessoas, designadamente para as que mais precisam. -----

-----Foi isso que eu disse, nunca pus em causa a autonomia fiscal que o Município tem, nem desde quando é que a tem e, portanto, era para deixar este esclarecimento para que não se pense que tudo é do Estado, tudo é do Parlamento, ou tudo é da Câmara Municipal. Não. Há um conjunto, há aqui uma avaliação que tem de ser feita e a Câmara Municipal tem feito ao longo do tempo a sua e, do nosso ponto de vista, bem. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado João Viegas (INOV25).” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Vinte segundos para dizer para a Ata o seguinte, porque, às vezes, penso que quem está lá em casa, não entende nada do que nós estamos aqui a discutir. -----

-----Na derrama, o Município de Oeiras isentou três mil duzentas e setenta e quatro pequenas empresas, num benefício superior a um vírgula vinte e nove milhões de euros. Vou repetir: três mil duzentas e setenta e quatro pequenas empresas. Isto significou apoiar a atividade económica concreta, o comércio local, por aí fora. -----

-----No apoio às famílias, os números são ainda mais expressivos. O IMI familiar tradicional apoiou catorze mil quatrocentos e oitenta e oito agregados, no montante de setecentos e setenta e seis mil novecentos e quarenta e cinco euros. Mas a grande inovação política que, aliás,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tinha sido antecipada, porque houve aqui grupos que começaram a meter cartazes a dizer que o Doutor Isaltino e que a gente tinha voltado atrás, agora têm que reconhecer que a grande inovação política foi a revisão regulamentar de dois mil e vinte e cinco, que alargou a redução do IMI para habitação própria permanente também a agregados sem dependentes com uma lógica progressiva, que vai dos dez aos trinta e quatro por cento, como foi dito pelo Senhor Presidente. -----

----- Esta medida, Senhor Deputado, e isto é que é importante o Senhor ouvir, esta medida atingiu oitenta e cinco mil setecentos e vinte e cinco contribuintes e gerou um benefício superior a quatro milhões, quatro vírgula vinte e um milhões de euros.-----

----- Senhores deputados, isto é que interessa a quem está lá em casa. Isto é que se chama social-democracia. Isto é que se chama governar, está a perceber, Senhor Deputado? Isto é que se chama justiça social. Tudo o mais são querelas da taça vai para o PS, vai para o PSD, são manobras. Os números são exatos e clarinhos. Isto chama-se justiça social, coesão social, saber governar, saber criar coesão social, preocupar-se com as famílias, preocupar-se com as pequenas empresas. Sabe quem é que não saiu beneficiado? Foram os tais nove milhões de IMI que os grandes grupos económicos andaram muitos anos a beneficiar. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento os funcionários, todos os Deputados e o público. -----

----- Ouvir o Partido Socialista falar sobre jovens, sobre medidas da habitação é algo irónico. Porque esta medida, e só para que a Senhora Deputada Alexandra, do Partido Socialista, tenha esta informação atualizada, o Governo já apoiou mais de setenta e sete mil jovens na compra

da sua primeira casa, através da isenção total ou parcial do pagamento de Imposto Municipal sobre..., o IMT e também o imposto de selo. -----

-----Esta medida e o trabalho que esta Câmara faz diariamente, comprova, comprova a preocupação que tem pelos jovens, pela habitação e para que todos... Acho que não vale a pena rir, Senhora Deputada... E para que todos neste Concelho tenham habitação digna. Esse é o principal ponto nesta Câmara e também a preocupação, muito demonstrada ao longo destes dois anos, também que o próprio Governo tem feito também em parceria com as câmaras municipais.

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

-----APRECIADA -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, em termos de organização de trabalhos, eu vou propor que avancemos para o ponto três da nossa Ordem de Trabalhos e façamos depois um intervalo a seguir a esta apreciação.” -----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 150/2026 – GMA – relativa à Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. – Relatório de Execução Orçamental – 2.º e 3.º Trimestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Quem se pretende inscrever sobre este ponto três da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) e Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25). Faz favor, Senhora Deputada.” -----

-----O Senhor Deputado José Shirley (CH) disse o seguinte: -----

-----“Isto não é o Livre.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Executivo, caros munícipes que nos assistem em casa e presentes aqui na Assembleia.-----

----- Este ponto fala da Municípia e aquilo que muitas vezes encontramos nas estruturas empresariais municipais, como é este caso da Municípia, é uma tendência para funcionarem como extensões da administração pública, mas com menor escrutínio político e menor controlo democrático. E é algo que preocupa o Chega. Não nos basta apresentarem relatórios de execução orçamental. Para o Chega, é essencial perceber se os recursos estão efetivamente a gerar valor para o Município, se os custos estão controlados e se existe uma verdadeira lógica de eficiência e responsabilidade na gestão.-----

----- Para o Chega, a criação e a manutenção de empresas municipais só se justifica quando estas demonstram ser mais eficazes e mais económicas do que os serviços diretamente integrados na autarquia. Caso contrário, parece que estamos a alimentar estruturas paralelas com custos permanentes para os contribuintes.-----

----- Por isso, este relatório deveria ser para o Executivo de Oeiras também um momento de reflexão não só sobre o modelo de governação dessas empresas mas, também, sobre a sua real utilidade pública e, já agora, sobre o controlo político que esta Assembleia deve exercer.-----

----- Os munícipes de Oeiras têm o direito de saber se cada euro gasto nestas estruturas corresponde a um benefício real para o território e é esse escrutínio que defendemos e que continuaremos a exigir.-----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

-----Antes de mais, aqui uma correção, que a Senhora Deputada do Chega que me antecedeu, não deve ter presente que a Município, embora seja uma empresa do setor empresarial local, só que a Câmara Municipal de Oeiras, ou o Município de Oeiras, não é acionista a cem por cento desta empresa. Portanto, poderíamos chamar melhor uma empresa intermunicipal. Isto apenas para esclarecer. -----

-----Sobre os relatórios propriamente da Município, uma intervenção muito breve, porque trata-se inclusivamente dos relatórios do meio do ano, portanto, o segundo e o terceiro do ano dois mil e vinte e cinco. Bom, continuando... Embora seja de dois trimestres, o terceiro trimestre revela o acumulado e, portanto, em primeiro lugar, uma apreciação no que respeita à atividade. As atividades, como é óbvio, são apresentadas em continuidade nas várias áreas de atuação, mas o que tem de se realçar é um crescimento da atividade operacional e a área de negócio da central de compras públicas que subiu, no que respeita às propostas adjudicadas. Isto é o essencial que se pode retirar destes relatórios, em termos da atividade propriamente dita.-----

-----E já em termos económico-financeiros, apesar de contrariamente ao que se passou portanto, no passado não muito longínquo, até recente, mas com alguma inflexão neste aspeto, há um equilíbrio financeiro, há uns resultados positivos, só que o resultado líquido, no final do terceiro trimestre, recebeu um decréscimo precisamente no final deste trimestre. Posto isto, perante as várias referências plasmadas no relatório e independentemente de aguardarmos pelo relatório global de dois mil e vinte e cinco, não deixa de ser importante o acompanhamento contínuo, aliás, como é referido na própria análise da proposta, quer do lado da receita, quer da despesa, bem como na gestão de tesouraria. Isto está plasmado na análise do relatório e, portanto, é isto que devemos ter em conta. -----

-----E, por fim, bem como manter um nível confortável dos indicadores económicos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

financeiros que, embora se mantenham positivos, tiveram algum decréscimo. E, portanto, há que fazer a monitorização destes indicadores, perante o desempenho económico-financeiro da empresa. -- -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém pretende intervir quanto a esta matéria? Ninguém?”-----

----- **APRECIADA**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Então vamos fazer um intervalo.”-----

----- A Senhora Presidente interrompeu os trabalhos para um curto intervalo.-----

----- **INTERVALO** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Vamos retomar os nossos trabalhos com o ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 171/2026 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 4.º Trimestre de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem se pretende inscrever para falar sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Alguém pretende inscrever-se? Faz favor, Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU).” -----

----- O **Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Três breves notas. Primeira, havendo uma Junta de Freguesia que tem de devolver

montantes, é uma recomendação, que se aborde a Junta de Freguesia, o Senhor Presidente de Junta e se perceba se faz sentido pagar tudo de uma assentada, ou se será diluído por duas vezes. Digo isto por questões de tesouraria corrente. Desculpem lá, é que já me basta começar atrasado.... ----

-----Segunda questão. Com todo o mérito para os documentos que vêm a esta Assembleia, técnico, porque realmente são perceptíveis, são digeríveis, etc., noto um erro que, mais do que um erro técnico, é um erro político, que os responsáveis políticos devem de acompanhar. Por diversas vezes neste documento aparece os “colaboradores da Junta de Freguesia”. A Junta de Freguesia não tem “colaboradores” e é preciso haver rigor, porque quer o Código do Trabalho, quer a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, definem que as relações de trabalho (e tem lá a designação) são compostas por “trabalhadores” e “empregadores”. Não nos deixemos, nós enquanto Município, enquanto Estado, enquanto entidade pública entrarmos nestes “faits divers” do “colaborador”, que não tendem mais do que distrair e entrar noutros campos. Posso vos dizer que fiz uma pós-graduação em recursos humanos e nenhum professor teve a coragem de me dizer que não é “trabalhadores”. E, portanto, esta chamada de atenção não acho que seja uma falta de rigor técnico, acho que é necessário os eleitos olharem politicamente para os documentos. -----

-----E, de forma muito rápida, acho que nós estamos a falar de funcionárias em infantários, brevemente, aliás, isso já aconteceu aqui Oeiras, deixarão de haver funcionárias da Junta de Freguesia em infantários, mas eu acho que temos de perceber que isto também tem consequências para o dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Concelho. São vos digo isto, observem o contrato coletivo subscrito pela Misericórdia de Oeiras, e vão perceber, por exemplo, a diferença salarial. É que enquanto a entrada de uma educadora de infância para a Administração Pública o salário em dois mil e vinte e cinco seria mil quatrocentos e vinte e dois euros, a mesma educadora de infância a ir trabalhar para uma Misericórdia tem um salário de mil e duzentos euros. Em vez de ter uma progressão de duzentos euros (duzentos euros assim grosso modo, de oito em oito anos), passa a ter uma progressão de cem euros e vai perdendo rendimento. Além disso, os subsídios de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alimentação, o próprio direito a férias, não é? As Misericórdias ainda dão férias, ainda dão acréscimos de dias de férias a quem não falta ao trabalho, a quem abdica de direitos.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, já terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Vou terminar sim, mas acho que vale a pena pensar nisto para a gestão municipal.”-

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)**, faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu vou dar um esclarecimento ao Senhor Deputado que, desde já, cumprimento. E os autarcas de Junta sabem isto, é, de facto, uma verdade o que ele acabou de dizer, ou seja, esta situação tem décadas, em que há trahalhadoras que transitavam, no fundo, pertenciam a Juntas de Freguesia e passaram para a Misericórdia, e os seus vínculos laborais ficaram afetos às Juntas, daí estas transferências. Isto tem décadas e, como o Senhor Presidente de Câmara disse, dentro de quatro/cinco anos todos esses trabalhadores estarão reformados.-----

----- Mas, lá está, aqui entra o bom senso. E tem sido o bom senso, penso que de, enfim, quase todos os Presidentes de Junta, direi quase todos e sempre circunscritos à lei, corrigir os desequilíbrios que o Senhor Deputado aqui avançou. Eu particularmente lembro-me, porque era Secretário da Junta de Oeiras e São Julião da Barra, no mandato dois mil e cinco/dois mil e nove, com o Senhor Presidente Carlos Morgado, onde nós fomos sensíveis a isso e corrigimos essas possíveis injustiças, injustiças que decorrem da lei, não é?-----

-----E aproveitava para dar mais um esclarecimento, vou pedir um bocadinho de tolerância à Senhora Presidente da Assembleia, que quero fazer a seguinte declaração para a Ata; Quero esclarecer que a expressão que utilizei em relação à Deputada Anabela Brito (IL), que disse que estava “assanhada” não teve qualquer intenção sexista, o que pretendi dizer foi que a Senhora Deputada estava “exaltada” ...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, Senhor Deputado, peço desculpa, mas...”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** disse o seguinte: -----

-----“É muito rápido.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Não é isso, nós estamos a discutir, a apreciar uma proposta, e agora o Senhor Deputado...”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** disse o seguinte: -----

-----“É um pedido só de desculpa. Eu estou a acabar a frase. Só para ficar na...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Está a referir-se a quê?”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** respondeu o seguinte:-----

-----“A uma expressão que usei. Estou mesmo a acabar a frase.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Mas não usou agora, Senhor Deputado.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** disse o seguinte: -----

-----“É para não ficar noutra reunião.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, essa questão já ficou... Essa questão já ultrapassámos...”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não há nenhuma figura regimental.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Já ultrapassámos essa matéria. Não vejo que agora possa estar a...”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “De qualquer modo, a palavra foi infeliz e não teve qualquer intenção ofensiva em razão do género, ou da pessoa.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Sim, Senhor Deputado, mas pronto. Avancemos porque estamos na... Eu pensei que era relativamente a esta apreciação e votação. Mais alguém pretende usar da palavra quanto a este ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos? Ninguém? Ninguém quer? Senhor Presidente, pretende usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra quanto ao ponto quatro? Não?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

----- “Já foi explicado milhentas vezes.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- Pronto, muito bem. Sendo assim, poderemos passar à votação desta proposta. Vai sair porque não vota nesta proposta.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A **Senhora Presidente** submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz

Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira).-----

-----Os Senhores Deputados Tomás Raposo Barra e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 35/2026** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 171/26 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 4.º TRIMESTRE DE 2025**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e setenta e um barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número cinquenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e duas abstenções do Partido Iniciativa Liberal, aprovar que se solicite à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo que proceda à reposição do montante de seis mil trezentos e trinta e nove euros e quarenta e seis cêntimos, uma vez que a comparticipação financeira atribuída no quarto trimestre de dois mil e vinte e cinco foi superior ao montante por ela suportado; -----

----- Atribuir uma comparticipação financeira à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, para reforço da comparticipação atribuída no quarto trimestre, de dois mil e vinte e cinco que foi inferior ao montante por elas suportado. -----

----- União e Juntas de Freguesia e Freguesias - Valor: -----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - dois mil cento e quinze euros e noventa e oito cêntimos;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - quatro mil duzentos e sessenta e um euros e dois cêntimos; - -----

----- Total - seis mil trezentos e setenta e sete euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----
-----“Temos duas abstenções da Iniciativa Liberal e os restantes votam a favor, é isso? Pretende fazer...?” -----

4.4.1.1. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----“É para... Que o Grupo Municipal vai apresentar uma Declaração de Voto por escrito.”
-----**A Declaração de Voto por escrito não foi enviada.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Por escrito. Faz favor. Fica consignado em Ata. -----
-----Portanto, a proposta foi aprovada por unanimidade. Vamos passar ao ponto..., aprovada por maioria.”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Desculpe, Senhora Presidente, é uma Declaração de Voto.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quer fazer uma declaração de Voto? Neste momento? Faz favor.” -----

4.4.1.2. A Senhora Deputada Marina Pereira (IL) fez a seguinte **Declaração de Voto**:-----

-----“A Iniciativa Liberal valoriza a transparência, o rigor e a responsabilidade financeira na gestão dos recursos públicos. A proposta em análise diz respeito aos acertos trimestrais das participações atribuídas às Uniões e Juntas de Freguesia no âmbito do funcionamento dos estabelecimentos de infância. Trata-se de um procedimento técnico, baseado em regras previamente definidas e que deve assegurar a justiça financeira entre as entidades. -----

-----A Iniciativa Liberal não rejeita o princípio da descentralização nem da transferência de verbas para as freguesias quando estas assumem encargos que são da responsabilidade do Município, muito pelo contrário, a descentralização é algo que defendemos. -----

-----No entanto, no pensamento liberal, não existe boa governação sem informação, nem consentimento democrático sem conhecimento dos factos. E é precisamente aqui que esta proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falha, somos chamados a votar sem acesso aos elementos concretos que fundamentam os montantes apresentados - nomeadamente os mapas e documentos referidos pelas Freguesias aos serviços municipais, que são a base dos cálculos agora submetidos à Assembleia.-----

----- Este modo de funcionamento esvazia o papel fiscalizador da Assembleia Municipal, transforma o voto num ato meramente formal e contraria um princípio básico do liberalismo político: o poder público deve ser sempre limitado, escrutinável. Não votamos de olhos fechados nem legitimamos decisões financeiras apenas com base na confiança no Executivo. A confiança constrói-se com dados, não com omissões. -----

----- Reconhecemos que os acertos são necessários dentro do modelo atualmente em vigor e que rejeitá-los poderia criar injustiças entre entidades. Mas também entendemos que aprovar propostas sem documentação de suporte é incompatível com a transparência e o rigor que defendemos.-----

----- Assim, enquanto persistir esta prática de submissão de propostas sem a documentação indispensável a uma análise informada, a Iniciativa Liberal não acompanhará estas deliberações com um voto favorável. Por isso, abstivemo-nos, reafirmando que a descentralização só é virtuosa quando acompanhada de escrutínio, clareza e responsabilidade na utilização do dinheiro dos contribuintes. -----

----- Disse”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

4.4.1.3. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Para efeitos também de uma Declaração de Voto. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente a proposta de acertos e devoluções relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta

de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância no quarto trimestre de dois mil e vinte e cinco, tal como há poucas semanas atrás votámos também favoravelmente o terceiro trimestre e o primeiro semestre de dois mil e vinte e seis. Portanto, é um processo que já há bastante tempo acompanhamos, temos conhecimento do que se trata. -----

-----Mas não podíamos deixar de terminar esta Declaração de Voto a dizer que lamentamos que a Câmara Municipal continue a não dar esclarecimentos que são pedidos pelos deputados desta Casa, independentemente se são deputados que cá estão todas as semanas, ou que não estão cá todas as semanas. Todos os deputados merecem e devem ser esclarecidos sobre as suas dúvidas.

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais ninguém para Declarações de Voto? Então passamos à proposta cento e oitenta e oito/dois mil e vinte e seis.”-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 188/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de Comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão Administrativa e de Contraordenações – Direção Intermédia de 2.º Grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra sobre este ponto cinco da nossa Ordem de Trabalhos? Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU) e Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Faz favor. Começar pelo Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU).”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Aldeano (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A CDU reconhece a contratação de dirigentes intermédios como parte da gestão autárquica e, por isso, dentro dos limites permitidos não apresentamos oposição às mesmas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Contudo, apesar da existência concursal, consideramos que se revestem de uma forte componente de opção política e devem ser assumidas por quem as propõe, neste caso a maioria do INOV, nomeadamente sobre a necessidade de cada uma das contratações e no que contribuem para o desempenho da autarquia.-----

----- Posteriormente, quando forem discutidos os Relatórios de Atividades e Contas, também esta Assembleia fará a sua avaliação política dessas opções. Dito isto, a bem da população, apresentamos votos de bom trabalho aos que assumirão funções de chefias intermédias. -----

----- Sabemos, no entanto, que o trabalho não depende só da capacidade das chefias, mas sim do conjunto dos trabalhadores municipais. Nesse campo, não o digo por dizer, mas sabemos que Oeiras tem dos melhores funcionários, desde o cantoneiro de limpeza, ao engenheiro do ambiente, com passagem pela designer. Não o digo de forma panfletária, mas por reconhecimento pelo seu trabalho. Sejam sinceros, concorde-se ou discorde-se das opções políticas, só com um mapa de pessoal competente foi possível ao INOV alcançar os resultados eleitorais.-----

----- Isto para lhes dizer que, não desprezando o valor das chefias, é importante que se valorize os trabalhadores municipais. Uma valorização que passa pelo respeito e tratamento diário, pela criação de boas condições de trabalho e também pela valorização dos salários e carreiras. E, aqui, ainda há caminho para o Município de Oeiras trilhar, nomeadamente através da opção gestonária ou da atribuição do suplemento de penosidade no nível elevado a mais trabalhadores. Mas, sem dúvida, que o mais importante é a valorização das carreiras e da tabela salarial, podemos dar todas as palmadas nas costas, mas como motivar quando o salário é igual para quem trabalha há vinte anos ou há dois meses? Como valorizamos o profissionalismo com uma remuneração líquida que, por vezes, só paga a renda da casa? Sem dúvida que a visão e a capacidade de motivação das hierarquias será fundamental para o trabalho do Município, mas não menos importante é continuar a olhar para o global dos trabalhadores e da melhoria das condições de trabalho. -- -----

-----E porque da última vez que aqui estive nesta Assembleia, não tive oportunidade de responder ao Senhor Presidente, devo dizer hoje que não foi correto quando afirmou que nenhuma força política tentou rever as carreiras da Administração Pública. O Senhor Presidente sabe que a CDU e o PCP desde sempre lutam pela alteração das carreiras, revogação do SIADAP e valorização das profissões. A última vez que o fizemos foi na Assembleia da República em novembro passado. Certamente também saberá que a força política que o apoia no Concelho, o PSD, repetidamente vota contra as propostas relativas às carreiras na Administração Pública. ----

-----Votaremos a favor de todos os concursos pelos motivos já transmitidos. Relativamente à defesa dos interesses dos trabalhadores, o PCP e os eleitos da CDU podem andar de cabeça bem erguida na rua, valorizamos todos e todas, seja a chefia intermédia, ou as assistentes técnicas que nos apoiam nesta função nesta Casa.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhora Deputada **Mónica Albuquerque (CEO)**, faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Bom, eu hoje não trago... Posso? Hoje não trago nada de novo, Senhora Presidente. Relativamente à proposta de abertura do procedimento concursal para Chefe da Divisão Administrativa e de Contraordenação, importa referir que voltamos a encontrar vários aspetos que já foram identificados nos concursos semelhantes aprovados nesta Assembleia há apenas algumas semanas. Nada temos a indicar relativamente ao ponto que está em votação aqui na Assembleia, a composição do júri, que aproveitamos para saudar e que consideramos tecnicamente forte nesta proposta.-----

-----Mas queremos indicar que se repete neste concurso a exigência de um perfil funcional



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bastante genérico, exigindo apenas licenciatura, sem especificação de área académica. Ora, tratando-se de uma divisão que lida diretamente com processos de contraordenação, instrução de procedimentos administrativos e emissão de pareceres, seria expectável que existisse uma exigência mais concreta, designadamente na área jurídica ou da Administração Pública. -----

----- Em segundo lugar, também referir que os métodos de seleção são exatamente os mesmos que vimos noutros concursos recentes: uma avaliação curricular, seguida de entrevista pública. Mas continuam sem que seja apresentada uma grelha clara de ponderação, critérios quantitativos, ou matriz objetiva de avaliação. Ora, isto torna difícil perceber de que forma se assegura a compatibilidade entre candidatos e a transparência do processo. -----

----- Em terceiro lugar, volta a surgir a classificação do procedimento como urgente e de interesse público, o que dispensa a audiência de interessados. Tendo em conta que temos visto vários concursos com esta mesma caracterização, importa perceber se estamos aqui perante situações verdadeiramente urgentes, ou perante uma prática administrativa que, afinal, se torna regra porque, afinal, são todos urgentes. Não chega cá nenhum que não seja urgente. -----

----- Estas observações não significam oposição ao preenchimento do cargo em causa, mas que é naturalmente importante para o funcionamento dos serviços. O que se pretende é sim, e apenas, sublinhar que seria desejável uma maior densificação dos perfis funcionais, maior transparência nos critérios de avaliação e uma utilização mais criteriosa da figura de urgência nos procedimentos concursais. -----

----- Se estas questões já foram apontadas há umas semanas atrás, porque não foram consideradas as melhorias apontadas e que aqui referimos na altura? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- ... pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Mais

ninguém? Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, querendo.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Há duas ou três notas que eu queria deixar. -----

-----Primeira. Dizer ao Senhor Deputado da CDU que concordo integralmente com o que disse há pouco, porque entendo o que é que significa substituir “trabalhadores” por “colaboradores”. A terminologia, as palavras são polissémicas, mas têm significado. A substituição de “trabalhadores” por “colaboradores” nos últimos anos, visa fazer esquecer aos trabalhadores que estão a vender uma força de trabalho contra remuneração e, passando a ser colaboradores, é quase como se fossem parceiros da entidade que os contrata. O que não é assim, vendem força de trabalho. Portanto, se a terminologia não está adequada, tem de estar. Para dizer que não pense, durante um segundo, que este Executivo Municipal não tem noção disso. Tem perfeita noção disso e sabe o que são trabalhadores. -----

-----Depois sobre o respeito, sobre o rendimento dos trabalhadores da Administração. Não cabe a esta Câmara Municipal fazer mais do que aquilo que a lei nos permite fazer. Nós muitas vezes estamos no limite daquilo que podemos pagar; muitas vezes, tentamos pagar todos os subsídios que a lei nos permite, mas estamos balizados pela lei e vivemos num quadro no qual (eu já disse isto várias vezes aqui, seguindo aquilo que o Senhor Presidente tem dito) os trabalhadores da Administração Pública foram desvalorizados. Portanto, auferem o que auferem. Nós gostávamos muito de pagar mais do que aquilo que os trabalhadores auferem no seu salário, mas só podemos pagar o que a lei permite. Não obstante, creio que as políticas públicas deste Município ao longo das décadas vão ao encontro do suprir dessas necessidades. E ir ao encontro do desrespeito pela condição dos trabalhadores da Administração seja ao nível da habitação, no apoio social, no que fazemos de subsídios ao longo do ano, portanto, nós tentamos corresponder... Veja que eu estou a ter muito cuidado com o que digo... Tentamos corresponder à necessidade de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vossa Excelência chamou a atenção. Portanto, no trabalho, no respeito pelo trabalho dos trabalhadores da Administração, sinceramente, acho que ao Município de Oeiras não se pode apontar nada, nada nisso. E a maior parte dos trabalhadores sabem isso. Haverá sempre..., porque num quadro de trabalhadores, e quem é bom trabalhador, sabe isso, o maior prejudicado quando o colega não é bom trabalhador, é o bom trabalhador. Nenhum bom... Ninguém sabe isso melhor do que aquele que é zeloso, rigoroso e brioso no exercício das suas funções. Portanto... Isto para dizer que, numa organização, há sempre quem não seja zeloso, rigoroso e cumpridor. Sempre. Não é possível. E esses vão estar sempre descontentes e vão estar sempre a arranjar problemas. Mas na sua vastíssima maioria, os trabalhadores do Município sabem que podem contar com a Câmara Municipal no limite do que a lei nos permite ir. -----

----- Agora, passando para estes concursos. No que refere à orientação política, se a organização da Câmara e do quadro dirigente é, ou corresponde à visão política do Executivo, objetivamente. Agora, nos concursos, zero. Nos concursos.... Eu não quero dizer com toda a certeza absoluta, porque também temos momentos em que estamos menos, por assim dizer, fechados em conversa com os dirigentes, mas não creio alguma vez ter perguntado a um dirigente, num pelouro meu, qual é que é a sua filiação partidária. Nem me interessa para nada. Para nada. Interessa-me que, no cumprimento das suas funções, respeite as orientações emanadas do programa eleitoral vencedor das eleições. Nós, quando dizemos isto, é mesmo a sério. Nas eleições propusemos um programa, decorrente desse programa aprovamos medidas: Orçamentos, PDE, Planos Estratégicos, todos de acordo com o programa. Os dirigentes, na sua área funcional ou profissional, a eles cabe executar as orientações dadas pelo Executivo. Agora, seleções com base em filiação partidária, orientação política, impossível Nós não perguntamos a ninguém. Ninguém. Zero. Zero. Aliás, o Doutor Isaltino tem essa cultura há muito tempo, na Câmara de Oeiras. Eu tenho a certeza de que tenho dirigentes, nos meus pelouros, que não são da minha banda política, por assim dizer. Mas, desde que cumpram o nosso programa, as nossas orientações e que

promovam o interesse municipal, conforme interpretado por quem tem legitiinidade para o interpretar, aí tudo bem.-----

-----No mais, permita-me, Senhora Presidente, terminar dizendo sobre o facto de não estar discriminada nenhuma licenciatura específica. Eu tenho aqui, o que está na DGAEP (direção-geral de emprego em funções públicas) “o mapa de pessoal não pode caracterizar cargos por área de formação académica, o que apenas é possível dentro de cada carreira ou categoria nos termos enunciados da alínea C, do número dois, do mesmo preceito legal”. Se a Senhora Deputada quiser, nós podemos dar cópia do que a DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público) diz sobre esta matéria. Portanto, foi aprovado nos termos do que a lei determina. -----

-----Senhora Presidente, é só.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Podemos passar à votação desta proposta? Está aprovada por unanimidade.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita.-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 36/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 188/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE CONTRAORDENAÇÕES - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e oitenta e oito barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número sessenta e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal

Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e de Contraordenações nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/dois mil cento e quarenta e nove, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata. -----

4.5.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“Reconhecendo a importância de assegurar a estabilidade e o regular funcionamento dos serviços municipais, bem como a necessidade de proceder ao preenchimento de cargos através de procedimentos concursais públicos, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente as propostas apresentadas. Ainda assim, importa registar algumas reservas de carácter geral que foram sendo assinaladas durante a análise destes concursos e na verdade já tinham sido dados contributos em assembleias anteriores e que não foram considerados apesar de introduzirem melhorias no processo de recrutamento.-----

-----Registamos que se verifica de forma recorrente a definição de perfis de recrutamento bastante genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem especificação de áreas académicas ou técnicas mais diretamente relacionadas com as funções das unidades orgânicas em causa e a votação. Nos vários concursos, tratam-se de áreas com responsabilidades técnicas específicas - como auditoria, reabilitação urbana, gestão de recursos humanos, habitação ou contraordenações - onde poderia ser ponderada uma maior densificação do perfil funcional. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Importa ainda esclarecer que a interpretação segundo a qual não seria possível indicar áreas de formação específicas nestes concursos, e que foi transmitida pelo Vice-Presidente CMO na AMO, não corresponde, em termos absolutos, ao enquadramento legal aplicável. O que resulta da interpretação da DGAEP é a necessidade de evitar restrições injustificadas à concorrência, não a impossibilidade de definir requisitos formativos quando estes sejam proporcionais e adequados às funções a desempenhar.-----

----- Também os métodos de seleção apresentados repetem essencialmente o mesmo modelo, uma avaliação curricular seguida de entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz de avaliação mais detalhada ou critérios de ponderação que permitam compreender de forma mais clara a forma como será feita a avaliação comparativa dos candidatos. Por fim, assinala-se também que vários destes procedimentos são classificados como urgentes e de interesse público, dispensando a audiência de interessados, o que, sendo legalmente admissível, levanta a questão da utilização relativamente frequente deste enquadramento em concursos desta natureza.

----- Estas observações não colocam em causa a legalidade dos procedimentos nem a necessidade de preenchimento dos cargos em causa, mas procuram contribuir para uma reflexão sobre a forma como futuros concursos poderão reforçar a clareza dos perfis funcionais e a transparência dos critérios de avaliação. Nestes termos, e reconhecendo a importância do regular funcionamento dos serviços municipais, votámos favoravelmente as propostas apresentadas.”-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 189/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe do Gabinete Municipal de Auditoria – Direção Intermédia de 2.º Grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Quanto a este ponto quem pretende inscrever-se? Deputada Mónica Albuquerque

(CEO), mais alguém? Faz favor, Senhora Deputada.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Bom, eu não me vou repetir, mas apenas referir que, em relação ao júri do concurso, nada temos a indicar e consideramos que, dos seis concursos, este é o júri mais adequado para o avaliar. -----

-----Relativamente ao concurso, estamos a falar de uma unidade orgânica cuja missão é avaliar o sistema de controlo interno do Município, acompanhar auditorias, monitorizar riscos e contribuir para a prevenção de irregularidades e infrações. Trata-se, portanto, uma função particularmente sensível do ponto de vista da boa gestão pública e da transparência administrativa. E, neste sentido, é de lamentar que o perfil de recrutamento definido para este cargo exija licenciatura sem qualquer especificação de área académica ou especialização. Tendo em conta as naturezas das funções solicitadas, parece legítimo questionar que se não deveria existir uma exigência mais concreta em termos de formação ou de experiência nas áreas de auditoria, economia, contabilidade ou gestão pública. -----

-----E, portanto, também aproveitando esta proposta para responder ao Senhor Vice-Presidente, uma vez que também não tinha tempo na proposta anterior, Senhor Vice-Presidente, bastaria consultar os sites da Bolsa de Emprego Público, da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) também, para saber que sim, pode-se incluir áreas de formação que não têm de ser limitadas, precisamente para não limitar os concorrentes, isso é que diz a lei. Mas podem ser indicadas sim, e devem, áreas preferenciais para exercer as funções. Ou vamos pôr um engenheiro eletrotécnico a fazer auditoria na Câmara Municipal? -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Mais alguém pretende usar da palavra? Não?
Senhor Vice-Presidente, pretende dizer alguma coisa?” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, o que eu disse no ponto anterior serve para este. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Então vamos passar à votação. Está aprovada por unanimidade” -----

4.6.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel

Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-- -----

-----O Senhor Deputado João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 37/2026** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 189/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DO GABINETE MUNICIPAL DE AUDITORIA - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU --**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e oitenta e nove barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número sessenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe do Gabinete Municipal de Auditoria, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/dois mil cento e um, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Não há Declarações de Voto nesta?” -----

4.6.1.I. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Reconhecendo a importância de assegurar a estabilidade e o regular funcionamento dos serviços municipais, bem como a necessidade de proceder ao preenchimento de cargos através de procedimentos concursais públicos, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente as propostas apresentadas. Ainda assim, importa registar algumas reservas de carácter geral que foram sendo assinaladas durante a análise destes concursos e na verdade já tinham sido dados contributos em assembleias anteriores e que não foram considerados apesar de introduzirem melhorias no processo de recrutamento. -----

----- Registamos que se verifica de forma recorrente a definição de perfis de recrutamento bastante genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem especificação de áreas académicas ou técnicas mais diretamente relacionadas com as funções das unidades orgânicas em causa e a votação. Nos vários concursos, tratam-se de áreas com responsabilidades técnicas específicas - como auditoria, reabilitação urbana, gestão de recursos humanos, habitação ou contraordenações - onde poderia ser ponderada uma maior densificação do perfil funcional. --

----- Importa ainda esclarecer que a interpretação segundo a qual não seria possível indicar áreas de formação específicas nestes concursos, e que foi transmitida pelo Vice-Presidente CMO

na AMO, não corresponde, em termos absolutos, ao enquadramento legal aplicável. O que resulta da interpretação da DGAEP é a necessidade de evitar restrições injustificadas à concorrência, não a impossibilidade de definir requisitos formativos quando estes sejam proporcionais e adequados às funções a desempenhar. -----

-----Também os métodos de seleção apresentados repetem essencialmente o mesmo modelo, uma avaliação curricular seguida de entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz de avaliação mais detalhada ou critérios de ponderação que permitam compreender de forma mais clara a forma como será feita a avaliação comparativa dos candidatos. Por fim, assinala-se também que vários destes procedimentos são classificados como urgentes e de interesse público, dispensando a audiência de interessados, o que, sendo legalmente admissível, levanta a questão da utilização relativamente frequente deste enquadramento em concursos desta natureza.

-----Estas observações não colocam em causa a legalidade dos procedimentos nem a necessidade de preenchimento dos cargos em causa, mas procuram contribuir para uma reflexão sobre a forma como futuros concursos poderão reforçar a clareza dos perfis funcionais e a transparência dos critérios de avaliação. Nestes termos, e reconhecendo a importância do regular funcionamento dos serviços municipais, votámos favoravelmente as propostas apresentadas.”----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Ponto sete da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 190/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Reabilitação Urbana – Direção Intermédia de 2.º Grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Quanto a esta proposta cento e noventa/dois mil e vinte e seis, alguém pretende usar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Nada temos a indicar em relação ao júri do concurso, mas este concurso envolve matérias de planeamento urbano, reabilitação de edificado e gestão de instrumentos de prevenção e de intervenção no território. Estamos, portanto, perante uma área altamente técnica, diretamente ligada ao urbanismo, à arquitetura e ao ordenamento de território, e o Grupo Político Evoluir Oeiras queria apenas lamentar que o perfil de recrutamento definido para o cargo exija apenas uma licenciatura, sem definir a área e sem qualquer especificação de área académica. Não devia assim existir uma exigência mais clara de formação ou de experiência nas áreas de urbanismo, arquitetura, engenharia ou planeamento territorial?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Não? Senhor Vice-Presidente?”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, o que eu disse na primeira proposta de deliberação sobre procedimentos concursais para dirigentes da Administração da Câmara Municipal de Oeiras serve para esta também. -----

----- Obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.-----

----- “Vamos passar... Portanto, aprovada por unanimidade.”-----

4.7.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por

unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-- -----

-----O Senhor Deputado João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 38/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 190/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º. GRAU**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e noventa barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número setenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária. um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe da Divisão de Reabilitação Urbana, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/dois mil e oitenta, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Alguma Declaração de Voto?”-----

4.7.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:-----

----- “Reconhecendo a importância de assegurar a estabilidade e o regular funcionamento

dos serviços municipais, bem como a necessidade de proceder ao preenchimento de cargos através de procedimentos concursais públicos, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente as propostas apresentadas. Ainda assim, importa registar algumas reservas de carácter geral que foram sendo assinaladas durante a análise destes concursos e na verdade já tinham sido dados contributos em assembleias anteriores e que não foram considerados apesar de introduzirem melhorias no processo de recrutamento.-----

-----Registamos que se verifica de forma recorrente a definição de perfis de recrutamento bastante genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem especificação de áreas académicas ou técnicas mais diretamente relacionadas com as funções das unidades orgânicas em causa e a votação. Nos vários concursos, tratam-se de áreas com responsabilidades técnicas específicas - como auditoria, reabilitação urbana, gestão de recursos humanos, habitação ou contraordenações - onde poderia ser ponderada uma maior densificação do perfil funcional. --

-----Importa ainda esclarecer que a interpretação segundo a qual não seria possível indicar áreas de formação específicas nestes concursos, e que foi transmitida pelo Vice-Presidente CMO na AMO, não corresponde, em termos absolutos, ao enquadramento legal aplicável. O que resulta da interpretação da DGAEP é a necessidade de evitar restrições injustificadas à concorrência, não a impossibilidade de definir requisitos formativos quando estes sejam proporcionais e adequados às funções a desempenhar. -----

-----Também os métodos de seleção apresentados repetem essencialmente o mesmo modelo, uma avaliação curricular seguida de entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz de avaliação mais detalhada ou critérios de ponderação que permitam compreender de forma mais clara a forma como será feita a avaliação comparativa dos candidatos. Por fim, assinala-se também que vários destes procedimentos são classificados como urgentes e de interesse público, dispensando a audiência de interessados, o que, sendo legalmente admissível, levanta a questão da utilização relativamente frequente deste enquadramento em concursos desta natureza.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Estas observações não colocam em causa a legalidade dos procedimentos nem a necessidade de preenchimento dos cargos em causa, mas procuram contribuir para uma reflexão sobre a forma como futuros concursos poderão reforçar a clareza dos perfis funcionais e a transparência dos critérios de avaliação. Nestes termos, e reconhecendo a importância do regular funcionamento dos serviços municipais, votámos favoravelmente as propostas apresentadas.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Passamos ao ponto oito da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 191/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Diretor/a do Departamento de Gestão de Recursos Humanos - Direção Intermédia de 1.º grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Quem pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O Departamento de Gestão de Recursos Humanos tem como missão assegurar a gestão dos recursos humanos do Município, o que envolve matérias estruturantes como o recrutamento, carreiras, formação, avaliação de desempenho, planeamento pessoal e organização do trabalho. Estamos, portanto.., uma área e uma função direção de grande responsabilidade organizacional, com impacto direto na gestão das pessoas e na capacidade de funcionamento de toda a estrutura municipal.-----

----- Assim, o perfil de recrutamento definido para o cargo exige apenas licenciatura, sem especificar a área e, tendo em conta a natureza estratégica de gestão de recursos humanos numa

organização com a dimensão do Município de Oeiras, não nos parece correto.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Ninguém mais pretende intervir nesta matéria? Senhor Vice-Presidente?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, sendo agora mais claro, o que eu disse no ponto quinto da Ordem de Trabalhos serve para esta proposta também. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Vamos então proceder à votação. Portanto, a proposta foi aprovada por unanimidade.”

4.8.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). - -----

----- O Senhor Deputado João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 39/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 191/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE DIRETOR/A DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e noventa e um barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número setenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino

Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Diretor/a do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/quatro mil duzentos e quarenta e quatro, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Alguma Declaração de Voto? Não?”-----

4.8.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“Reconhecendo a importância de assegurar a estabilidade e o regular funcionamento dos serviços municipais, bem como a necessidade de proceder ao preenchimento de cargos através de procedimentos concursais públicos, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente as propostas apresentadas. Ainda assim, importa registar algumas reservas de carácter geral que foram sendo assinaladas durante a análise destes concursos e na verdade já tinham sido dados contributos em assembleias anteriores e que não foram considerados apesar de introduzirem melhorias no processo de recrutamento.-----

-----Registamos que se verifica de forma recorrente a definição de perfis de recrutamento bastante genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem especificação de áreas académicas ou técnicas mais diretamente relacionadas com as funções das unidades



my

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

orgânicas em causa e a votação. Nos vários concursos, tratam-se de áreas com responsabilidades técnicas específicas - como auditoria, reabilitação urbana, gestão de recursos humanos, habitação ou contraordenações - onde poderia ser ponderada uma maior densificação do perfil funcional. --

----- Importa ainda esclarecer que a interpretação segundo a qual não seria possível indicar áreas de formação específicas nestes concursos, e que foi transmitida pelo Vice-Presidente CMO na AMO, não corresponde, em termos absolutos, ao enquadramento legal aplicável. O que resulta da interpretação da DGAEP é a necessidade de evitar restrições injustificadas à concorrência, não a impossibilidade de definir requisitos formativos quando estes sejam proporcionais e adequados às funções a desempenhar.-----

----- Também os métodos de seleção apresentados repetem essencialmente o mesmo modelo, uma avaliação curricular seguida de entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz de avaliação mais detalhada ou critérios de ponderação que permitam compreender de forma mais clara a forma como será feita a avaliação comparativa dos candidatos. Por fim, assinala-se também que vários destes procedimentos são classificados como urgentes e de interesse público, dispensando a audiência de interessados, o que, sendo legalmente admissível, levanta a questão da utilização relativamente frequente deste enquadramento em concursos desta natureza.

----- Estas observações não colocam em causa a legalidade dos procedimentos nem a necessidade de preenchimento dos cargos em causa, mas procuram contribuir para uma reflexão sobre a forma como futuros concursos poderão reforçar a clareza dos perfis funcionais e a transparência dos critérios de avaliação. Nestes termos, e reconhecendo a importância do regular funcionamento dos serviços municipais, votámos favoravelmente as propostas apresentadas.”----

4.9. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 192/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Promoção Socioprofissional - Direção Intermédia de 2.º grau (os documentos relativos a esta Proposta

ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Só para deixar registado que esta proposta volta a evidenciar os mesmos problemas que já identificámos nos vários concursos, e repete-se novamente um perfil de recrutamento muito genérico, na opinião do Grupo Político Evoluir Oeiras. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, presumo....”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, o que eu referi no ponto quinto da Ordem de Trabalhos tem validade também para esta proposta de deliberação. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Ponto dez da Ordem de Trabalhos.... Vamos votar. É isso mesmo, são tão parecidas... Votam todos a favor, aprovada por unanimidade.”-----

4.9.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). - -----

----- O Senhor Deputado João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 40/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 192/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO** -----

CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIOPROFISSIONAL - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º. GRAU-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e noventa e dois barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número setenta e dois da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe de Divisão de Promoção Socioprofissional, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/quatro mil duzentos e cinquenta, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.9.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“Reconhecendo a importância de assegurar a estabilidade e o regular funcionamento dos serviços municipais, bem como a necessidade de proceder ao preenchimento de cargos através de procedimentos concursais públicos, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente as propostas apresentadas. Ainda assim, importa registar algumas reservas de carácter geral que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

foram sendo assinaladas durante a análise destes concursos e na verdade já tinham sido dados contributos em assembleias anteriores e que não foram considerados apesar de introduzirem melhorias no processo de recrutamento.-----

----- Registamos que se verifica de forma recorrente a definição de perfis de recrutamento bastante genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem especificação de áreas académicas ou técnicas mais diretamente relacionadas com as funções das unidades orgânicas em causa e a votação. Nos vários concursos, tratam-se de áreas com responsabilidades técnicas específicas - como auditoria, reabilitação urbana, gestão de recursos humanos, habitação ou contraordenações - onde poderia ser ponderada uma maior densificação do perfil funcional. --

----- Importa ainda esclarecer que a interpretação segundo a qual não seria possível indicar áreas de formação específicas nestes concursos, e que foi transmitida pelo Vice-Presidente CMO na AMO, não corresponde, em termos absolutos, ao enquadramento legal aplicável. O que resulta da interpretação da DGAEP é a necessidade de evitar restrições injustificadas à concorrência, não a impossibilidade de definir requisitos formativos quando estes sejam proporcionais e adequados às funções a desempenhar.-----

----- Também os métodos de seleção apresentados repetem essencialmente o mesmo modelo, uma avaliação curricular seguida de entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz de avaliação mais detalhada ou critérios de ponderação que permitam compreender de forma mais clara a forma como será feita a avaliação comparativa dos candidatos. Por fim, assinala-se também que vários destes procedimentos são classificados como urgentes e de interesse público, dispensando a audiência de interessados, o que, sendo legalmente admissível, levanta a questão da utilização relativamente frequente deste enquadramento em concursos desta natureza.

----- Estas observações não colocam em causa a legalidade dos procedimentos nem a necessidade de preenchimento dos cargos em causa, mas procuram contribuir para uma reflexão sobre a forma como futuros concursos poderão reforçar a clareza dos perfis funcionais e a

transparência dos critérios de avaliação. Nestes termos, e reconhecendo a importância do regular funcionamento dos serviços municipais, votámos favoravelmente as propostas apresentadas.”----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“E agora sim, é a última.” -----

4.10. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 193/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Promoção e Conservação da Habitação - Direção Intermédia de 2.º grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”--

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Finalmente, para dizer que, tal como já tivemos oportunidade de referir nos concursos anteriores, continuamos a verificar também neste um padrão comum de procedimentos. Perfis de recrutamento muito genéricos exigindo apenas licenciatura, sem área e experiência profissional indicada, mesmo quando estamos perante funções de responsabilidade técnica bastante específicas. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. E Senhor Presidente, Vice-Presidente....” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, o que eu disse no ponto quinto da Ordem de Trabalhos serve também para esta proposta. Referir apenas que o que eu referi foi retirado da Direção-Geral de Trabalho em Funções Públicas, era essa a terminologia anterior, foi retirado do site, portanto, é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que é dito pelos especialistas na matéria. Mas fico muito feliz de saber que temos ali na Deputada Mónica Albuquerque (CEO) uma jurista, física, arquiteta e engenheira, provavelmente, também especialista em física nuclear e química quântica. Sobretudo, certamente a Deputada Mónica Albuquerque (CEO) terá uma opinião para contrariar quem efetivamente estuda estas matérias. Mas vamos confiar na sabedoria da Deputada Mónica Albuquerque (CEO)? Nunca.-----

----- Obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), é para que efeito, Senhora Deputada?”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Aproveito para agradecer os elogios do Senhor Vice-Presidente que me foram dirigidos ainda há pouco. Eu lamento que ele não tenha as mesmas capacidades.-----

----- Posto isso, indicar que bastaria ver a Bolsa de Emprego Público e que bastaria ver o site da CReSAP para verificar que existem sim concursos que indicam as áreas, não especificando ao detalhe para ser um concurso dirigido a determinada pessoa.-----

----- Portanto, é sim possível indicar as áreas que são adequadas a determinado concurso.-

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Vamos passar à votação. Votam todos a favor, aprovada por unanimidade.”-----

4.10.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político

Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Rui Miguel Friezas Aldeano), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-- -----

-----O Senhor Deputado João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 41/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 193/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PROMOÇÃO E CONSERVAÇÃO DA HABITAÇÃO - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e noventa e três barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número setenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe de Divisão de Promoção e Conservação da Habitação, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/dois mil e doze, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhora Deputada.” -----

4.10.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Só para indicar que o Grupo Político Evoluir Oeiras fará chegar Declarações de Voto de todos estes concursos.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:-----

-----“Reconhecendo a importância de assegurar a estabilidade e o regular funcionamento dos serviços municipais, bem como a necessidade de proceder ao preenchimento de cargos através de procedimentos concursais públicos, o Grupo Político Evoluir Oeiras votou favoravelmente as propostas apresentadas. Ainda assim, importa registar algumas reservas de carácter geral que foram sendo assinaladas durante a análise destes concursos e na verdade já tinham sido dados contributos em assembleias anteriores e que não foram considerados apesar de introduzirem melhorias no processo de recrutamento.-----

-----Registamos que se verifica de forma recorrente a definição de perfis de recrutamento bastante genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem especificação de áreas académicas ou técnicas mais diretamente relacionadas com as funções das unidades orgânicas em causa e a votação. Nos vários concursos, tratam-se de áreas com responsabilidades técnicas específicas - como auditoria, reabilitação urbana, gestão de recursos humanos, habitação ou contraordenações - onde poderia ser ponderada uma maior densificação do perfil funcional. --

-----Importa ainda esclarecer que a interpretação segundo a qual não seria possível indicar áreas de formação específicas nestes concursos, e que foi transmitida pelo Vice-Presidente CMO na AMO, não corresponde, em termos absolutos, ao enquadramento legal aplicável. O que resulta da interpretação da DGAEP é a necessidade de evitar restrições injustificadas à concorrência, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a impossibilidade de definir requisitos formativos quando estes sejam proporcionais e adequados às funções a desempenhar.-----

----- Também os métodos de seleção apresentados repetem essencialmente o mesmo modelo, uma avaliação curricular seguida de entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz de avaliação mais detalhada ou critérios de ponderação que permitam compreender de forma mais clara a forma como será feita a avaliação comparativa dos candidatos. Por fim, assinala-se também que vários destes procedimentos são classificados como urgentes e de interesse público, dispensando a audiência de interessados, o que, sendo legalmente admissível, levanta a questão da utilização relativamente frequente deste enquadramento em concursos desta natureza.

----- Estas observações não colocam em causa a legalidade dos procedimentos nem a necessidade de preenchimento dos cargos em causa, mas procuram contribuir para uma reflexão sobre a forma como futuros concursos poderão reforçar a clareza dos perfis funcionais e a transparência dos critérios de avaliação. Nestes termos, e reconhecendo a importância do regular funcionamento dos serviços municipais, votámos favoravelmente as propostas apresentadas.”----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “E, agora, temos público.”-----

5. PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “E vamos passar a ouvir os nossos munícipes. -----

----- A primeira pessoa que está aqui inscrita é a Senhora Ana Margarida Rebelo. Faz favor. E esta munícipe na exposição sumária da sua intervenção, diz que vem falar sobre a sinalização de problema estrutural em urbanização do Alto da Terrugem, em Paço de Arcos.” -----

----- **A Senhora Ana Margarida Rebelo, munícipe de Oeiras,** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Só um bocadinho, só um bocadinho, estamos ali a sincronizar o tempo. Já temos o quadro do tempo. Faz favor.” -----

5.1. A Senhora Ana Margarida Rebelo, munícipe de Oeiras, interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Eu e os meus vizinhos aqui também presentes, que estavam ali junto a mim, nós somos moradores na Urbanização do Alto da Terrugem, em Paço de Arcos. Foi uma urbanização construída há vinte e cinco anos, que teve como dono de obra a Câmara de Oeiras, na altura. Eram casas entre os trinta e os setenta mil euros e hoje podemos vendê-las ou comprá-las a quatrocentos mil. É um aparte. -----

-----É uma urbanização que tem tido o nosso empenho em termos dos nossos deveres de condomínio, dos nossos deveres cívicos, em termos da gestão do espaço envolvente. Não há um prédio degradado e nunca pedimos ajuda para nada, está tudo impecável. É uma urbanização que pode ser dada como exemplo para o Concelho. -----

-----Feita esta breve apresentação, exponho aqui o problema que nos traz à Assembleia. Há uns anos a esta parte, nós temos verificado que a junta de dilatação entre os prédios, os prédios estão quase sempre agrupados dois a dois e acompanham uma linha que é paralela ao corredor verde que existe no Alto da Terrugem e que desemboca no Parque Urbano da Terrugem, que não sei se conhecem, mas é uma zona muito agradável. Essa linha de prédios, a junta de dilatação tem vindo a afastar-se e é nosso receio, a afastar-se com mais premência do que aquela que era desejável. Temos vindo a monitorizar, já sinalizámos aos serviços da Câmara, já tivemos acompanhamento do Instituto de Soldadura e Qualidade. -----

-----Sei que a Câmara de Oeiras tem estado a acompanhar por nossa indicação, este caso. Já sobrevoaram com drones a zona para monitorizar e no acompanhamento que fazemos e nas obras que temos feito, a fissura é tapada e, depois, nós vemos que ela dilata de novo. Portanto, há ali algum movimento de terras que nos preocupa e que importa saber se é para intervir, ou não.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O que é que nós vínhamos aqui sinalizar? Sabemos que tem sido feito mais abaixo, também no parque urbano, para acompanhamento de um café que está a ser construído, tem sido feito um muro de contenção desse talude que acompanha o corredor verde e o parque urbano, e o talude que divide os prédios do parque urbano. Tem sido feito um muro de contenção nessa zona de um café novo que está ali a ser construído, junto também a um campo de padel novo e assim.

----- O que nós gostávamos de aqui pedir, era que esse muro fosse continuado ao longo, que acompanhasse os prédios e que fosse suporte entre o talude os prédios, para ver se esta movimentação de terras que nós efetivamente temos notado ao longo dos anos é contida e se, porventura, poderá evitar algum dia um problema que nós agora não esperamos que aconteça, mas, como vimos agora com estas intempéries, houve muitos problemas que não eram previsíveis e que aconteceram. -----

----- Portanto, é a nossa casa, sabemos que é o valor mais alto que nós temos a seguir, obviamente, à nossa vida, à nossa saúde e vá lá, à nossa educação (nossa e dos nossos), mas a nossa casa é o nosso bem mais precioso e queríamos, vimos aqui pedir ajuda para as manter e que reflitam sobre a pertinência de construir este muro de contenção naquela zona. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada, senhora munícipe. -----

----- Muito bem. Não sei se o Senhor Vice-Presidente... Eu sei que não. Falará no final. Algum dos senhores deputados pretendem... Eu ia já perguntar sobre isto, mas fazemos no final, sim. Temos aqui o senhor, o outro munícipe inscrito, que é o Senhor João Paulo Saraiva. O assunto, a exposição, resumidamente, é Proteção Civil. Está aqui escrito. Faz favor, senhor munícipe.” ---

5.2. O Senhor João Paulo Saraiva, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite a todas e a todos.-----

----- Sou o João Paulo Saraiva, presido à APROSOC - Associação de Proteção Civil e

começo por citar Albert Einstein que terá dito que “aquilo que o homem ignora não existe para ele, por isso, o universo de cada um resume-se no tamanho do seu saber”. É por isso que não levamos a peito os argumentos rebuscados frequentemente apresentados pelo Senhor Presidente e Vice-Presidente e alguns dos deputados do INOV nesta Casa sobre esta matéria, pois, na realidade, a vasta ignorância das ciências de Proteção Civil é conducente a que se profiram os mais vastos despautérios para advogar o indefensável. -----

-----O tempo passa e, apesar de finalmente, há cerca de um ano, o Município ter dado resposta por escrito a todas as questões que aqui colocámos ao longo de cerca de duas décadas, na prática pouco de novo se concretizou no âmbito da Proteção Civil neste Concelho. A corroborar a nossa convicção sobre aquilo que cremos ser incompetência do Executivo Municipal no que à Proteção Civil é atinente, e não pretendendo aqui abranger os poucos, mas muitíssimo competentes, técnicos que, fruto de muita reivindicação nesta Casa, o Serviço Municipal de Proteção Civil de Oeiras dispõe na atualidade, importa referir que os presidentes de junta continuam a não ter as Unidades Locais de Proteção Civil porque, em nosso entendimento, na maioria dos casos não pretendem assumir as competências e atribuições legalmente previstas. E, no caso do único presidente de junta que a pretende implementar, mantém-se a narrativa inverosímil de que o assunto está no gabinete jurídico. Pelo menos um dos presidentes de junta prometeu mesmo em campanha eleitoral a Unidade Local de Proteção Civil até final do mandato transato. Onde está ela? Os presidentes de junta de freguesia têm coletes de Proteção Civil, mas será que é com o colete que, em caso de apagão prolongado de telecomunicações, vão conseguir comunicar com o Serviço Municipal de Proteção Civil e com os meios operacionais no terreno em situação de exceção, acidente grave ou catástrofe? Onde estão os rádios da rede de radiocomunicações municipal de Proteção Civil nas juntas de freguesia, para que tal seja possível?

-----Tudo o que tão pouco foi feito não basta para evitar mortes como a ocorrida nas cheias de dois mil e vinte e dois. São necessárias ações de sensibilização em Proteção Civil e sistemas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alerta de risco que não existem em Oeiras, apesar das sucessivas promessas. Desde então para cá, tudo continua quase na mesma e os cidadãos continuam a não ser preparados para a necessária entreaajuda de proximidade, nomeadamente através da criação e desenvolvimento das Unidades Locais de Proteção Civil e inerentes grupos de voluntários de todas as idades. -----

----- No que respeita à prevenção e mitigação, o Município continua a ser mais reativo do que preventivo, pois não basta ao serviço municipal pedir meios para cumprir a sua missão, porque se não ocorrerem desastres que gerem nesta Casa troca de acusações e reivindicações, ou seja o Serviço Municipal de Proteção Civil é o parente pobre do investimento da Autarquia, deparando-se com graves constrangimentos no desenvolvimento e implementação do muito que ali se produz, e bem, em termos de planeamento conducente à prevenção e mitigação de riscos. -----

----- Perante a narrativa reiteradamente aqui vociferada pelo Executivo e pelo INOV, de que alegadamente a sensibilização em autoproteção no âmbito da Proteção Civil existe em Oeiras, eu gostaria de questionar aos presentes e aos que assistem à distância, a quantas ações de sensibilização já assistiram. É porque uma mentira contada inúmeras vezes não equivale a uma verdade. Mas ainda que existissem, a que percentagem da população chegaram essas ações? -----

----- Senhores Deputados António Moita (INOV25) e João Viegas (INOV25), em minha opinião, na qualidade de técnico de Proteção Civil e dirigente de diversas associações de Proteção Civil, os senhores mentiram nesta Sessão. Falou-se na pseudo Semana da Proteção Civil. Quantas pessoas assistiram a essas montras de vaidades a que Vossas Excelências apelidam de sensibilização? Que percentagem da população de Oeiras isso representa? Qual a estatística do impacto da adoção das recomendações na vida dessas pessoas, para aferição dos métodos pedagógicos? Os riscos não são apenas naturais. Na atualidade, os antropogénicos ganham particular relevo. Atirador ativo, terrorismo, ataque aéreo, ataque nuclear, acidente aeronáutico, ciberataque são alguns dos riscos ignorados pelo Município e pelos municípios e sem sistema de alerta, nomeadamente sirenes e altifalantes de alerta e recomendações. Ações de sensibilização,

então, nem vê-las.-----

-----Para terminar, por tudo isto a APROSOC - Associação de Proteção Civil dá a todo o Executivo Municipal no âmbito das atividades de Proteção Civil uma nota de seis numa escala de vinte valores e aos técnicos do Serviço Municipal de Proteção Civil de Oeiras uma nota de dezoito valores, desejando um dia podermos vir a dar a ambos nota máxima, pois as boas práticas comparativamente com os municípios contíguos ficam muito aquém do desejável e do atual estado da arte.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor munícipe, já ultrapassou o seu tempo. São cinco minutos.”-----

-----O **Senhor João Paulo Saraiva, munícipe de Oeiras**, concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, não me responda a mim, responda aos oeirenses com provas do que aqui digo, não é factual.-----

-----Disse. Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada pela sua intervenção.-----

-----Então eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, relativamente às questões que foram aqui colocadas pela primeira munícipe e por este senhor.”-----

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Senhora Dona Ana Margarida Rebelo, não me enganei no nome, não? Ana Margarida Rebelo. Senhora Dona Margarida, naturalmente que o Município de Oeiras tem de se preocupar... É a senhora, não é? Então?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“O que está aqui escrito é Ana Margarida Rebelo.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “É que eu tomei nota, mas, pronto, tudo bem.-----

----- Dizer o seguinte, naturalmente que nós nos preocupamos com todas estas questões. Os taludes, particularmente em momentos de maior pluviosidade, por exemplo, são áreas que nos trazem muitas vezes problemas, portanto, temos de os acompanhar. Eu não conheço em detalhe esse, mas o que eu me posso comprometer é falar com os serviços, verificar o ponto de situação e ver da necessidade técnica do prolongamento da obra ou não. E se estiver dentro da nossa competência, certamente que sim.”-----

----- A Senhora Ana Margarida Rebelo, munícipe de Oeiras, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Pois, mas podem estar....”-----

----- A Senhora Ana Margarida Rebelo, munícipe de Oeiras, interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Senhora Dona Margarida, eu não tenho nada a apontar em matéria de competência técnica nesse tipo de avaliação aos serviços do Município. Aliás, nas últimas semanas, acho que hoje à noite já voltamos a ter chuva intensamente, nas últimas semanas passámos muito tempo nisto, aliás, está ali o Senhor Presidente da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo, que só por acaso estava do lado certo da estrada, se estivesse do lado errado da estrada, teria tido um encontro imediato com parte de um talude. Há algumas semanas nós estivemos no local de manhã, à tarde, à noite, não sei quantas vezes fomos de madrugada a locais

desta natureza e o acompanhamento, permita-me dizer-lhe isto, o acompanhamento dos serviços municipais nesta matéria foi absolutamente irrepreensível. Nós avaliamos, seguimos. Portanto, o que me cabe a mim é amanhã perguntar aos serviços da avaliação que está a ser feita, do acompanhamento, e fazer aquilo que humildemente tenho de fazer, que é confiar na qualidade e na avaliação técnica dos serviços do Município. Na certeza de que nós não poupamos esforços ou recursos nestas matérias. Portanto, vamos fazer o acompanhamento devido e se pretender mais alguma questão subsequente, o contacto do meu gabinete é público, se quiser dou-lhe no fim. Portanto, estamos sempre disponíveis para falar convosco. Está bom? Muito obrigado. -----

-----Quanto ao segundo munícipe, nada a acrescentar. Também não é nada de novo, é recorrente.-----

-----É só, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente-----

-----Não sei se algum dos senhores deputados pretende, líderes dos grupos municipais presentes pretendem usar da palavra? Ninguém? Faz favor, Senhor Deputado António Moita (INOV25)”.-----

5.4. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, eu não costumo fazer intervenções, mas, como o meu nome foi aqui dito, não posso deixar de dizer o seguinte:-----

-----Recorrentemente, esse senhor munícipe, tem todo o direito a isso, mas vem aqui fazer queixas de tudo e de todos, que a incompetência está de um lado e a competência só dele e, portanto, vai ser muito complicado contestar alguém que, recorrentemente, diz as mesmas coisas e que tem a mesma opinião sobre tudo e sobre todos.-----

-----Eu digo-lhe apenas que não minto, eu digo-lhe apenas que aqui expressei a minha opinião com base em algo que me estava a ser proposto. Posso não estar a ver bem o assunto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

perante si garantidamente que não estou a ver bem o assunto, porque todos veem mal. -----

----- Mas, obviamente, dizer que estamos muito habituados já a este tipo de intervenção. Infelizmente, a evolução é nula, ao contrário daquilo que a Câmara tem feito que, ao longo dos anos e em função das necessidades faz outras coisas, propõe outras atividades, encontra outras soluções, o discurso desde senhor é sempre o mesmo. -----

----- E, portanto, eu não queria deixar de deixar aqui esta nota, porque o meu nome foi referido em concreto. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor.”-----

5.5. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Em nome do Grupo Municipal do Chega, queremos agradecer a presença da Senhora Ana Rebelo e do Senhor João Saraiva.-----

----- Relativamente àquilo que traz a Senhora Ana Rebelo, realmente é uma situação delicada. Penso que maior apoio que o Senhor Presidente vai prestar, também nós não podemos dar, portanto, vamos acreditar que o Senhor Presidente vai constatar esta questão do muro de contenção, no sentido de haver esta situação continuada, no sentido da prevenção dos munícipes. -----

----- Relativamente ao Senhor João Saraiva, eu tenho a dizer que houve situações que decorreram ao longo do tempo que também têm de ser aqui honradas porque, finalmente, já temos também a carta de sinalização de tsunami na Cruz Quebrada e Dafundo. E acho que também seria injusto não referir isto. Portanto, a Câmara já colocou sinalização relativamente a questões de tsunami nos postos quer do Dafundo e também Cruz Quebrada. Pena que não esteja ali, digamos, contemplado, se calhar mais um outro sinal, porque, às vezes mandam-nos andar quinhentos

metros e a meio da sinalização temos um prédio e, portanto, ficamos sem perceber se é para contornar do lado direito, ou esquerdo. Penso que devia haver ali, se calhar, uma indicação mais coerente relativamente à sinalética. Mas, contudo, tivemos aqui avanços.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

5.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Só para saudar os munícipes que cá trouxeram questões. Consideramos que é muito importante este período de participação pública, para que os deputados e o Executivo tenham conhecimento também, se bem que têm outras vias, mas também aqui para conhecimento de assuntos que preocupam os munícipes.-----

-----Relativamente à segunda situação de Proteção Civil, já algumas coisas foram feitas, já algumas melhorias foram feitas durante o anterior mandato, mas também estamos a acompanhar e temos noção de que também muito ainda existe a fazer, e o Grupo Político Evoluir Oeiras tem apresentado propostas nesse sentido, vai continuar a apresentar e vai continuar a pedir esclarecimentos ao Executivo sempre que tal se verifique necessário.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Nada mais havendo... Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

5.7. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) observou o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Só para agradecer aos munícipes que estiveram aqui estas horas todas e este tempo



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todo para que fossem ouvidos. -----

----- Quanto à Senhora Dona Ana Margarida Rebelo, esperemos que o Executivo tome ação e que tudo se resolva. -----

----- E quanto ao Senhor João Paulo Saraiva, nem de propósito. Vem na sequência da nossa proposta de recomendação que hoje apresentámos e, realmente, é um tema que à Iniciativa Liberal preocupa muito neste Concelho. -----

----- Obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu a Sessão dizendo o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta Sessão Extraordinária.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e vinte minutos.

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----

Francisca Dolores Simão Barbeiro

-----O Primeiro Secretário,-----

Luís Miguel de Sousa

-----O Segundo Secretário,-----

Dona Ligia de Oliveira Leites

4
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100